

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **2022** Jan.-jun.
2022

ISSN 1413-1536

André Garcez Ghirardi
A política de preços
dos combustíveis no Brasil

A conjuntura econômica do futebol
brasileiro e o pós-covid-19

PIB baiano encerra
2021 com alta de 4,1%

KELSOR FERNANDES
O COMÉRCIO VAREJISTA
NO PÓS-PANDEMIA



C&P 202 **jan./jun. 2022**
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

INSTITUCIONAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Rui Costa dos Santos

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS
Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA
Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS
Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS
Jonatas Silva do Espírito Santo

FICHA TÉCNICA

Diretoria de Indicadores e Estatística
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Acompanhamento Conjuntural
Arthur de Souza Cruz

Editoria-geral
Luzia Luna

Editoria Científica
Luiz Mário Ribeiro Vieira
Elissandra Alves de Britto

Conselho Editorial
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

Corpo Técnico
Carla Janira Souza do Nascimento
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Pedro Marques de Santana
Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis
Marcus Vinícius Souza Pimentel dos Santos (estagiário)
Ismael Barros da Silva (estagiário)

Editoria de Arte
Produção
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Normalização
Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Patrícia Fernanda Assis da Silva

Revisão de Linguagem
Luiz Fernando Lobo
Luzia Luna Pamponet Vilas Boas
Pedro Marques de Santana

Projeto Gráfico
Fernando Cordeiro
Vinícius Luz

Ilustrações
Vinícius Luz

A *Conjuntura & Planejamento* é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu *Biblioteca Virtual (Publicações SEI)*.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory*, *Diadorim*, *Latindex* e no sistema *Qualis* da *Capes*. Os artigos possuem o DOI (Identificador de Objeto Digital), código único internacional que garante sua autenticidade.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994 -). Salvador : SEI, 2022.
n. 202
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal até o número 154; trimestral até o número 198.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Estado da Bahia

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
CEP 41750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**7 ECONOMIA EM DESTAQUE****CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA NUM CENÁRIO ADVERSO**

Carla do Nascimento

Elissandra Britto

Pedro M. de Santana

31 ENTREVISTA**O COMERCIO VAREJISTA NO PÓS-PANDEMIA**

Kelsor Fernandes

ARTIGOS**41 PIB BAIANO ENCERRA 2021 COM ALTA DE 4,1%**

Carol Araújo Vieira

Denis Veloso da Silva

João Paulo Caetano Santos

53 ELEMENTOS DE TENSÃO URBANA EM UMA SALVADOR METROPOLITANA E PERIFÉRICA ATRAVÉS DA ANÁLISE FÍLMICA DE JARDIM DAS FOLHAS SAGRADAS (2011)

Fernando Barreto Nunes Filho

Maïesse Pinto El Sayegh Nunes

73 A CONJUNTURA ECONÔMICA DO FUTEBOL BRASILEIRO E O PÓS-COVID-19

Pablo Ruan Reis Coutinho

90 PONTO DE VISTA**A POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS NO BRASIL**

André Garcez Ghirardi

94 LIVROS**96 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****106 INDICADORES CONJUNTURAIS****106 INDICADORES ECONÔMICOS****114 FINANÇAS PÚBLICAS**

CARTA DO EDITOR

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) traz à reflexão temas que permeiam o planejamento da atividade econômica, após dois anos de pandemia. As incertezas quanto à trajetória da atividade econômica, marcada por uma política de controle da inflação, dificultam as análises de previsão quanto ao comportamento econômico para o segundo semestre de 2022.

Na edição 202, a análise das economias brasileira e baiana num cenário de avanço da imunização, flexibilização das medidas de isolamento social e adoção de medidas de cunho social leva à ideia de que os setores que compõem a atividade econômica assumiram uma nova dinâmica no primeiro trimestre do ano de 2022. É nesse contexto que a equipe de conjuntura traz em discussão o momento vivenciado ser de crescimento, embora ainda seja marcado por adversidades. Segundos suas informações, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia apresentou taxa de crescimento positiva no primeiro trimestre de 2022. Entretanto, apesar da melhora na crise sanitária, ainda há bastante incerteza sobre a manutenção do ritmo de crescimento em 2022 em razão, entre outros fatores, do risco de disseminação de novas variantes do vírus Sars-Cov-2, das elevadas taxas de desemprego, da escassez de insumos, que se reflete na alta taxa de inflação, e do aumento da taxa básica de juros.

Entre os colaboradores, esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, uma reflexão do professor André Garcez Ghirardi sobre a política de preços dos combustíveis praticada no Brasil. Assessor do Diretor Financeiro da Petrobras (2004-2005) e da Presidência da Petrobras (2005-2015), Ghirardi tem experiência na área de Economia da Energia, atuando principalmente nos seguintes temas: qualidade e regulação na indústria de energia elétrica, e integração regional sul-americana na indústria do petróleo e gás natural. Na sua análise, “no momento não existe no país crise de energia no sentido de desabastecimento de petróleo ou de seus derivados. Existe sim um problema distributivo de renda entre a pequena parte da população interessada em obter maiores dividendos do negócio de petróleo, e a grande maioria que tem dificuldade para acomodar no orçamento mensal as despesas associadas ao preço dos combustíveis”.

A seção Entrevista traz a contribuição de Kelsor Fernandes, primeiro empresário do setor de serviços a presidir a Federação do Comércio do Estado

da Bahia. Dada a sua vasta experiência alicerçada ao longo dos anos, Fernandes avalia os desafios do contexto econômico para os segmentos ligados à Fecomércio-BA: comércio de bens, serviços e turismo, trazendo as perspectivas para o setor nos próximos meses. Na sua avaliação “a tendência para o segundo semestre é de um ritmo fraco de consumo. As famílias estão no seu nível recorde de contas em atraso, os juros continuam subindo e a inflação superando os 10%”. Na sua fala, ele traz também a discussão sobre formas de dinamizar os setores na Bahia, a exemplo da redução das burocracias e da carga tributária e do incentivo ao crédito às empresas, sobretudo às micro e pequenas, que sofrem mais com a limitação de acesso ao sistema financeiro.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Pablo Ruan Reis Coutinho, intitulado *A conjuntura econômica do futebol brasileiro e o pós-covid-19*. Nesse trabalho, o autor buscou analisar os impactos da covid-19 no cenário econômico do futebol brasileiro e verificar se, de fato, os efeitos da pandemia foram adversos neste setor. Têm-se também mais dois outros trabalhos intitulados *PIB baiano encerra 2021 com alta de 4,1%*, de Carol Araújo Vieira, Denis Veloso da Silva e João Paulo Caetano Santos, e *Elementos de tensão urbana em uma Salvador metropolitana e periférica através da análise fílmica de “Jardim das folhas sagradas”*, de Fernando Barreto Nunes Filho e Maiesse Pinto El Sayegh Nunes. Enquanto o primeiro, através da análise do PIB baiano, traz em pauta o comportamento da economia no quarto trimestre de 2021, o segundo faz uma abordagem dos aspectos sociais que envolvem a cidade de Salvador.

Assim, a edição 202 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, com um olhar nos impactos provocados pela disseminação do vírus da covid-19, num cenário já marcado pelas discrepâncias sociais. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto nem de emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazos.



CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA NUM CENÁRIO ADVERSO

Carla do Nascimento
Mestra em economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA), graduada em
ciências econômicas pela
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestra em economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA), economista pela UFBA.
técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA), economista pela UFBA.
especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

O CENÁRIO global tornou-se mais desafiador e incerto nos primeiros meses de 2022, por um lado por conta do persistente aumento dos preços, por outro decorrente dos danos econômicos causados pelo conflito na Europa.

A inflação mundial persistiu elevada nos primeiros meses deste ano, em razão das interrupções contínuas nas cadeias de suprimentos, dos altos preços de energia e dos elevados custos de matérias-primas em virtude de restrições de oferta, retardando ainda mais o processo de desinflação global.

O conflito na Ucrânia veio para acentuar ainda mais a pressão inflacionária, que se estendeu por mais tempo, aumentando o desafio das políticas monetárias. Os maiores impactos econômicos ocorrem nos mercados de commodities (grãos, combustíveis e fertilizantes). Além do choque nos preços de commodities, o conflito na Europa também causa impacto negativo sobre



O FMI projetou, em abril, um aumento de 3,6% para a taxa do PIB global em 2022. Para as economias avançadas, a estimativa indica um avanço de 3,3%, destacando-se a taxa de 3,7% para os EUA e de 2,8% para a área do euro

a confiança e as condições financeiras, reduzindo o crescimento global. Com o ambiente altamente inflacionário, os bancos centrais mundiais das economias avançadas movimentaram-se no sentido de conter o processo de aumento generalizado dos preços com aperto monetário mais intenso.

Nos Estados Unidos, diante de um mercado de trabalho aquecido, observa-se um espalhamento da inflação para o setor de Serviços, conduzindo o Federal Reserve (FED), banco central americano, a agir no sentido de reduzir os estímulos, elevando os juros. O FED elevou sua taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual em maio, para uma faixa entre 0,75% e 1,0%, planejando novos ajustes da mesma magnitude nas próximas reuniões de política monetária (FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE, 2022).

A zona do euro, por estar mais próxima do conflito, apresenta um ambiente mais inflacionário, principalmente relacionado com a crise energética na região, o que se constitui em agravante para o crescimento da atividade local. Apesar dos estímulos fiscais para a recuperação da economia após o momento mais crítico da pandemia, o banco central europeu já tem expectativas de contração monetária.

Na China, por sua vez, o agravamento da pandemia e as medidas de restrição geradas pela política de “covid zero” têm se mostrado como fatores limitantes ao crescimento mais forte daquele país. Para tanto, o governo chinês adotou estímulos para a atividade econômica, por meio de concessões de crédito e reduções de taxas de juros.

O FMI projetou, em abril, um aumento de 3,6% para a taxa do PIB global em 2022. Para as economias avançadas, a estimativa indica um avanço de 3,3%, destacando-se a taxa de 3,7% para os EUA e de 2,8% para a área do euro. Para as economias emergentes, projeta-se variação positiva de 3,8%. Neste grupo, destaca-se o crescimento da China, com taxa de 4,4%, e o avanço de 0,8% para o Brasil (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2022).

Assim como a economia global, a economia brasileira também se encontra sob a pressão do processo inflacionário. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (2022) registrou variação de 4,29% no primeiro quadrimestre de 2022 e seguiu trajetória de alta no período recente, acumulando, nos últimos 12 meses até abril, uma taxa de 12,13%. O índice refletiu, principalmente, o aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos.

Neste sentido, como resposta ao cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central estendeu o aumento dos juros e decidiu elevar a taxa Selic em um ponto percentual, para 12,75% a.a. na

última reunião realizada em maio. A decisão do Copom refletiu “a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva” (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Ainda segundo o Comitê, “é apropriado que o ciclo de aperto monetário continue avançando significativamente em território ainda mais contractionista” (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

O desempenho da economia brasileira mostrou crescimento do PIB de 1,0% na passagem do quarto trimestre de 2021 para o primeiro trimestre deste ano (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2022). Na comparação entre o primeiro trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, a atividade aumentou 1,7%, alcançando 4,7% no acumulado dos últimos doze meses.

Sob a ótica da demanda interna, no primeiro trimestre de 2022, verificou-se que a despesa de consumo das famílias obteve crescimento de 2,2% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo recuou 7,2% no período. A despesa de consumo do governo apresentou variação positiva de 3,3% no acumulado do ano, na comparação com o mesmo conjunto de meses do ano anterior. No setor externo, levando em conta a mesma base comparativa, as exportações de bens e serviços expandiram 8,1% e as importações recuaram 11,0% no mesmo período (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2022).

Pela análise do lado da oferta, o setor de Serviços, que puxou o crescimento do PIB no período, apresentou expansão de 3,7% no ano, influenciado, principalmente, pelos resultados dos segmentos de Outras atividades de serviços (12,6%), Transporte, armazenagem e correio (9,4%) e Informação e comunicação (5,5%). Por sua vez, Comércio (-1,5%) e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-1,6%) recuaram no intervalo (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2022).

O setor agropecuário apresentou variação negativa de 8,0% no acumulado do ano em relação a igual período de 2021. Isso apesar da safra de grãos positiva, estimada em 261,5 milhões de toneladas, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2022), o que corresponde a um aumento de 3,3% em relação à safra do ano de 2021. O valor agregado do setor agropecuário foi puxado pelo fraco desempenho das culturas de soja (-12,2%), arroz (-8,5%), fumo (-7,3%) e mandioca (-2,7%), impactadas, principalmente, pelas condições climáticas adversas (estiagem prolongada e geadas). A pecuária, por outro lado, apresentou bom desempenho no primeiro trimestre, principalmente na criação de bovinos.

No primeiro trimestre de 2022, verificou-se que a despesa de consumo das famílias obteve crescimento de 2,2% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo recuou 7,2% no período

O mercado financeiro [...] voltou a elevar a projeção da taxa de crescimento do PIB nacional em 2022, passando a indicar aumento de 0,70% de acordo com o boletim Focus (2022)

A Indústria apresentou queda de 1,5% na mesma base de comparação, segundo as Contas Nacionais Trimestrais (2022). As atividades industriais que registraram resultado negativo foram as Indústrias de transformação (-4,7%) e as Indústrias extrativas (-2,4%). No período, entretanto, a Construção expandiu 9,0% e a atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos cresceu 7,6% no comparativo interanual.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a trajetória de queda e recuou para 10,5% no trimestre encerrado em abril, após ter sido estimada em 11,1% no trimestre encerrado em março, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mercado formal, foram criados 770.593 postos de trabalho no acumulado de janeiro a abril de 2022.

Com relação às expectativas quanto ao desempenho econômico do país, o mercado financeiro, após consecutivas reduções, voltou a elevar a projeção da taxa de crescimento do PIB nacional em 2022, passando a indicar aumento de 0,70% de acordo com o boletim Focus (2022) divulgado em 29 de abril deste ano. Para 2023, por sua vez, ocorreu recuo da previsão mais recente, que passou a sugerir uma taxa de 1,00% para a taxa de crescimento do PIB. Ainda segundo a mesma fonte, houve aumento nas projeções tanto para a inflação (com taxas de 7,89% em 2022 e de 4,10% em 2023) como para a taxa Selic (com taxas de 13,25% a.a. ao final de 2022 e de 9,25% a.a. ao término de 2023).

Portanto, muitas incertezas pairam sobre o cenário econômico nacional em 2022. Por ser um ano de eleições, a economia deve sofrer grande volatilidade. Tem-se também a questão dos níveis de infecção pelo coronavírus, que estão sempre sujeitos ao surgimento de novas cepas. No ambiente internacional, além dos aumentos da inflação e da redução dos suprimentos, há ainda o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que pode levar a uma nova crise de oferta mundial e mais pressões inflacionárias.

Enfim, é para melhor compreender esse contexto em que se insere a economia baiana que, nas próximas seções, serão apresentados os principais resultados do desempenho para o primeiro trimestre de 2022 e seus prováveis desdobramentos para o decorrer do referido ano.

ECONOMIA BAIANA

No primeiro trimestre de 2022, a Bahia apresentou os principais indicadores econômicos com sinal positivo no contexto do lento processo de recuperação após o período mais crítico da pandemia de covid-19, porém o cenário continua permeado de fatores que tornam incerta a manutenção do crescimento ao longo do ano.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, divulgado no Informativo Trimestral do PIB (2022) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou variação positiva no primeiro trimestre de 2022, após ter avançado, a uma taxa de 3,2%, no quarto trimestre de 2021. No primeiro trimestre deste ano, a atividade econômica baiana cresceu 2,8%. Os Serviços registraram aumento de 2,5%, a Agropecuária cresceu 1,0% e a Indústria aumentou 4,9%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ainda de acordo com a SEI, o setor de Serviços, após a retomada das atividades econômicas, recuperou parte das perdas acumuladas durante a pandemia. Destaque para os crescimentos de Comércio (1,5%) e de Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (1,4%), segmentos com grande participação no setor. Também houve aumento em Transporte, armazenagem e correio (2,7%), em Atividades imobiliárias (2,5%) e em Outros serviços (4,2%).

A Agropecuária baiana foi favorecida pelas condições climáticas e de mercado para o plantio e o desenvolvimento da lavoura. A Pecuária também registrou resultados positivos, com crescimento expressivo no abate de frangos e de suínos.

A atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos cresceu 15,6%, impulsionada pelo aumento de 47,0% da geração de energia elétrica no estado, destacando-se os aumentos de geração da energia hidráulica (91,6%), eólica (21,1%) e fotovoltaica (66,5%) no período.

O aumento na produção de Derivados de petróleo (21,0%) e do setor de Produtos químicos (8,0%) (que juntos têm participação de mais de 40,0% no valor da transformação industrial) (PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL, 2019) foram os principais impactos para a produção industrial no período, traduzindo-se em crescimento de 3,3% da Indústria de transformação.

No primeiro trimestre de 2022, a Bahia apresentou os principais indicadores econômicos com sinal positivo no contexto do lento processo de recuperação após o período mais crítico da pandemia de covid-19

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022) [...] relativo a abril, estimou a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, na Bahia, em 11,16 milhões de toneladas (t)

O Informativo Trimestral do PIB (2022) mostra que o setor da Construção cresceu 3,3%, influenciado principalmente pelo grande volume de obras públicas, de infraestrutura e, principalmente, aquelas de reconstrução por causa dos danos ocorridos em razão das enchentes ocorridas no final de 2021.

As Indústrias extrativas, por sua vez, retraíram 12,3% em termos de valor agregado. No setor destaca-se a queda em petróleo e gás natural.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

Em 2022, a Bahia poderá atingir safra recorde de grãos pelo terceiro ano consecutivo, apontam as estimativas do IBGE e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Apesar do aumento dos custos de produção, as condições de clima e de mercado favoráveis (demanda aquecida, preços elevados das commodities agrícolas e câmbio depreciado) estimularam os produtores a ampliarem as áreas de plantio, o que se verifica em todas as principais culturas (soja, milho, algodão e feijão).

Os dados do Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2022) da Conab, relativos ao oitavo levantamento para o calendário agrícola 2021/2022, estimaram uma produção de 11,9 milhões de toneladas de grãos na Bahia no período, o que representa uma alta de 10,9% em relação ao ciclo 2020/2021 (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2022).

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022), realizado pelo IBGE, para 2022, relativo a abril, estimou a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, na Bahia, em 11,16 milhões de toneladas (t), o que representa um crescimento de 6,2% na comparação com a safra 2021 – que consolidou o maior resultado da série histórica do levantamento para o conjunto de produtos pesquisados (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA, 2022). A área plantada total deve alcançar em torno de 3,35 milhões de hectares (ha), superando em 4,5% à do ciclo anterior. O rendimento médio da safra 2022, por sua vez, ficou calculado em torno de 3,43 t/ha, superior em 5,3% na mesma base de comparação.

A produção de algodão (caroço e pluma), projetada em 1,38 milhão de toneladas, pode ser 8,8% superior à de 2021. Este ano, a área plantada com a fibra (290 mil hectares) supera em 8,3% a do ano passado, demonstrando, assim, uma maior disposição de investimento dos produtores diante da melhoria nas condições de mercado.

Tabela 1

Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2021/2022

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)
Mandioca	862	856	-0,6	123	123	0,0	109	109	0,0	7.904	7.856	-0,6
Cana-de-açúcar	5.525	5.600	1,4	78	80	2,6	78	80	2,6	70.833	70.000	-1,2
Cacau	145	127	-12,8	440	440	0,0	420	420	0,0	345	301	-12,8
Café	207	224	8,2	122	122	0,0	104	106	1,9	2.000	2.123	6,2
Grãos ⁽⁴⁾	10.504	11.158	6,2	3.201	3.346	4,5	3.201	3.346	4,5	3.281	3.335	1,6
Algodão	1.268	1.379	8,8	268	290	8,3	268	290	8,3	4.731	4.749	0,4
Feijão	189	244	28,9	417	417	0,0	417	417	0,0	454	585	28,9
Milho	2.500	2.750	10,0	670	700	4,5	670	700	4,5	3.731	3.929	5,3
Soja	6.834	7.110	4,0	1.700	1.790	5,3	1.700	1.790	5,3	4.020	3.972	-1,2
Sorgo	142	135	-5,2	90	90	0,0	90	90	0,0	1.577	1.495	-5,2
Outros ⁽⁴⁾	65	78	20,2	56	58	3,6	56	58	3,6	1.162	1.347	16,0
Total	-	-	-	3.964	4.110	3,7	3.912	4.060	3,8	-	-	-

Fonte: IBGE–Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) LSPA/IBGE safra 2021.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (abr. 2022).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

(4) Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), mamona e trigo.

Quanto à soja, estima-se que a produção (7,1 milhões de toneladas) supere em 4,0% o volume produzido em 2021. Dessa forma, a safra do grão poderá atingir volume recorde pelo terceiro ano consecutivo. A área plantada com a oleaginosa está projetada em 1,79 milhão de hectares, 5,3% superior a observada em 2021.

Para o IBGE, na Bahia, conforme ilustrado na Tabela 1, as duas safras anuais do milho podem somar 2,75 milhões de toneladas em 2022, o que representa uma expansão de 10,0% na comparação anual. Com relação à área plantada, estimada em 700 mil hectares, houve expansão de 4,5% na comparação anual. A estimativa da primeira safra ficou em 2,1 milhões de toneladas, 10,5% superior à de 2021. Já o prognóstico para a segunda safra ficou em 650 mil toneladas, crescimento de 8,3% em relação a do ano anterior.

No ciclo atual, a perspectiva é de que a produção total de feijão alcance 244 mil toneladas, o que representa avanço de 28,9% na comparação com a safra de 2021. O levantamento manteve a estimativa de área de 417 mil hectares plantados, a mesma observada no ano anterior. Estima-se que a primeira safra da leguminosa (145,6 mil toneladas) seja 41,3% superior à de 2021, bem como a segunda safra (98,3 mil toneladas) tenha uma variação positiva de 14,1% na mesma base de comparação.

Com relação a outras culturas permanentes e temporárias relevantes no estado, destaque para a recuperação da lavoura do café. De acordo com o IBGE (Tabela 1), espera-se uma colheita de 224 mil toneladas este ano,

A produção de batata-inglesa, estimada em 354 mil toneladas, apresenta recuo de 8,5%, e a do tomate, estimada em 178 mil toneladas, aponta queda de 14,5% na comparação com o ano passado

8,2% acima da observada no ano passado. A safra do tipo arábica está projetada em 89 mil toneladas, com variação anual positiva de 20,3%. Por sua vez, a safra do tipo canéfora ou conilon tem previsão de 135 mil toneladas, alta de 1,5% na mesma base de comparação.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estima produção de 5,6 milhões de toneladas, alta de 1,4% em relação à safra de 2021. A estimativa da produção do cacau está projetada em 126,5 mil toneladas, o que representa uma queda de 12,8% na comparação com o ano anterior.

As estimativas para as lavouras de banana (911,3 mil toneladas), laranja (653,5 mil toneladas) e uva (60,8 mil toneladas), por sua vez, registraram, respectivamente, variações de 3,7%, 3,0% e -0,8%, em relação à safra anterior.

O levantamento ainda indica uma produção de 856,3 mil toneladas de mandioca, 0,6% inferior à de 2021. A produção de batata-inglesa, estimada em 354 mil toneladas, apresenta recuo de 8,5%, e a do tomate, estimada em 178 mil toneladas, aponta queda de 14,5% na comparação com o ano passado (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA, 2022).

ATIVIDADE INDUSTRIAL

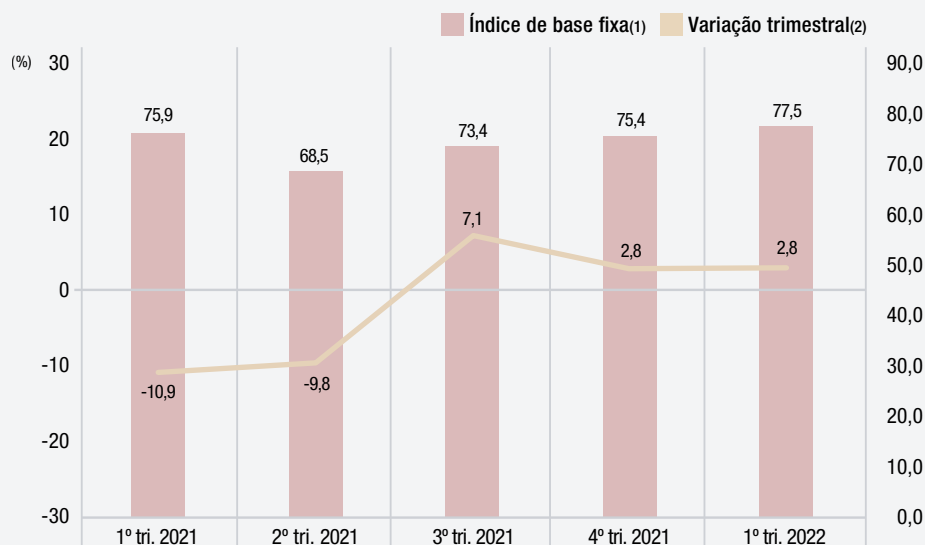
O setor industrial brasileiro foi influenciado pelo desequilíbrio entre as cadeias globais de oferta e demanda no primeiro trimestre de 2022, o que promoveu aumento nos níveis de preços das commodities e na pressão inflacionária mundial desde a reabertura das economias após o pior momento da crise sanitária. Somado a isto, gargalos logísticos relacionados à liberação de cargas, falta de contêineres e congestionamento nos portos contribuíram ainda mais para o ambiente desorganizado das cadeias de suprimento. Além do mais, a recente deflagração do conflito entre Rússia e Ucrânia culminou em nova rodada de alta no preço de diversas commodities e agravou ainda mais o quadro inflacionário mundial.

Assim, é nesse contexto que se insere a indústria baiana, produtora, principalmente de bens intermediários, a qual se beneficia do aumento dos níveis dos preços internacionais.

O indicador da produção física da indústria (extrativa e de transformação) baiana manteve o crescimento por três trimestres consecutivos, com taxas de 7,1% no terceiro trimestre de 2021 e 2,8% para os dois seguintes, comparados com aqueles exatamente anteriores, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2022), ilustrados no Gráfico 1. Este crescimento foi

alavancado especialmente pelos setores de Derivados de combustíveis e de Produtos químicos. Para efeito de comparação, no primeiro trimestre de 2022, a produção industrial do país aumentou apenas 0,6%.

Gráfico 1
Produção física industrial (%) – Bahia – 1º tri. 2021/1º tri. 2022



Fonte: IBGE–Pesquisa Industrial Mensal (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

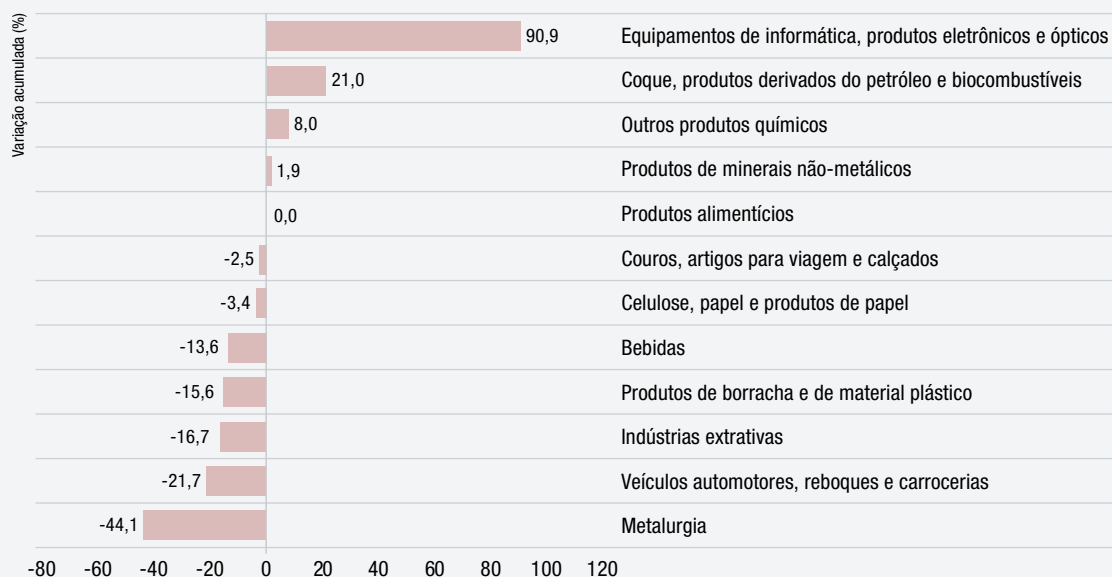
Notas: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) Variação no trimestre em relação ao trimestre exatamente anterior. Dados ajustados sazonalmente.

Na análise dos segmentos da indústria baiana, no primeiro trimestre de 2022, comparado com o mesmo período anterior, apesar da maioria dos segmentos da indústria de transformação baiana apresentar taxas negativas, conforme dados ilustrados no Gráfico 2, houve aumento da produção industrial de transformação do estado no período, com taxa de 3,5%, pois aqueles que registraram avanço têm importante participação (48,1%) no valor da transformação industrial.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado positivo da indústria de transformação baiana tem-se, inicialmente, o setor de derivados de petróleo, que tem nova gestão após a privatização da refinaria localizada no estado. No trimestre, a produção desse segmento expandiu 21,0% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, com aumento no processamento de óleo combustível, óleo diesel e gasolina, especialmente beneficiada pelos elevados preços das commodities.

Gráfico 2
Produção física da indústria por setores de atividade (%) – Bahia – Jan.-mar. 2022



Fonte: IBGE—Pesquisa Industrial Mensal (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

A indústria de produtos químicos, impulsionada pelo avanço na produção de insumos para fertilizantes (amoníaco e ureia), dado seu peso no valor da transformação industrial, apresentou a segunda maior contribuição para a taxa positiva da indústria baiana no período. No trimestre, o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia resultou no aumento expressivo dos preços dos fertilizantes, produtos que têm grande concentração da oferta global na região onde está localizado o conflito, o que favoreceu o aumento da produção neste segmento na Bahia.

O setor de Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos registrou aumento de 90,9% no primeiro trimestre deste comparativamente ao mesmo trimestre do ano de 2021, principalmente atribuído ao crescimento na produção de computadores pessoais de mesa e portáteis no período.

A produção de Minerais não metálicos acumula aumento de 1,9% no primeiro trimestre de 2022, porém a produção desse setor vem desacelerando, devido aos elevados custos desses insumos que são utilizados pelo setor da construção. No ano, houve aumento, principalmente, na fabricação de cimento “Portland”, massa de concreto e ladrilhos, placas e azulejos de cerâmica esmaltados, sobretudo para recompor estoques.

A indústria de alimentos, que teve o desempenho influenciado pela retomada da economia mundial e pelos preços favoráveis no mercado internacional no último trimestre de 2021, apresentou estabilidade no primeiro trimestre deste ano. No caso, houve aumento, principalmente, na produção de resíduos da extração de soja, óleo de soja em bruto e carnes de bovinos frescas e refrigeradas e recuo na produção de farinha de trigo e cacau ou achocolatado em pó.

A principal contribuição negativa para o acumulado no primeiro trimestre do ano veio do setor metalúrgico, impactado, principalmente na transformação do cobre com queda na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre. Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, o referido segmento recuou 44,1%.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico, com queda de 15,6% no acumulado do ano, teve o desempenho influenciado, especialmente pela queda na produção de embalagens plásticas e insumos de material plástico para uso na construção.

A indústria de Bebidas recuou em 13,6% no primeiro trimestre deste ano, comparada ao mesmo período do ano anterior, impactada pela redução na produção de cervejas e chopes, pois ocorreu queda na demanda por esses produtos devido a não realização de festas populares no período.

O segmento de Celulose, papel e produtos de papel registrou queda na produção de celulose e caixas de papelão, devido à parada programada para manutenção na unidade 01 de Mucuri da empresa Suzano. O recuo do segmento foi de 3,4% no período comparativamente ao primeiro trimestre de 2021. A demanda, no entanto, permanece forte tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, diante da retomada da atividade e da recuperação do consumo de papéis de imprimir e escrever.

O setor de Veículos automotores, reboques e carrocerias registrou queda de 21,7% no ano, atribuído, principalmente, ao declínio na produção de peças e acessórios para automóveis.

Na indústria calçadista, o recuo do setor se deu especialmente pela queda na produção de calçados. Mesmo assim, no trimestre em questão, o segmento exportou US\$ 13,8 milhões, o que representou uma variação de 137,1% em relação ao mesmo período de 2021. Ressalte-se, também, que esta é uma das indústrias que mais emprega no estado, tendo gerado 2,86 mil postos de trabalho no primeiro trimestre de 2022, proporcionando crescimento de

A produção de Minerais não metálicos acumulou aumento de 1,9% no primeiro trimestre de 2022, porém a produção desse setor vem desacelerando, devido aos elevados custos desses insumos que são utilizados pelo setor da construção

As exportações alcançaram US\$ 4,075 bilhões e ficaram 54,7% acima do total registrado em igual período de 2021, enquanto as importações somaram US\$ 3,687 bilhões

26,8% no estoque de emprego do referido segmento em relação ao mesmo período de 2021. Com o resultado, em março deste ano, as fábricas de calçados no estado empregavam mais de 38 mil trabalhadores.

Por sua vez, as Indústrias extrativas, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (2022) do IBGE, tiveram queda 16,7% no primeiro trimestre do ano de 2022, principalmente em decorrência do recuo na produção de óleos brutos de petróleo, minérios de cobre e gás natural.

Diante do exposto, o maior avanço da indústria baiana em 2022 está relacionado ao aumento da demanda externa por parte dos países asiáticos, parte da Europa e Estados Unidos, a qual terminou contribuindo no sentido de impulsionar o crescimento da produção de industrializados. A elevação nos preços de determinadas commodities terminaram por favorecer a competitividade de parte do setor produtivo local. Além do mais, importante destacar que segmentos como os de combustíveis, petroquímicos, papel e celulose, alimentício, metais e minerais são os que têm a presença mais forte no mercado internacional.

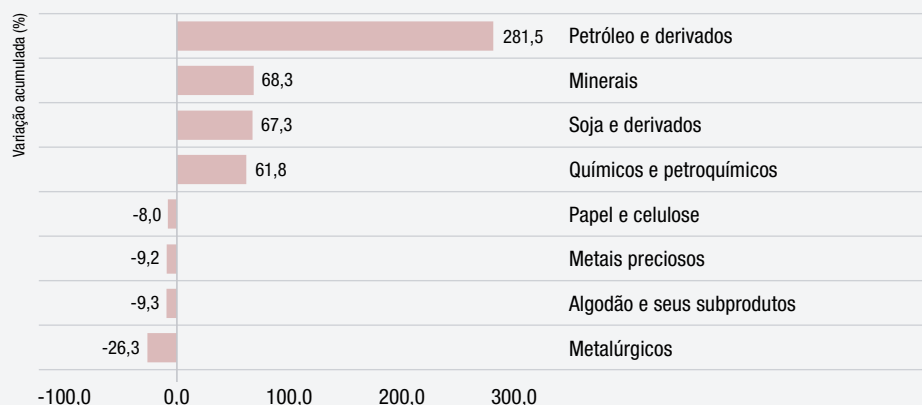
COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial baiana registrou superávit de US\$ 388,3 milhões no período de janeiro a abril de 2022, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, analisados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2022), da SEI. As exportações alcançaram US\$ 4,075 bilhões e ficaram 54,7% acima do total registrado em igual período de 2021, enquanto as importações somaram US\$ 3,687 bilhões – maiores em 51,7% se comparadas com a soma do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 7,762 bilhões, avançando 53,2% em relação ao resultado de igual período de 2021.

Considerando-se os segmentos da Agropecuária, destacam-se as vendas de Soja e derivados, com alta de 67,3% no período, e a queda nas vendas de Algodão e seus subprodutos (-9,3%), conforme ilustrado no Gráfico 3.

Entre os segmentos da Indústria de transformação, destacaram-se os aumentos em Petróleo e derivados (281,5%) e Químicos e petroquímicos (61,8%). Em sentido contrário, os principais recuos foram observados em Papel e celulose (-8,0%) e Metalúrgicos (-26,3%). Considerando-se as vendas da Indústria extrativa, houve crescimento no segmento de Minerais (68,3%) e declínio em Metais preciosos (-9,2%).

Gráfico 3
Exportações baianas (%) – Principais segmentos – Jan.-abr. 2022



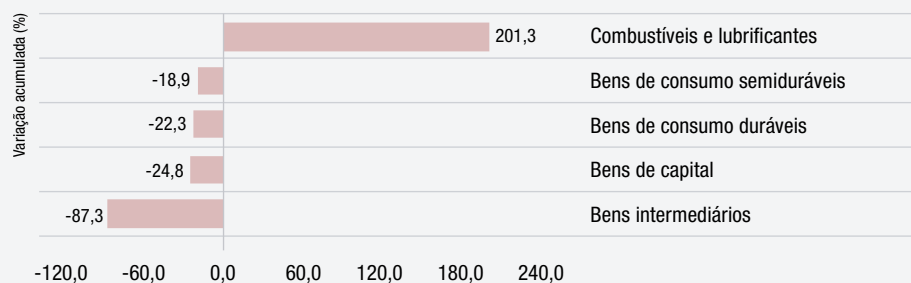
Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Dados coletados em 13/05/2022.

O aumento das compras externas no período deveu-se apenas ao aumento nas categorias de uso de combustíveis e lubrificantes (201,3%). As demais categorias tiveram recuo no período: bens intermediários (-87,3%), bens de consumo duráveis (-22,3%), bens de capital (-24,8%) e bens de consumo semiduráveis (-18,9%) (Gráfico 4).

Gráfico 4
Importações baianas por categoria de uso (%) – Jan.-abr. 2022



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: dados coletados em 13/05/2021.

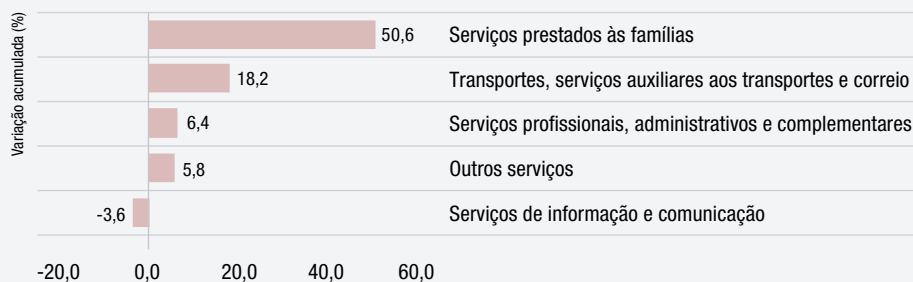
Portanto, no acumulado do ano até abril, as vendas externas baianas tiveram crescimento superior à média do Brasil (24,1%), refletindo, especialmente, as altas exportações do segmento de Petróleo e derivados (281,5%). O aumento das importações baianas no mesmo período também foi maior do que o observado na média do país (27,6%), refletindo no crescimento da indústria de transformação local, uma vez que os produtos importados

foram basicamente de insumos industriais, a exemplo de nafta petroquímica, GNL, óleo bruto de petróleo, entre outros.

ATIVIDADE DE SERVIÇOS

A reabertura econômica, após a passagem do momento mais crítico da crise sanitária, permitiu uma retomada mais firme do setor de Serviços baiano. Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2021) do IBGE, houve aumento de 14,6% no volume de Serviços no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado está atribuído ao aumento em quase todas as cinco atividades do setor, com exceção de Serviços de informação e comunicação, que no período recuou 3,6%, como ilustrado no Gráfico 5. Assim, tiveram crescimento as seguintes atividades: Serviços prestados às famílias (50,6%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (18,2%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (6,4%) e Outros serviços (5,8%).

Gráfico 5
Volume de Serviços (%) – Bahia – Jan.-mar. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

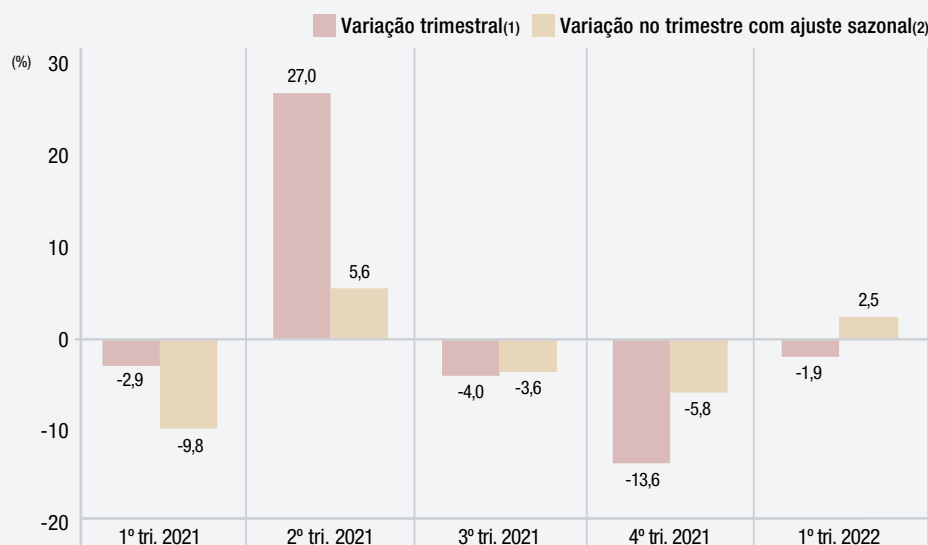
Ressalte-se que os segmentos como alojamento e alimentação e atividades artísticas e culturais têm sido beneficiadas pela recuperação da mobilidade, favorecendo fortemente o ritmo crescente das atividades do setor.

COMÉRCIO VAREJISTA

O comportamento das vendas do comércio varejista no primeiro trimestre de 2022 sugere que os recuos registrados pelo setor começam a perder força. De acordo com os dados apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) (2022) do IBGE, na análise sazonal, houve uma variação positiva nos negócios

em 2,5%, em relação ao período imediatamente anterior. Essa constatação também se verificou na comparação ao ano passado, que embora a taxa ainda se apresente negativa (-1,9%), enfraqueceu o ritmo de queda (Gráfico 6).

Gráfico 6
Volume de vendas do comércio varejista (%) – Bahia – 1º tri. 2021-1º tri. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio varejista (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

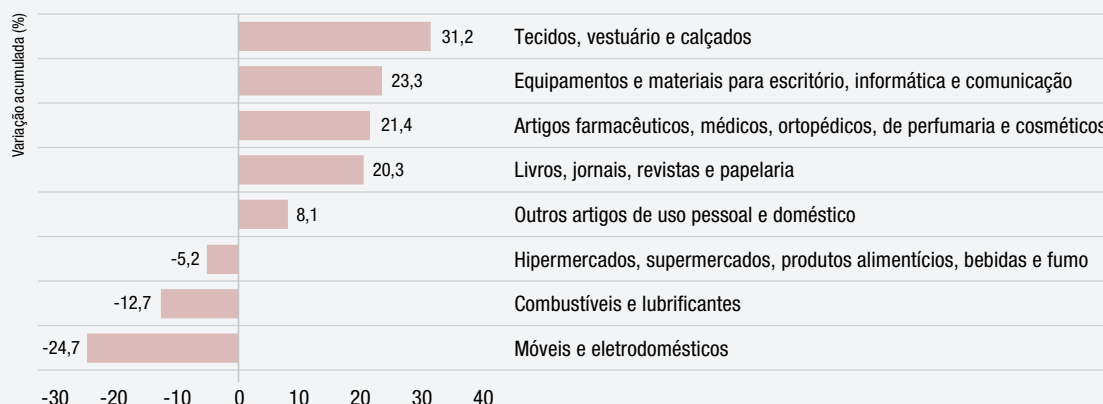
(2) Variação do trimestre em relação ao trimestre anterior. Dados ajustados sazonalmente.

A desaceleração da queda apresentada pelo setor se deve ao Auxílio Brasil nas faixas de renda mais baixas e a percepção mais favorável sobre o mercado de trabalho. Apesar de alguns fatores continuarem influenciando negativamente as vendas como inflação alta, comprometimento maior da renda, endividamento alto das famílias e elevadas taxas de juros.

Na análise trimestral por atividade, na série sem ajuste sazonal, verifica-se que o comportamento das vendas nos três primeiros meses de 2022 foi influenciado negativamente por três dos oito segmentos que compõem o setor (Gráfico 07): Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-5,2%), Combustíveis e lubrificantes (-12,7%) e Móveis e eletrodomésticos (-24,7%). Os resultados positivos ficaram por conta de Tecidos, vestuário e calçados (31,2%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (23,3%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (21,4%), Livros, jornais, revistas e papelaria (20,3%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,1%). No que diz respeito aos subgrupos, verifica-se que as vendas de Eletrodomésticos, de Móveis e de Hipermercados e supermercados recuaram, apresentando taxas de -25,6%, -24,7% e -5,5%, respectivamente.

Gráfico 7

Volume de vendas das atividades do comércio varejista (%) – Bahia – 1º tri. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio varejista (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No varejo restrito, as maiores contribuições negativas no primeiro trimestre deste ano vieram de Móveis e eletrodomésticos, Combustíveis e lubrificantes e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. As incertezas quanto ao comportamento da atividade econômica influenciaram as vendas nesses segmentos.

No caso de Móveis e eletrodomésticos, a adoção de política monetária restritiva com alta de juros e a ocorrência da inflação elevada resultaram num comprometimento das vendas nessa atividade. Os resultados negativos vêm se repetindo mensalmente de forma sequenciada desde julho de 2021 e têm no encarecimento do crédito, endividamento das famílias e comprometimento da renda dos trabalhadores seus principais causadores.

As vendas de Combustíveis e lubrificantes também foram influenciadas pelo cenário de incerteza da atividade econômica. Apesar de ser considerado um bem inelástico, as constantes elevações nos preços do produto têm levado os consumidores a utilizarem os seus veículos de forma mais otimizada. Desde o mês de agosto de 2021, a atividade vem registrando sucessivos resultados negativos nas suas vendas.

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo se constitui no segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista e que, por comercializar bens de primeira necessidade, tem na inflação e no comprometimento da renda os maiores entraves para o aquecimento dos negócios da atividade. A perda de poder de compra interfere na estratégia utilizada pelo consumidor de realizar o processo de substituição de bens, passando a efetivar a redução de produtos nas cestas adquiridas.

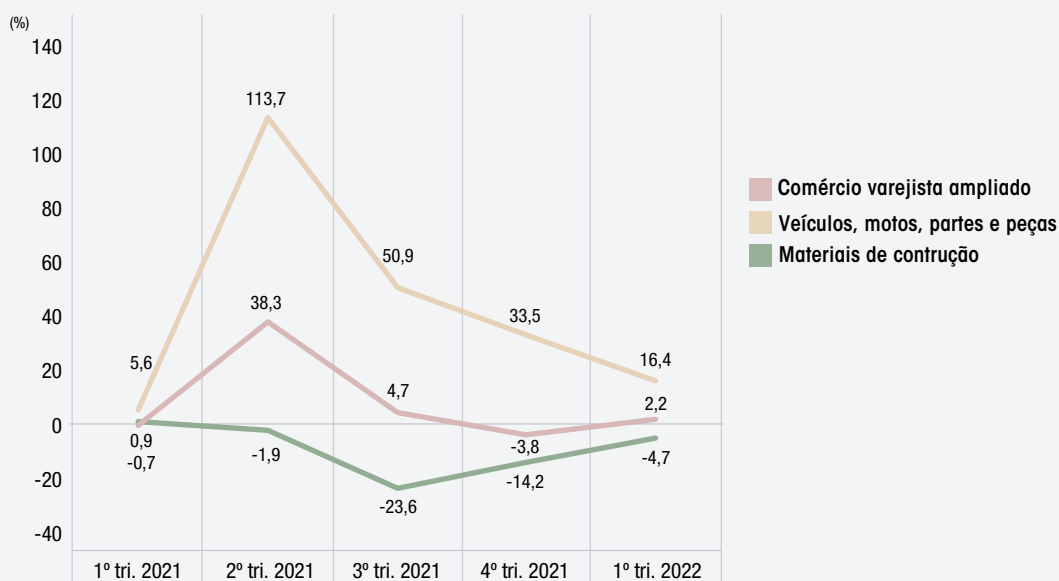
Por outro lado, entre as contribuições positivas, destaca-se o segmento de Tecidos, vestuário e calçados, que registrou a maior taxa do varejo no primeiro trimestre deste ano. O comportamento do referido segmento chama a atenção, pois, no ápice da pandemia, esse ramo foi o mais atingido com as medidas de isolamento social. No mês de março, essa atividade registrou uma expansão de 140,3% nas vendas. Esse impulso é atribuído às influências do Auxílio Brasil nas faixas de renda mais baixas, de uma percepção mais favorável sobre o mercado de trabalho por parte da população, da volta das atividades presenciais e do retorno dos eventos festivos.

No varejo ampliado, [...] também numa análise sem ajuste sazonal, as vendas avançaram 2,2%, em relação a igual trimestre do ano anterior

No varejo ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, também numa análise sem ajuste sazonal, as vendas avançaram 2,2%, em relação a igual trimestre do ano anterior. Esse resultado foi influenciado pelo comportamento de Veículos, motos, partes e peças, cujas vendas aumentaram em 16,4% no período. Em contrapartida, as vendas do segmento de Material de construção retraíram em 4,7% (Gráfico 8). Em igual base de comparação, o varejo ampliado também exibiu avanço no país (1,1%), com taxa positiva para o segmento de Veículos, motos, partes e peças (3,5%) e negativa para o segmento de Material de construção (-4,8%).

Gráfico 8

Volume de vendas do comércio varejista ampliado (%) – Bahia – 1º tri. 2021-1º tri. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre anterior.

O comportamento de Veículos, motos, partes e peças manteve crescimento nas vendas, mas em ritmo reduzido. No primeiro trimestre de 2022, o efeito

estatístico verificado em igual período do ano anterior não foi observado, prevalecendo as incertezas do momento. Fortemente influenciadas pelo crédito, as vendas dessa atividade costumam se intensificar entre os meses de setembro e dezembro, período em que as montadoras realizam descontos para comercializar os modelos daquele ano. Essa estratégia não se manteve na mesma magnitude nos primeiros três meses deste ano, levando a uma amenização no crescimento das vendas do ramo.

No segmento de Material de construção, a perda de poder aquisitivo do consumidor, dado a elevação da taxa de juros, da inflação e do endividamento das famílias, levou ao comprometimento do volume de vendas nessa atividade, passando a registrar, desde junho de 2021, sucessivos recuos. Entretanto, apesar de ainda negativa, a taxa apresentada no primeiro trimestre de 2022 revela que o ritmo de queda foi arrefecido. Esse comportamento pode ter sido influenciado tanto pelo Auxílio Brasil nas faixas de renda mais baixas quanto pelo dinamismo registrado pelo mercado de trabalho baiano.

Assim sendo, as expectativas para o comércio varejista baiano no ano de 2022 continua dependendo do comportamento de algumas variáveis, como a inflação, a taxa de juros, o desemprego e o endividamento das famílias, bem como a dinâmica da economia local com a proximidade das eleições. Todavia, com a amenização do ritmo de queda apresentado pelo setor no primeiro trimestre na Bahia, ratificado pelo crescimento das vendas na análise sazonal, o otimismo tomou conta dos comerciantes, passando a antever um segundo trimestre mais promissor.

MERCADO DE TRABALHO

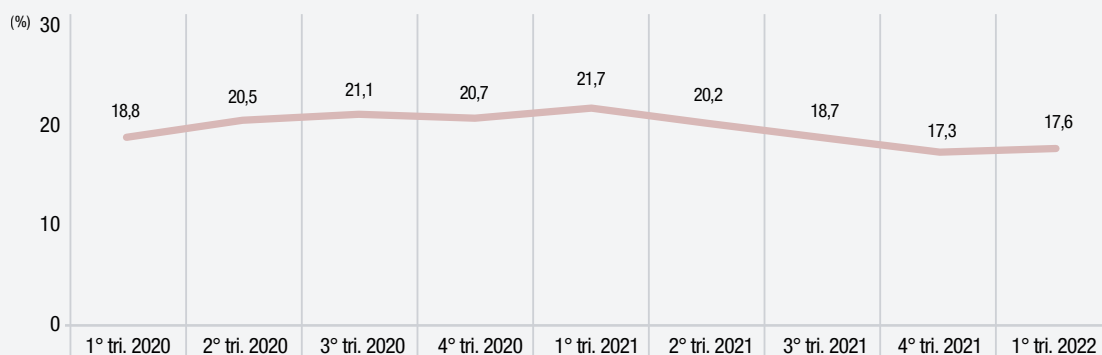
O mercado de trabalho baiano apresentou resultados positivos no primeiro trimestre do ano, principalmente após o retorno à normalidade das atividades de serviços prestados às famílias. Os indicadores de emprego podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PANDC) (2022), do IBGE, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência (BRASIL, 2022).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela PNADC, manteve-se praticamente estável, já que passou de 17,3%, no quarto trimestre de 2021, para 17,6% no primeiro trimestre de 2022, registrando acréscimo de apenas 0,3 ponto percentual entre os períodos. Ao mesmo tempo, ocorreu redução de 1,2 ponto percentual entre o primeiro trimestre de 2021 (21,1%)

e o primeiro trimestre deste ano. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2020 pode ser observada no Gráfico 9.

Gráfico 9

Taxa de desocupação (%)⁽¹⁾ – Bahia – 1º tri. 2020-1º tri. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

A população ocupada na Bahia aumentou 12,9% no primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve crescimento de 9,4% na mesma base de comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada no estado, os resultados destacam, no confronto entre o primeiro trimestre de 2022 e o de 2021, desempenho positivo em nove dos dez segmentos: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+13,6%), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (+10,7%), Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+8,8%), Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+20,0%), Indústria geral (+18,2%), Construção (+13,6%), Alojamento e alimentação (+40,9%), Serviços domésticos (+24,8%) e Outros serviços (+1,3%). Assim, apenas o grupamento Transporte, armazenagem e correio apresentou recuo da população ocupada nessa base de comparação, uma queda de 14,2%.

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação no estado, verificou-se que os empregados do setor privado com carteira assinada (exclusive domésticos) tiveram acréscimo de 3,3% no primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, os empregados do setor privado sem carteira assinada (exclusive domésticos) aumentaram em 16,4%. Houve também crescimento significativo da população ocupada como Conta própria (+13,3%).

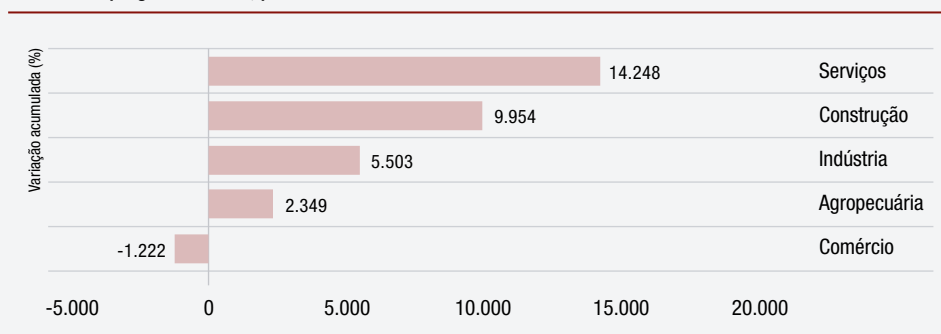
O rendimento habitual médio real (de todos os trabalhos) recuou 4,5% para os ocupados, na comparação entre o primeiro trimestre de 2022 e o mesmo período de 2021

O rendimento habitual médio real (de todos os trabalhos) recuou 4,5% para os ocupados, na comparação entre o primeiro trimestre de 2022 e o mesmo período de 2021. Da mesma forma, a massa de rendimento real (de todos os trabalhos) aumentou em 7,2%.

Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a março de 2022, na Bahia, foram gerados 30.832 postos de trabalho, de acordo com os dados do Novo Caged (BRASIL, 2022). Isso corresponde a uma variação percentual do estoque de emprego de 1,72%, portanto acima da média nacional (+1,51%) e nordestina (+0,38%). No país, houve um saldo positivo de 615.173 postos e, no Nordeste, de 25.086 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, com exceção do Comércio, que registrou perda de 1.222 postos de trabalho, todos os demais setores de atividade apresentaram saldos positivos, destacando-se o setor de Serviços, com 14.248 postos, seguido pelos setores de Construção, com 9.954 vagas, de Indústria, com 5.503 postos, e de Agropecuária, com 2.349 postos de trabalho, como ilustrado no Gráfico 10.

Gráfico 10
Saldo de empregos celetistas, por setor de atividade econômica – Bahia – Jan.-mar. 2022



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Novo Caged (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Saldo líquido = admitidos menos desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo até março de 2022.

(3) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2022).

(4) Dados com o ajuste da nova metodologia adotada pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

(5) Dados divulgados em abril de 2022.

Os indicadores analisados apontaram um quadro de recuperação do mercado de trabalho baiano no primeiro trimestre de 2022, principalmente com importante criação dos empregos formais, porém o aumento da ocupação ainda tem sido liderado pelo crescimento do trabalho informal. Importante ressaltar também a elevada taxa de desemprego e os reduzidos rendimentos do trabalho no primeiro trimestre deste ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do ambiente econômico apresentado nas seções anteriores, a expectativa para o ano de 2022, segundo projeções elaboradas pela SEI, é que a economia da Bahia terá desempenho positivo, embora com um ritmo menos intenso do que o observado em 2021, diante das incertezas tanto no cenário nacional como no externo.

Neste sentido, a expectativa é de que o setor de Serviços mantenha um ritmo forte de crescimento. A retomada das atividades turísticas será determinante para o aumento da ocupação e da renda em 2022. Porém, o Comércio varejista, também beneficiado pela reabertura das lojas físicas, pode ser prejudicado pela perda de poder de compra por parte dos consumidores devido ao aumento da inflação e pelo maior custo do crédito. No mercado de trabalho, o número de ocupações continua a crescer fortemente em praticamente todos os grandes setores, especialmente o de Serviços, porém observa-se queda na média dos rendimentos.

A Agropecuária deve repetir o resultado positivo de 2021, com safra superior a 11 milhões de toneladas em 2022, de acordo com as estimativas tanto da Conab como do IBGE. O setor industrial também deve apresentar resultados positivos, principalmente ancorado pela demanda externa, essencialmente por combustíveis, químicos e outras commodities. As vendas externas serão beneficiadas pelos elevados preços das commodities. As importações, por outro lado, não devem registrar crescimento significativo, devido ao baixo nível da demanda doméstica e dos investimentos, porém serão beneficiadas pelo aumento das compras do setor de combustíveis, que está em plena expansão.

Contudo, alguns riscos podem comprometer o cenário esperado de crescimento econômico baiano no decorrer do ano. Do lado externo, o conflito entre Rússia e Ucrânia pode trazer severos problemas ao comércio externo brasileiro, o que, por sua vez, se refletiria no baiano. A duração do conflito pode impactar diretamente a agropecuária a partir do segundo semestre, na medida em que ocorram escassez de fertilizantes e encarecimento dos insumos. Do lado interno, a elevação das taxas de juros e a pressão inflacionária podem reduzir o nível de atividade no estado, na medida em que dificultem a produção e o consumo de bens e serviços. Somado a esses fatores, tem-se o processo eleitoral que pode aumentar a volatilidade do mercado interno.

Por fim, mesmo com a manutenção na zona de pessimismo moderado do Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (2022), a expectativa é que a continuidade dos investimentos, principalmente, em infraestrutura, contribua para o crescimento da indústria e da economia baiana nos próximos anos. Neste sentido, destacam-se empreendimentos como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), a Ponte Salvador-Itaparica, a Ponte Barra-Xique-Xique, o Veículo Leve de Transporte (VLT) do Subúrbio, o Tramo III da linha do metrô em Salvador e a construção da nova rodoviária de Salvador, como também as obras oriundas do marco do saneamento básico e do marco ferroviário. Todos esses são investimentos importantes para o crescimento do emprego, da renda e da produtividade a médio e longo prazo no estado.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA: produção baiana de grãos segue com expectativa de nova safra recorde em 2022. Salvador: SEI, maio 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_mai_2022.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2021/22. Brasília: CONAB, v. 9, n. 8, maio 2022. Oitavo levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em: 30 maio 2022.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA: desempenho do comércio exterior baiano. Salvador: SEI, abr. 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_abr_2022.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*: estatísticas mensais do mercado de trabalho formal. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 30 maio 2022.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2022_1tri.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE, 2022, Washington, DC. Proceedings [...]. Washington, DC: FOMC, 2022. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/files/fomcminutes20220504.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 2 maio 2022.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO. Salvador: SEI, abr. 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/rel_ICEB_abr22.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca>. Acesso em: 20 maio 2021.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, jul./set. 2021. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2022_1.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: war sets back the global recovery*. Washington, DC: IMF, Apr. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/04/19/world-economic-outlook-april-2022>. Acesso em: 10 maio 2022.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, maio 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/bahia>. Acesso em: 20 maio 2022.

MELO, Felipe. *Crescimento das vendas acima do esperado injeta otimismo no comércio*. [S. l.], 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/crescimento-das-vendas-acima-do-esperado-injeta-otimismo-no-comercio/427154>. Acesso em: 27 maio 2022.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL: empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1849#resultado>. Acesso em: 15 maio 2022.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física regional. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2022_mar.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2022_mar.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2022_mar.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 1º tri. 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2022/pnadc_202201_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 246, 2022, Brasília. *Ata* [...]. Brasília: Bacen, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom>. Acesso em: 3 maio 2022.



Kelsor Fernandes

O COMERCIO VAREJISTA NO PÓS-PANDEMIA

Kelsor Fernandes é o primeiro empresário do setor de serviços a presidir a Federação do Comércio do Estado da Bahia (Fecomércio-BA) em mais de 70 anos de história da organização.

Atuando no ramo imobiliário há mais de 40 anos e, desde a década de 1990, sócio-proprietário da imobiliária que leva o seu nome, ele tem ainda assentos em entidades como Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Sebrae e Santa Casa da Misericórdia, além de presidir o Conselho Consultivo da Frente Parlamentar das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Nesta entrevista, a revista C&P convidou o empresário, natural de Alagoinhas, a avaliar os desafios do contexto econômico para os segmentos ligados à Fecomércio-BA: comércio de bens, serviços e turismo. O empresário avalia a atual conjuntura econômica, refletindo sobre o pós-pandemia e os impactos da guerra nas atividades.



SEI – O COMÉRCIO VAREJISTA DA BAHIA, NOS ÚLTIMOS ANOS, NÃO VEM APRESENTANDO RESULTADOS EXPRESSIVOS. QUAIS AS CAUSAS ESTRUTURAIS PARA ESSE BAIXO DESEMPENHO?

Kelsor Fernandes – O comércio varejista da Bahia conseguiu se sair relativamente bem da maior crise econômica mundial já vista e volta, em 2021, com o mesmo faturamento do período pré-pandemia, com R\$ 120 bilhões. Isso foi em decorrência, sobretudo, do incentivo ao crédito, dada a baixa taxa de juros para estimular o consumo. No entanto, há alguns aspectos específicos do estado que limitam essa retomada de maneira mais forte. O primeiro ponto é o desemprego elevado, com taxa de 17,6% no primeiro trimestre deste ano, a maior da região Nordeste, que tem uma média de 14,9% de taxa de desocupados. Atrelado a isso está o rendimento médio do trabalhador do estado que também é baixo, de R\$ 1.679 contra a média da região de R\$ 1.720. E ter uma parcela relevante da população do estado dependente de programas de transferências também é outro fato dificultador, pois são pessoas mais vulneráveis, trabalham mais na informalidade e não têm acesso facilitado ao crédito. Ilustra, desta forma, que há regiões no estado menos desenvolvidas e carentes de investimento, que seriam necessários para dar oportunidades de emprego e renda, o que, por consequência, daria tração para as atividades econômicas, como o próprio comércio.

SEI – NO ATUAL CENÁRIO DE INFLAÇÃO ELEVADA, JUROS ALTOS, ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS E DESEMPREGO, QUAL A EXPECTATIVA DA FECOMÉRCIO-BA QUANTO À RETOMADA DA DEMANDA NO SEGUNDO SEMESTRE?

KF – A tendência para o segundo semestre é de um ritmo fraco de consumo. As famílias estão no seu nível recorde de contas em atraso, os juros continuam subindo e a inflação superando os 10%. A resultante dessas variáveis é a limitação de consumo. Não há milagre. Por mais que esteja havendo uma retomada importante no mercado de trabalho, é preciso organizar as finanças domésticas, para depois pensar numa expansão de consumo mais sólida, de longo prazo. E enquanto os juros estiverem próximos a 14%, dificultará sobretudo a situação daqueles setores que dependem de compra através de financiamento. A inflação, embora esteja bem elevada no acumulado em 12 meses, já dá sinais de arrefecimento, o que contribuirá para o aumento de consumo mais para o final do ano.

SEI – COMO O SENHOR AVALIA OS IMPACTOS DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) 15, CHAMADA DE PEC DA BONDAD DO GOVERNO FEDERAL, SOBRE O COMÉRCIO, PRINCIPALMENTE O AUMENTO DO AUXÍLIO BRASIL DE R\$ 400 PARA R\$ 600? PODEMOS ESPERAR UM EFEITO SEMELHANTE AO AUXÍLIO EMERGENCIAL DE 2020?

KF – A proposta é positiva no sentido de atender às famílias mais vulneráveis e que estão sofrendo no cenário de inflação alta. No entanto, é necessário comentar que, apesar da aprovação no Congresso, o gasto dessa PEC passa do orçamento previsto, ou seja, aumentará a dívida e quem arcará no final com isso é a população em geral. Mas, o Auxílio Brasil não terá o mesmo efeito do auxílio emergencial de 2020. Naquele ano, para se ter uma ideia, somente as famílias beneficiárias da Bahia receberam R\$ 25,2 bilhões. Agora, o programa total será de pouco mais de R\$ 40 bilhões para os mais diversos objetivos da PEC. Outro ponto é que os R\$ 600 não será o adicional na economia, ou seja, dinheiro novo. Serão os R\$ 400 do tradicional Auxílio Brasil e, de agosto até dezembro, haverá os R\$ 200 extras. De qualquer forma, esse recurso novo ajudará as famílias mais carentes no consumo dos seus alimentos e, espera-se que até o final do ano a economia consiga melhorar para dar oportunidade de emprego a esse beneficiário.

SEI – NOS ÚLTIMOS ANOS, O SEGMENTO DE HIPER E SUPERMERCADOS APRESENTOU NA BAHIA EM ALGUNS MOMENTOS DESCOMPASSO COM O MOVIMENTO REGISTRADO NO CENÁRIO NACIONAL, EXISTE ALGUMA RAZÃO ESPECÍFICA PARA ISSO?

KF – Os números que a Fecomércio-BA calcula para o setor mostram um cenário um pouco diferente. Durante a pandemia, o setor supermercadista registrou faturamento recorde, como foi o caso de maio de 2020, com R\$ 1,6 bilhão, período bem no começo das restrições impostas. A tendência nacional também foi nessa linha no início da pandemia. No Brasil, o setor também teve um grande avanço no primeiro ano de pandemia por ser um setor essencial, e no ano passado houve uma natural desaceleração, até por conta da inflação de alimentos. Nesse caso, afeta mais a Bahia, pois a escala nos preços dos alimentos impacta, sobretudo, as regiões de renda mais baixa, onde a Bahia se insere. Então, de fato, fica mais difícil a recuperação do setor. Porém, de maneira geral, os comportamentos nos últimos anos foram similares.

SEI – COMO A FECOMÉRCIO-BA ESTÁ ORIENTANDO SEUS ASSOCIADOS EM RELAÇÃO A LINHA DE CRÉDITO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (PRONAMPE) EM RELAÇÃO À MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS NO SETOR?

KF – O programa Pronampe foi essencial para salvar muitas empresas no início da pandemia, pois as condições eram muito favoráveis em relação a prazos, carência, juros etc, comparadas ao que se tinha no mercado. Até porque os bancos, com medo do calote, restringiram a oferta de crédito e colocaram condições muito difíceis. Agora, o programa ainda tem suas vantagens na comparação com o mercado tradicional de crédito. No entanto, como a taxa básica de juros subiu de 2% para pouco mais de 13% em um ano, naturalmente, torna o programa menos atrativo, pois oferta a taxa Selic mais 6% ao ano. Ou seja, fala-se, neste momento, em torno de 20% ao ano, o que ainda é considerado um patamar elevado. A orientação às empresas é que a tomada de crédito deve ser feita somente se necessário e se houver um planejamento no sentido de buscar aumentar receita futura. Isso porque muitas empresas contratam o recurso para pagar compromissos do passado e ficam com uma nova dívida, sem a previsão de receita futura para pagar o empréstimo do programa. O ideal é se endividar para investir em compra com fornecedores, contratar novos colaboradores, comprar novos equipamentos para inovar o negócio.

SEI – RECENTEMENTE, O CONGRESSO APROVOU A RETIRADA OU REDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) E IMPOSTOS FEDERAIS PARA OS COMBUSTÍVEIS. QUAL O IMPACTO DESSA MEDIDA PARA OS SEUS FILIADOS (SINDICATOS PATRONAIS E EMPRESAS DO COMÉRCIO)?

KF – A medida de limitação do ICMS em 17% para os combustíveis foi muito positiva. O resultado foi imediato para a população, com a redução no preço na bomba, trazendo um alívio diante do cenário de inflação elevada. Para as empresas, sempre que há redução de impostos a avaliação é favorável, pois estimula o consumo e gira mais a economia, no médio e longo prazo, recompensando os estados com o aumento da arrecadação. Os empresários ficam, de certa forma, como intermediários, pois não são eles que pagam os impostos, mas sim quem está na ponta pagando por serviços e produtos.

SEI – APÓS A RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS, O TURISMO TEM APRESENTADO RESULTADOS BEM EXPRESSIVOS NA BAHIA. NA VISÃO DA Fecomércio-BA, COMO OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAIS PODEM ADOTAR MEDIDAS PARA TORNAR ESSA ATIVIDADE CADA VEZ MAIS DINÂMICA E PROFISSIONAL, CONTRIBUINDO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E IMPOSTOS?

KF – O turismo, de fato, tem sido destaque na economia baiana nesta retomada pós-pandemia. Dentre os três estados do Nordeste analisados pelo IBGE, somente a Bahia conseguiu superar o desempenho no setor em relação a 2019. E são vários os fatores que levam a esse resultado. Primeiro é a demanda reprimida da pandemia e, agora, as pessoas voltam a se planejar e viajam com mais segurança. Outro aspecto é que o estado está mais próximo, entre os seus principais concorrentes, da principal região “exportadora” de turistas, a Sudeste, sobretudo São Paulo. Ou seja, tempo de viagem mais curto. Além disso, o estado conta com uma oferta única de atrações turísticas, até pela sua dimensão: do interior com o ecoturismo até as praias pelo longo litoral, de turismo de lazer para as famílias até o corporativo. São várias as medidas que o setor público, nas três esferas, pode criar para ajudar o segmento. Primeiro, entender a relevância do turismo e seu impacto na cadeia econômica, tendo equipes preparadas para montar planos estratégicos para o turismo das regiões. Depois, ajudar no processo de formalização do negócio, tornar desburocratizado e simples o processo de abertura de empresas, emissão de notas, isenção de taxas, entre outras medidas. Passa também pela contribuição para a qualificação dos profissionais, com cursos técnicos e de línguas. Além desses pontos, é importante investir diretamente ou através de parcerias e programas de privatização em infraestrutura, como aeroportos e rodovias, para poder aumentar o fluxo de turistas na região. Outro ponto relevante é a segurança do turista. É necessário ter o policiamento, a vigilância, para que empresários e turistas possam aproveitar os destinos. Infelizmente, fala-se muito sobre o potencial do Brasil e da Bahia na área do turismo, mas isso vai se perdendo ao longo do tempo diante de equívocos e omissões de políticas públicas.

SEI – COM A PANDEMIA, SABE-SE QUE MUITOS EMPRESÁRIOS TIVERAM QUE ENCERRAR AS SUAS ATIVIDADES NO COMÉRCIO. EXISTE ALGUMA ESTRATÉGIA DA FECOMÉRCIO-BA PARA FOMENTAR O DINAMISMO NO SETOR? EM CASO POSITIVO, QUAIS SERIAM OS SEGMENTOS BENEFICIADOS?

KF – A Fecomércio-BA é a casa do empresário do comércio, serviços e turismo da Bahia. Entre suas câmaras temáticas, produção de dados econômicos, parcerias com entidades e o setor público, há uma construção relevante de ideias e conteúdo na busca da melhoria do ambiente de negócios no estado. Para haver o dinamismo dos setores na Bahia é preciso objetivar a redução das burocracias e da carga tributária e, por outro lado, incentivar o crédito às empresas, sobretudo às micro e pequenas, que sofrem mais com a limitação de acesso ao sistema financeiro. Para enfrentar esses desafios, a Fecomércio-BA mantém diálogo constante com o setor público. E não há setores específicos a serem beneficiados, mas o ambiente de negócio tem que ser favorável a todos os segmentos.

SEI – O COMÉRCIO VAREJISTA AINDA É MUITO CONCENTRADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. COMO ATUA A FECOMÉRCIO-BA PARA DESCONCENTRAR E QUALIFICAR CADA VEZ MAIS OS TRABALHADORES DAS CIDADES DO INTERIOR?

KF – A centralização da economia do estado é um problema histórico. E para problemas complexos não há soluções simples. Para resolver esta situação, há a necessidade de incentivos por parte do poder público para que empresas invistam em outras regiões menos desenvolvidas. Porém, o incentivo tem que vir junto de investimentos em infraestrutura, sobretudo em conexões viárias. Não adianta uma grande empresa estruturar o seu negócio no interior sem que haja estradas adequadas para o deslocamento de colaboradores e cargas. Além disso, outro ponto essencial é o investimento em educação. Dificilmente um trabalhador qualificado vai querer se deslocar para uma região mais remota, a não ser que a proposta salarial seja muito agradável. Assim, haverá uma certa dependência da comunidade local para formarem colaboradores. E regiões mais pobres sofrem já na educação básica, o que, de certa forma, inviabiliza a estruturação de muitos negócios. E quando se tem áreas mais atrativas ao agronegócio, o próprio negócio acaba se desenvolvendo e contribuindo para o desenvolvimento local. A utilização de mão de obra é menos intensiva, uma vez que a tecnologia está ampliando o seu espaço no campo. Porém, são proporções menores que impactam menos na economia como um todo.

SEI – DIANTE DO SUCESSO DO TRABALHO SOCIAL DA FECOMÉRCIO-BA, MUITO RECONHECIDO, QUAIS SÃO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA INSTITUIÇÃO NESSE CAMPO EM 2022 E O QUE ESTÁ SENDO PENSADO PARA OS PRÓXIMOS ANOS?

KF – Por meio dos nossos braços sociais, o Sesc (Serviço Social do Comércio) e o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), mantemos um trabalho intenso nas áreas de educação, saúde, assistência, cultura, lazer e capacitação profissional, que beneficia trabalhadores do comércio e toda a sociedade. Para 2022 e os próximos anos, nossa meta é avançar na interiorização das atividades, levando os serviços do Sesc e Senac para os quatro cantos do nosso estado. Algumas novidades também estão no plano estratégico do nosso mandato, como a criação da Policlínica Sesc, na capital, com a oferta de exames a preços subsidiados. Especificamente no campo da responsabilidade social, realizamos anualmente a campanha Natal Solidário, que arrecada e distribui donativos a instituições sociais baianas, no período do fim do ano, com o apoio de uma rede de parceiros, incluindo os colaboradores de nossa instituição.

SEI – ESTE ANO TEREMOS ELEIÇÕES GERAIS. NESSE SENTIDO, QUAIS REFORMAS SÃO IMPRESCINDÍVEIS PARA MELHORAR E DINAMIZAR O COMÉRCIO VAREJISTA, BENEFICIANDO, PRINCIPALMENTE, O CONSUMIDOR?

KF – A agenda de reformas precisa continuar, independentemente de quem estará no governo no próximo pleito. A reforma tributária é extremamente importante para o país, mas é importante que não vise somente a simplificação, mas a redução na carga tributária. Para isso, outra reforma também é essencial, a administrativa. Até para adequar o estado a uma carga tributária menor. E simplificação e redução de tributos significa mais poder de investimentos das empresas e, por consequência, maior geração de emprego e renda, dando tração ao ciclo virtuoso na economia. No final, ganham as empresas, consumidores e, inclusive, o estado, com o aumento da arrecadação.

SEI – O E-COMMERCE VEM TENDO CADA VEZ MAIS PARTICIPAÇÃO NAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA. QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS DAS LOJAS FÍSICAS E DO E-COMMERCE?

KF – As perspectivas são positivas. Lembrando que não há qualquer tipo de disputa entre os dois negócios. Pelo contrário, há uma sinergia, uma complementariedade, com os segmentos crescendo juntos. Com a pandemia, evidentemente, o processo de expansão do e-commerce se acelerou. Os consumidores foram perdendo o receio dos problemas de clonagem de

cartão, de demora na entrega, qualidade do produto etc. Os empresários entenderam que é importante passar segurança aos consumidores e estão investindo cada vez mais em plataformas e serviços de logística mais eficientes. Embora haja um forte crescimento, a participação do e-commerce nas vendas do varejo ainda é muito tímida no Brasil, em torno de 5%. A estrutura logística no país ainda é muito limitada para esse percentual chegar a níveis de 10% a 15%, como ocorre nas grandes economias. De qualquer forma, a tendência é positiva, do e-commerce ajudando o fortalecimento do setor varejista no Brasil, trazendo muita inovação e tecnologia.

SEI – COM A PERSISTENTE GUERRA NA UCRAÍNIA E NOVAS ONDAS DAS CEPAS PANDÊMICAS, IMPACTANDO DIRETAMENTE O CONSUMO, QUAL A ESTRATÉGIA DA FECOMÉRCIO-BA PARA OS EMPRESÁRIOS ENFRENTAREM ESSA SITUAÇÃO?

KF – A princípio, as situações mais graves da pandemia já passaram e, agora, há uma certa normalidade tomando conta. A guerra na Ucrânia fugiu das projeções e impactou a economia mundial com a elevação nos preços das commodities de energia e agrícolas. Embora haja uma retomada sólida da economia, não necessariamente está se revertendo em ganhos aos empresários. Os custos gerais subiram demasiadamente e comprometeram a rentabilidade dos negócios. A atenção com a venda deve ser permanente, de preços atrativos, condições de pagamento favoráveis, busca da fidelidade, entre outras ações. Contudo, neste momento, a atenção com os custos deve ser ainda maior. Uma compra bem feita com o fornecedor, seja por preço, seja por condição de pagamento, pode trazer o diferencial em relação ao concorrente, atraindo o consumidor. Portanto, de maneira geral, a estratégia é enfrentar os custos, o que trará benefícios na formação de preço e rentabilidade do negócio.

SEI – NO ATUAL CENÁRIO DE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS, QUAL A EXPECTATIVA DA FECOMÉRCIO-BA QUANTO À RETOMADA DA DEMANDA PELOS SEUS ASSOCIADOS?

KF – O problema não é tanto o endividamento, mas a inadimplência, as contas em atraso. O mundo ideal é que haja o aumento do endividamento com a redução da inadimplência. Ou seja, as famílias consumindo através do crédito e tendo condições de quitar esse compromisso feito. Em Salvador, a taxa de famílias inadimplentes tem atingido patamares recordes, o que demonstra uma fragilidade financeira das famílias diante do processo inflacionário. Sendo assim, a capacidade de consumo fica limitada e a demanda tende a ficar menos aquecida até que se comece a resolver, através de geração de emprego com distribuição de renda e, sobretudo, a inflação mais baixa. Essa última variável já começa a dar sinais de arrefecimento, o que

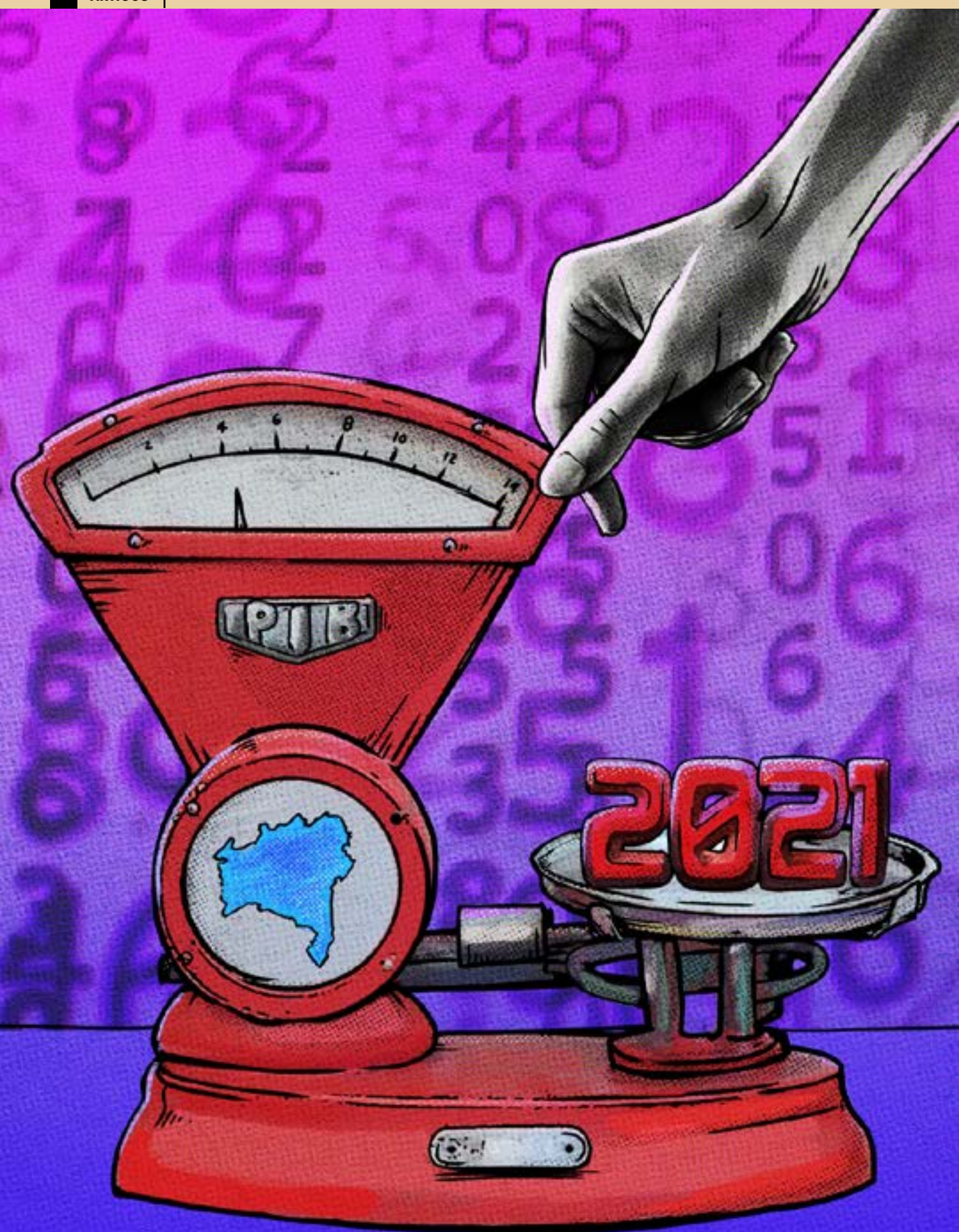
é um excelente sinal. A geração de emprego continua aquecida. Portanto, a expectativa para o futuro próximo é mais favorável. Só não é ainda mais positiva por conta da taxa de juros muito elevada.

SEI – SEGUNDO DADOS RECENTES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), A FALTA DE TRABALHO AINDA ATINGE 11,3 MILHÕES DE BRASILEIROS. QUAIS AÇÕES A FECOMÉRCIO-BA VEM DESENVOLVENDO PARA MITIGAR ESSA SITUAÇÃO JUNTO AOS SEUS ASSOCIADOS?

KF – Na Bahia, em específico, são 1,25 milhão de pessoas desempregadas, conforme dados do IBGE relativos ao primeiro trimestre deste ano. Para aquecer o mercado de trabalho, são necessários mais investimentos, mas que dependem de um conjunto de fatores. A taxa de juros precisa voltar a cair, tal como a inflação, e deveria haver também uma maior estabilidade política e econômica, para dar previsibilidade e segurança aos empresários que tomam decisões de longo prazo. Em outra frente, o fortalecimento da qualificação profissional para o ingresso e o reingresso no mercado de trabalho é uma das marcas da Fecomércio-BA, através do Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. A educação é o caminho mais seguro para o crescimento sustentável de um país.

SEI – APÓS A RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS, NA PERSPECTIVA DO SENHOR, EXISTE ALGUM SEGMENTE DO VAREJO QUE DEVERÁ APRESENTAR UMA FORTE PROJEÇÃO NAS VENDAS AINDA NESTE SEGUNDO SEMESTRE?

KF – O comércio varejista está tendo um desempenho assimétrico. Por conta do aumento da taxa de juros, os setores de eletroeletrônicos e móveis e decoração estão com retração nas vendas. Até porque, tiveram um resultado excelente no ano passado, o que deixou uma base de comparação muito elevada. Por outro lado, setores básicos como supermercados e farmácias seguem em expansão. Mas o destaque positivo tem sido o segmento de vestuário e calçados. Há uma demanda reprimida, incentivada pela volta à normalidade com os eventos sociais e de negócios, o que estimula a venda do setor e que deve continuar sendo destaque no segundo semestre.



PIB BAIANO ENCERRA 2021 COM ALTA DE 4,1%

Carol Araújo Vieira
Economista pela Universidade
Salvador (Unifacs). Técnica
de Contas Regionais da SEI.
carolvieira@sei.ba.gov.br

Denis Veloso da Silva
Economista pela Universidade
Católica do Salvador (UCSAL).
Técnico de Contas Regionais
da SEI. dveloso@sei.ba.gov.br

João Paulo Caetano Santos
Economista pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Coordenador de Contas Regionais
da SEI. joaopaulo@sei.ba.gov.br

doi.org/10.56839/cp.11202.1

Os EFEITOS da pandemia iniciada no primeiro trimestre de 2020, em virtude da paralisação total ou parcial de diversas atividades econômicas para maior controle da disseminação do vírus, provocaram um dos piores resultados para o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia. A atividade econômica do estado, mesmo apresentando oscilações em diversos seguimentos, começou a dar indícios de uma retomada de crescimento no ano de 2021, em comparação com 2020. Devido à chegada da segunda onda da covid-19 e aos reflexos negativos do ano anterior, o primeiro trimestre de 2021 registrou uma taxa do PIB de -0,5%. Os setores com as maiores participações na economia baiana foram os responsáveis pela retração da atividade econômica do estado: Serviços registrou retração de 0,2% e Indústria, queda de 3,3%. O destaque positivo ficou com o avanço de 6,8% da Agropecuária. (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2021a).



O segundo trimestre do ano foi marcado pela boa recuperação no Valor Agregado (VA) do setor de Serviços, que cresceu 9,2%, puxado pela alta do comércio, dos transportes e da administração pública

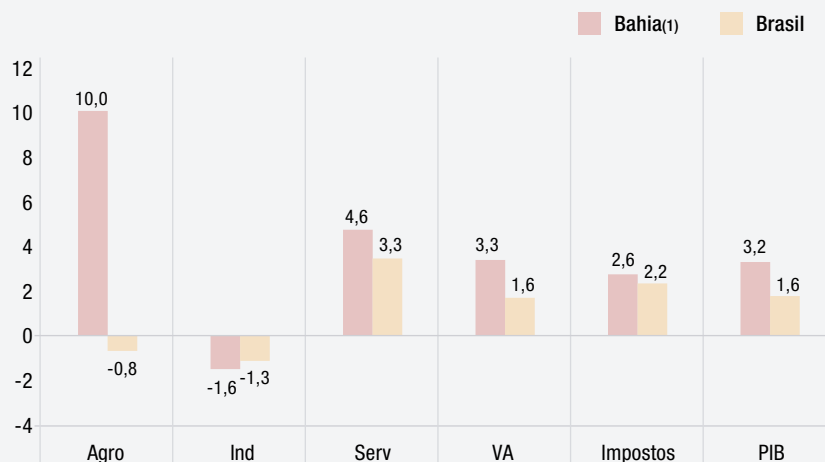
Já o segundo trimestre do ano foi marcado pela boa recuperação no Valor Agregado (VA) do setor de Serviços, que cresceu 9,2%, puxado pela alta do comércio, dos transportes e da administração pública, atividade extremamente relevante no estado. Além do setor de Serviços, a alta da Agropecuária (+7,1%) também contribuiu com a expansão do PIB baiano (+6,7%), depois de quatro trimestres consecutivos registrando taxas negativas (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2021b).

O terceiro trimestre de 2021 ratificou a alta na atividade econômica da Bahia, diante a base de comparação com queda em 2020. Um dos fatores que contribuiu com a retomada de crescimento de algumas atividades e, conseqüentemente, para uma melhora no quadro econômico do estado foi a ampliação no quadro de vacinação em todo estado. Desse modo, no segundo semestre do ano já tinha sido possível perceber que algumas atividades apresentaram ligeira recuperação, principalmente a Agropecuária e os Serviços, acarretando, no acumulado do ano, em alta de 4,1% do PIB, de acordo com os dados calculados pela equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2022).

Quando comparado a igual período do ano anterior, o PIB da Bahia apresentou expansão de 3,2% no quarto trimestre de 2021 (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2021d). O Valor Adicionado apresentou variação positiva de 3,3%, e os Impostos sobre produtos líquidos de subsídios, alta de 2,6%. Além da base de comparação (4º trimestre do ano anterior) ser de queda, dois setores foram responsáveis pelo resultado positivo da atividade econômica

Grafico 1

Variação das atividades do Produto Interno Bruto no quarto trimestre (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Bahia e Brasil – 2021



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (2021) e Informativo PB Trimestral (2021d).

Nota: (1) Dados sujeitos a retificação.

do estado, no período: Agropecuária, com taxa positiva de 10,0%, e Serviços, com crescimento de 4,6%.

Apenas para efeito de comparação com o PIB baiano, no mesmo período analisado, o PIB do Brasil apresentou crescimento de 1,6% no 4º trimestre de 2021, o quarto resultado positivo consecutivo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2021). A alta do Valor Adicionado a preços básicos foi de 1,6% e os Impostos sobre produtos líquidos de subsídios subiram 2,2%. Dentre as atividades que contribuíram para a geração do Valor Adicionado, a Agropecuária registrou queda de 0,8% em relação a igual período do ano anterior, com destaque negativo para as safras da cana de açúcar (-10,1%) e da mandioca (-2,4%). A Indústria retraiu 1,3%, puxada pelo recuo nas Indústrias de transformação (-6,9%). Já o Valor Adicionado do setor de Serviços apresentou avanço de 3,3%, na comparação com o mesmo período do ano anterior, com destaque para as atividades de Informação e comunicação (+13,8%) e Transporte, armazenagem e correio (+9,3%).

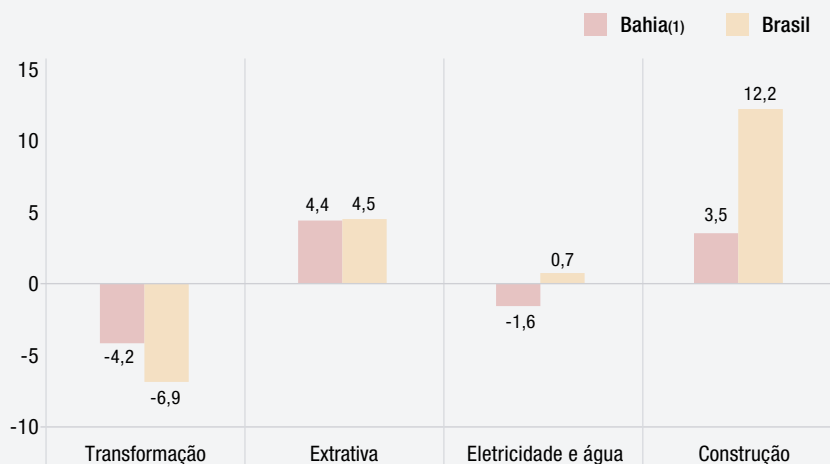
O crescimento em volume do setor agropecuário baiano, no 4º trimestre do ano, foi de 10,0%. Destaques para as taxas de crescimento da Soja, Laranja, Lavouras permanentes e Produção florestal. Em contrapartida, a produção de Cereais, Algodão e Café registraram desempenho negativo no quarto trimestre (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2021d).

A taxa do setor industrial da Bahia, no 4º trimestre, foi de -1,6%, único setor com taxa negativa naquele trimestre. As altas foram identificadas nas atividades de Construção civil (+3,5%) e Indústrias extrativas (+4,4%). A retração ficou por conta da atividade de Eletricidade e água (-1,6%) e da Indústria de transformação (-4,2%). Conforme a Pesquisa Industrial Mensal Regional (2021), realizada pelo IBGE, no 4º trimestre de 2021, a trajetória de retração da indústria coube à desaceleração principalmente da Metalurgia (-39,6%); Celulose, papel e produtos de papel (-9,6%); Borracha e plástico (-17,4%); e Bebidas (-20,0%).

O setor de Serviços registrou alta de 4,6%, favorecido pela boa recuperação do Comércio (+4,1%) e da Administração pública (+3,8%), atividade com maior peso na economia baiana, além da taxa positiva nas Atividades imobiliárias (+2,4%). O recuo, desta vez, ficou por conta dos Transportes (-7,1%). Destaca-se ainda o crescimento no grupo Outros Serviços, com expansão de 9,9% no quarto trimestre de 2021.

Gráfico 2

Varição das atividades da indústria no quarto trimestre (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Bahia e Brasil – 2021



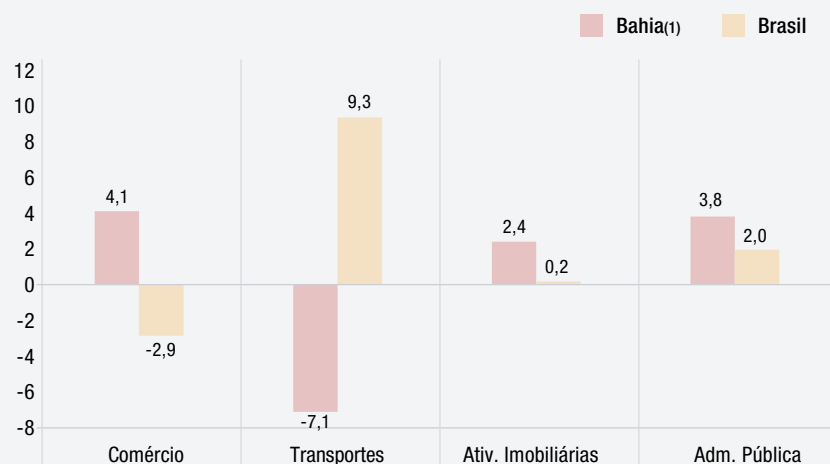
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (2021) e Informativo PIB Trimestral (2021d).

Nota: (1) Dados sujeitos a retificação.

No 4º trimestre, os indicadores de desempenho do Comércio Varejista Ampliado, segundo grupos de atividades divulgados pela Pesquisa Mensal do Comércio (2021), evidenciaram queda de 3,8% no comércio varejista ampliado baiano. O varejo foi um dos setores mais afetados pela retração de consumo de bens e serviços.

Gráfico 3

Varição das atividades de serviços no quarto trimestre (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Bahia e Brasil – 2021



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (2021) e Informativo PIB Trimestral (2021d).

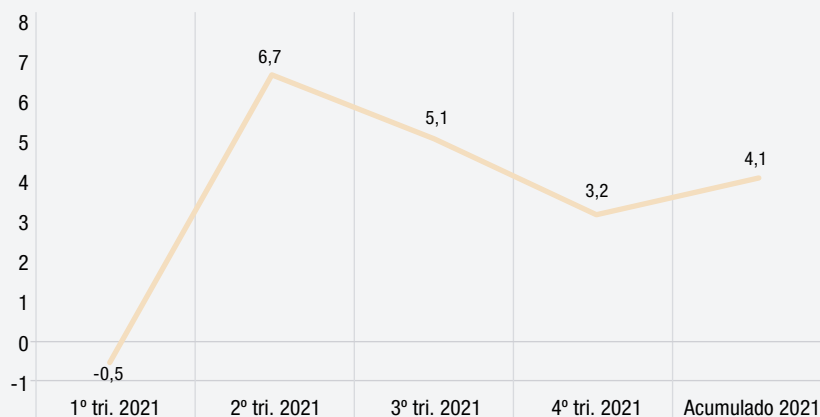
Nota: (1) Dados sujeitos a retificação

No que concerne ao resultado do PIB baiano no acumulado de janeiro a dezembro de 2021, a expansão foi de 4,1% na comparação com o mesmo período de 2020. O Valor Adicionado cresceu 4,2%, e os Impostos sobre

produtos líquidos de subsídios tiveram alta de 3,9%. A Agropecuária variou positivamente em 8,1%, a Indústria caiu 1,1%, e os Serviços cresceram 5,5%. O destaque negativo no acumulado no ano ficou por conta do setor industrial, puxado pela acentuada queda da Indústria de transformação (-6,2%) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2022).

Gráfico 4

Variação do PIB ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Bahia – 2021



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (2021) e Informativo PIB Trimestral (2021a, 2021b, 2021c, 2021d).

Nota: Dados sujeitos a retificação.

O PIB brasileiro, no acumulado de 2021, cresceu 4,6% em relação a igual período de 2020. O aumento no Valor Adicionado a preços básicos foi de 4,3% e de 6,4% no volume dos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. Nesta base de comparação, segundo o IBGE, a Indústria (+4,5%) e os Serviços (+4,7%) registraram variação positiva, enquanto a Agropecuária registrou variação negativa (-0,2%), devido ao baixo desempenho de algumas culturas como a cana-de-açúcar, o milho e o café (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2021).

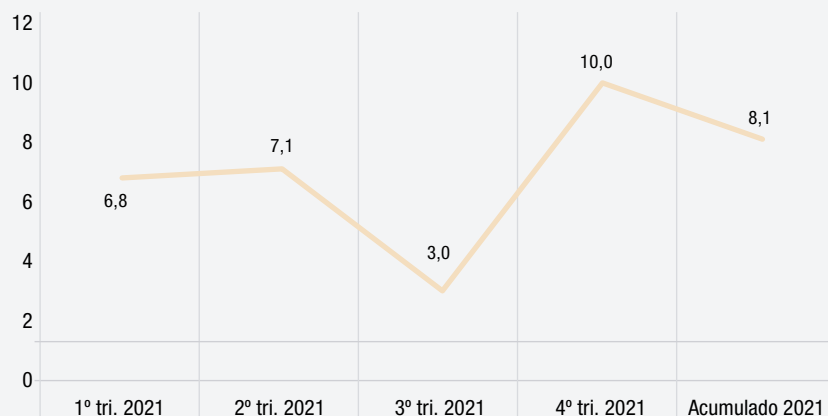
O VA do setor agropecuário baiano cresceu 8,1% no acumulado do ano de 2021, ante mesmo período do ano anterior, segundo os dados calculados pela equipe de Contas Regionais da SEI (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2022). Fato justificado pelas boas condições climáticas e de mercado favorável.

De acordo com o último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021), o resultado positivo deveu-se à boa safra de grãos, com alta de 4,4%, sendo estimada uma produção total de, aproximadamente, 10,5 milhões de toneladas. No que diz respeito à área plantada dos grãos, a alta foi de 2,6%, na comparação anual, registrando expansão de 3,2 milhões de hectares.

O grande destaque foi a estimativa feita na lavoura de soja (variação de 12,6% na produção e de 4,9% na área plantada). Essa produção foi o novo recorde em sua série histórica. Alguns fatores contribuíram com o bom desempenho, são eles: a alta demanda pelo grão, o preço valorizado e o câmbio desvalorizado.

Grafico 5

Variação da Agropecuária ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Bahia – 2021



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (2021) e Informativo PIB Trimestral (2021a, 2021b, 2021c, 2021d).

Nota: Dados sujeitos a retificação.

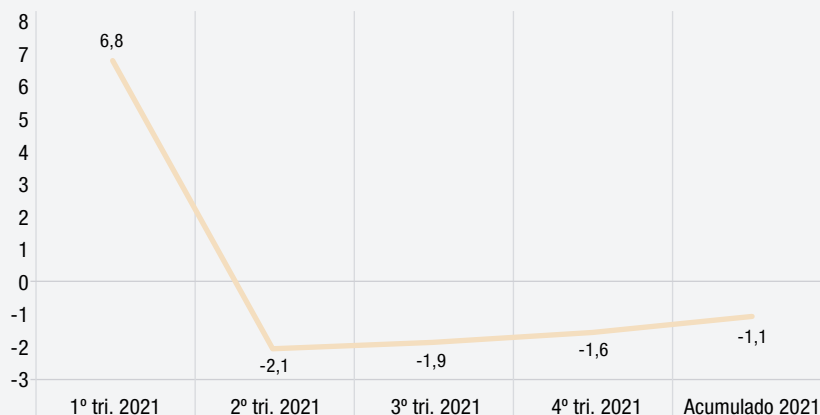
Para a lavoura de cana-de-açúcar, ficaram estimados 5,5 milhões de toneladas em sua produção física (+7,3%) e alta na área plantada de 4,0% em relação à safra anterior. O cacau projetou crescimento de 23,0% em sua produção física, mesmo com queda na área plantada de 2,2%. A mandioca, cultura relevante na agricultura familiar, registrou queda acentuada (-10,5%) e o café retraiu 15,9%. O destaque negativo do último LSPA do ano de 2021 ficou por conta, mais uma vez, do algodão, com retração de 14,0%, além do recuo de 34,8% do feijão (devido à má distribuição das chuvas e da baixa rentabilidade) e de 3,9% do milho (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2021). No caso do algodão, o setor têxtil foi muito impactado pela pandemia o que desencorajou a produção da cultura.

A taxa do setor industrial da Bahia caiu 1,1% no acumulado do ano de 2021. Atividade com maior peso no setor (54% da indústria geral), a Indústria de transformação fecha o ano com retração (-6,2%), enquanto as demais atividades apresentaram altas no acumulado do ano: Construção civil (+3,7%); Eletricidade e água (+6,1%); Extrativa mineral (+7,4%) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2022). O maior impacto sentido na indústria baiana este ano foi sem sombra de dúvidas o encerramento da fábrica da Ford, em Camaçari, que além de reduzir a produção

de veículos, impactou diretamente nas sistemistas, eliminando diversos postos de trabalhos.

Gráfico 6

Variação da Indústria ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Bahia – 2021



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (2021) e Informativo PIB Trimestral (2021a, 2021b, 2021c, 2021d).

Nota: Dados sujeitos a retificação.

No Brasil, as atividades que compõem o setor industrial registram resultado positivo ao longo do ano com crescimento de 9,7% na Construção; 4,5% na Indústria de transformação e de 3,0% nas Indústrias extrativas, alavancada pela extração de minério de ferro. Por outro lado, a atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos ficou estável (-0,1%), sendo afetada pela crise hídrica.

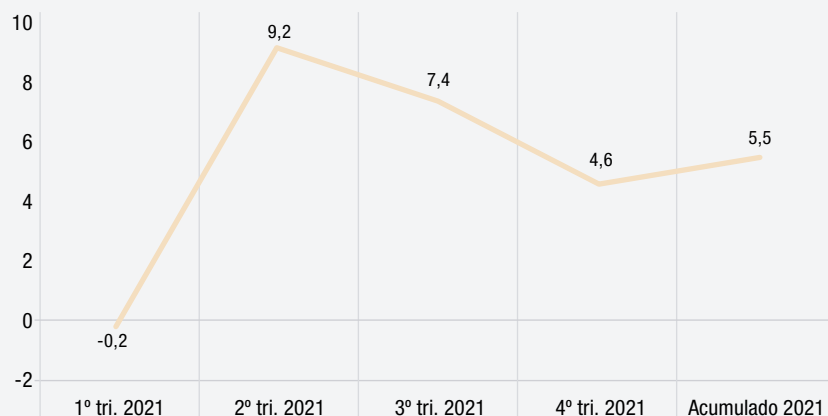
Na Bahia, no acumulado do ano, os destaques negativos ficaram por conta das atividades de Veículos (-94,9%), resultante do encerramento da produção local em janeiro deste ano; Derivados de petróleo (-18,1%), parada programada para manutenção durante o segundo trimestre do ano; Metalurgia (-16,9%), impacto na produção de cobre com redução na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre; Bebidas (-7,6%) e Produtos alimentícios (-1,7%). Essas quedas influenciaram diretamente na taxa negativa da indústria geral. Positivamente, destacaram-se Couro, artigos para viagem e calçados (+31,2%); Equipamentos de informática e produtos eletrônicos (+15,4%); Minerais não metálicos (+8,3%); Produtos químicos (+4,7%), Extrativa mineral (+7,3%), Borracha e material plástico (+5,2%); e Celulose, papel e produtos de papel (+1,6%) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2022).

O setor de Serviços da Bahia expandiu 5,5% de janeiro a dezembro de 2021, com destaque para os acumulados positivos nas atividades de Comércio

(+11,9%), Transportes (+9,8%) e Outros Serviços (+6,1%). Ainda dentro do setor, observou-se incremento nas Atividades imobiliárias (+2,3%) e na Administração pública (+1,9%). O impacto positivo nos Serviços (setor com a maior representatividade dentro da economia baiana) foi significativo no resultado final do PIB baiano.

Grafico 7

Variação de Serviços ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Bahia – 2021



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (2021) e Informativo PIB Trimestral (2021a, 2021b, 2021c, 2021d).

Nota: (1) Dados sujeitos a retificação.

No caso Brasil, todas as atividades do setor de Serviços registraram altas, com destaque para informação e comunicação (12,3%) e Transporte, armazenagem e correio (11,4%). Além dessas atividades, ainda foram observadas expansões no Comércio (5,5%); Outras atividades de serviços (7,6%); Atividades imobiliárias (2,2%); Administração pública (1,5%); e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,7%).

No acumulado do ano, o Comércio Varejista Ampliado cresceu 7,3% na Bahia, de acordo com os dados da PMC, em comparação ao ano de 2020. Destaque para alta de Veículos, motos, partes e peças (+43,6%); Tecido, vestuário e calçados (+24,4%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (+12,8%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+11,0%). Destaque negativo para os segmentos de Hipermercados e supermercados (-9,5%); Combustíveis e lubrificantes (-1,6%) – elevação dos preços dos combustíveis; Móveis e eletrodomésticos (-7,0%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-22,1%); e Material de construção (-11,1%), atrelada ao aumento do endividamento das famílias mais a elevada inflação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva para a economia baiana, no que tange à previsão da safra de grãos em 2022, é de crescimento em sua produção física em torno de 11 milhões de toneladas, o que representa uma alta de 5,9% para o ano, em comparação à safra de 2021, até então o maior resultado da série histórica do levantamento das culturas agrícolas, segundo o IBGE (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2022).

No caso da indústria baiana, as perspectivas dependerão também do desempenho do setor em âmbito nacional. A Indústria da transformação, por exemplo, vem sentindo ainda os reflexos do encarecimento dos insumos e da queda da massa salarial real. As Indústrias extrativas devem registrar alta e crescer em razão das obras de infraestrutura da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e do Porto Sul. A Construção civil demonstrou sinais de recuperação, entretanto, em 2022, ainda deverá sentir os efeitos dos elevados preços dos insumos utilizados pelo setor. E a atividade de eletricidade e água deverá manter sua taxa de crescimento, incentivada pela melhora nas bandeiras tarifárias, que devem se manter verde ao longo do ano.

Além dos conflitos internacionais, o comportamento do setor de Serviços para o ano de 2022 dependerá de variáveis como: inflação, taxa de juros, desemprego e endividamento das famílias, bem como as reações do mercado em um ano eleitoral. A previsão é que a atividade de comércio apresente um ano difícil, com possibilidade de queda em comparação ao ano de 2021. Com relação ao turismo baiano, o desempenho tende a ser promissor, considerando os resultados do ano de 2021.

Posto isto, mesmo diante de um crescimento positivo de 4,1% em 2021, as perspectivas para a economia baiana, no ano seguinte, não são muito animadoras, como é sinalizado pelos economistas da SEI, devido principalmente ao efeito da forte alta de juros sobre a economia, aos impactos da variante Ômicron e suas subvariações e à real duração da guerra na Ucrânia e seus possíveis rebatimentos. Assim, a equipe de projeção do órgão estima uma variação entre 1,5% e 2,0% para 2022, ou seja, sinaliza a manutenção da tendência de recuperação da economia baiana mesmo com uma taxa de crescimento menor do que a registrada em 2021.

REFERÊNCIAS

- ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, dez. 2021. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_dez_2021.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_4tri.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.
- INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, jan./mar. 2021a. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2021_4.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.
- INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, abr./jun. 2021b. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2021_4.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.
- INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, jul./set. 2021c. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2021_4.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.
- INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, out./dez. 2021d. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2021_4.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: estatística da produção agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2021_dez.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: tabelas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Produção física – Regional. Salvador: IBGE, dez. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2021_dez.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2021_dez.pdf. Acesso em: 2 mar. 2022.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Salvador: SEI, dez. 2021. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/pmc/rel_PMC_dez21.pdf. Acesso em: 2 mar. 2022.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas. *PIB da Bahia: 4º trimestre e acumulado 2021*. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/estadual/trimestral/pib_est_trimes_2021_4.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Produção industrial baiana registrou aumento de 2,0% em dezembro*. Salvador: SEI, dez. 2021. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/pim/rel_PIM_dez_21.pdf. Acesso em: 2 mar. 2022.



Informação a serviço da sociedade

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento (Seplan), gera um amplo e diversificado leque de informações que retratam a realidade baiana. Estatísticas, pesquisas e análises descrevem o estado nos seus mais diferentes aspectos, formando uma base de dados indispensável ao desenvolvimento de políticas públicas. O resultado deste trabalho pode ser visto nos diversos títulos publicados anualmente pela instituição e nos resultados das pesquisas disseminadas periodicamente.

Principais Publicações e Plataformas

SEIColab ▼



SEIGEO ▼



InfoVis Bahia ▼



Acesse todo o conteúdo da SEI ►



BA&D Bahia Análise & Dados ▼



C&P Conjuntura & Planejamento ▼



SEP Série Estudos e Pesquisas ▼



Recortes Sociais ▼



Panorama das Contas Públicas ►

Anuário do
Emprego
Formal
da Bahia ►



Anuário
Estatístico
da Bahia ▼





ELEMENTOS DE TENSÃO URBANA EM UMA SALVADOR METROPOLITANA E PERIFÉRICA ATRAVÉS DA ANÁLISE FÍLMICA DE JARDIM DAS FOLHAS SAGRADAS (2011)

Fernando Barreto
Nunes Filho

Doutor em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento
Social pela Universidade
Católica do Salvador (UCSal),
mestre em Economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professor no curso de
Engenharia Civil da UCSal.
fernando.filho@pro.ucs.br

Maiessa Pinto El
Sayegh Nunes

Doutora em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento
Social pela Universidade
Católica do Salvador (UCSal),
mestre em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Professora no
curso de Administração da
FBB. mpfnunes@uol.com.br

doi.org/10.56839/cp.1i202.2

A expansão das metrópoles se faz pela ocupação de novos espaços, de uma forma não homogênea, que se realiza produzindo tensões e conflitos ao envolver a valorização da terra e modos de vida distintos, que coexistem lado a lado. Atualmente, num ritmo acelerado, espaços urbanos e rurais interagem entre si impulsionados pelo processo de urbanização que incorpora novos espaços à malha urbana. O processo dinâmico dificulta definir as fronteiras entre o urbano e o rural, pois os elementos característicos de um e do outro surgem no outro espaço.



Num ritmo acelerado, espaços urbanos e rurais interagem entre si impulsionados pelo processo de urbanização que incorpora novos espaços à malha urbana

Alguns dos autores citados nesse artigo defendem uma revisão teórica desses conceitos a partir das manifestações dinâmicas do processo de urbanização. Nesse sentido, Sposito (2006) trabalha com uma zona de transição, Furtado (2011) define uma Área de Interface Periurbana (AIP) e Alencar (2008a, 2008b) adota o conceito de ruralidade metropolitana. Esses conceitos revistos serão importantes para a compreensão das tensões urbanas que surgem com a expansão da cidade de Salvador.

A expansão urbana de Salvador é desigual, com os grupos de rendas mais altas ocupando a orla oceânica e os demais, o Subúrbio Ferroviário, as zonas do chamado “Miolo” da cidade e os municípios limítrofes. A incorporação de áreas vizinhas conformou uma Salvador metropolitana que se expande em conjunto com uma Salvador periférica. O avanço sobre áreas ocupadas por comunidades produz conflitos sobre o uso dos recursos naturais existentes. Muitos dos conflitos na periferia de Salvador envolvem terreiros de candomblé e o uso do espaço mato desses terreiros e resultam na expulsão da comunidade religiosa. Via de regra, os conflitos estão envolvidos por intolerância religiosa.

O filme *Jardim das Folhas Sagradas* (JARDIM..., 2011), do diretor baiano Pola Ribeiro, utiliza como um dos seus fios narrativos a tensão urbana representada por um terreiro e seu entorno sagrado e a especulação imobiliária que avança junto com a expansão urbana da cidade de Salvador (BA). O terreiro definido, do Orixá Ossain, requer a existência de lugares amplos e naturais (espaço mato). O objetivo desse artigo é realizar uma análise fílmica da representação, no filme *Jardim das Folhas Sagradas* (JARDIM..., 2011), das tensões geradas entre as comunidades tradicionais e a vizinhança que reside no seu entorno.

ESPAÇOS DINÂMICOS NA PERIFERIA DAS METRÓPOLES

Os conceitos de cidade e campo, rural e urbano, como são caracterizados e em que eles se diferenciam foram objeto de reflexão de vários pesquisadores. Analisando uma outra realidade, o crítico Williams (1989, p. 11) alertou que campo e cidade eram “palavras muito poderosas” e, ao longo da história do homem, foram formando associações emocionais nas quais o campo tornou-se referência de “forma natural de vida” e a cidade, o “centro das realizações”. Atualmente, num ritmo acelerado, espaços urbanos e rurais interagem entre si impulsionados pelo processo de urbanização que incorpora novos espaços à malha urbana. Enfrentando o desafio de estudar uma realidade diversa e contemporânea, Sposito (2006) defende que é preciso reelaborar

os conceitos de urbano e rural à luz de um conjunto de novas formas de manifestações e de novas opções de vida no mundo contemporâneo.

Desenvolvendo uma proposta de reformulação conceitual, Sposito (2006) elaborou a existência de uma zona de transição, que auxilia o entendimento do que se apreende como cidade e o que se compreende como campo. Diante da dificuldade de distinguir exatamente os limites entre os conceitos citados, essa autora trabalhou com a constituição de um contínuo cidade/campo. Com isso, considera-se que áreas de transição e de contato entre esses espaços explicariam o compartilhamento de usos de solo, práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano (SPOSITO, 2006, p. 122).

Uma das dificuldades atuais consiste na determinação da fronteira rural/urbano, a qual não se mantém estática e preservada em um determinado instante. Ao contrário, os elementos constituintes dessas formas são dinâmicos, mutuamente transformam e são transformados. Trata-se de uma dinâmica espacial analisada por Rua (2011, p. 188) ao reconhecer “que a mesma lógica capitalista integra, contraditoriamente e complementarmente, todo o espaço”. Para esse autor, a compreensão do rural e urbano de forma espacial exige “observar as relações de poder, o exercício da hegemonia e a dialética entre igualização e diferenciação como tendências contraditórias manifestadas nas interações espaciais entre o urbano e o rural” (RUA, 2011, p. 188).

Outra reformulação conceitual para a fronteira urbano/rural, a área de interface periurbana (AIP), foi definida por Furtado (2011, p. 151-152) “como áreas nas bordas das cidades, onde os processos de desenvolvimento urbano e rural se encontram, se misturam e interagem [...] tanto espacialmente como estruturalmente. [...] caracterizadas por pressões sobre recursos naturais [...] e nos padrões do uso da terra”.

Em consonância com os autores anteriores, Alencar (2008b, p. 49) aponta que a aceitação da coexistência (não-dicotômica) do rural e do urbano exige uma revisão teórica com base na interdisciplinaridade proporcionada pelo referencial teórico do pensamento complexo. Esta revisão teórica permite a elaboração da noção de ruralidade, “qualificada como metropolitana, a partir da condição de imanência da natureza [...] numa realidade metropolitana, em que o rural (em condições subalternas) coexiste com o urbano metropolitano [...] (ALENCAR, 2008b, p. 49)”.

Dessa forma, a noção de ruralidade metropolitana, conforme Alencar (2008a, p. 115), significa um “recurso interpretativo à medida que dá elementos para

A expansão urbana de Salvador conformou-se desigual, na qual o vetor de crescimento das áreas de rendas mais altas acompanhou a orla oceânica, e os contingentes populacionais de renda mais baixa foram deslocados inicialmente para o Subúrbio Ferroviário e, em seguida, para a periferia do município

requalificar o rural a partir das demandas das metrópoles e das questões ambientais”. E, ainda, “integrar em diagnóstico as diversidades socioeconômica e ambiental existentes nos modos de vida rural e urbano, de pessoas que vivem em região metropolitana, caracterizando suas condições de vida e identidade social” (ALENCAR, 2008a, p. 110).

Por outro lado, Alencar (2008b, p. 50-51) justifica que a noção de ruralidade metropolitana recorre à noção de território – “onde a vida é exercida” – como base de entendimento da configuração destas áreas: o território transcende a delimitação do espaço físico-geográfico, que é sua base material, e articula outros espaços sociais como o da identidade, do trabalho, do lazer, de sociabilidade, o político, o administrativo, constituindo sua base imaterial, mas também concreta.

Deve-se destacar que essas propostas de reformulação teórica para a análise do espaço formado nas periferias das metrópoles apontam para o mesmo diagnóstico. Esse espaço, conforme ressaltado por Furtado (2011, p. 149), caracteriza-se por concentrar “desigualdade social e degradação ambiental, que ocorrem de forma mais aguda do que em qualquer outro local”. Para Alencar (2008b, p. 56), em uma análise similar, conforma-se então uma dinâmica espacial que contém elementos de desigualdade social e degradação ambiental [...] os quais associados à questão da valorização da terra produzem tensões e conflitos decorrentes do “uso material e imaterial dos recursos e das relações com a natureza”.

TENSÕES PROVOCADAS PELA EXPANSÃO URBANA DE SALVADOR (BA)

A expansão urbana de Salvador conformou-se desigual, na qual o vetor de crescimento das áreas de rendas mais altas acompanhou a orla oceânica, e os contingentes populacionais de renda mais baixa foram deslocados inicialmente para o Subúrbio Ferroviário e, em seguida, para a periferia do município; as transformações mais recentes, metropolização e o funcionamento do metrô, mantiveram os aspectos desiguais do crescimento da cidade.

Ao analisar o período de crescimento e transformação da cidade de Salvador em metrópole, Vasconcelos (2016, p. 420) definiu um período inicial -- Pré-metropolização, migrações e grande expansão (1945/1969) –, no qual “a implantação de grandes centros industriais na periferia, como o Centro Industrial de Aratu (CIA), nos anos 1960, tiveram influência indireta no crescimento da cidade, sobretudo na sua parte norte”. No período seguinte

– Metropolização, acessibilidade e americanização (1970-1999) –, “as maiores transformações foram causadas pela implantação do sistema de avenidas de vale, que revolucionou a cidade, na medida em que [Salvador] estava estruturada, em sua maior parte, a partir das vias de cumeadas, implantadas nos divisores de água dos platôs” (VASCONCELOS, 2016, p. 456).

Nos anos 1990, as transformações urbanas ocorridas em Salvador foram pesquisadas por Oliveira (2013) em sua tese de doutorado *A produção de escassez do espaço urbano*:

[...] pela ampliação das áreas periféricas da cidade, pois foi intensificado o adensamento na área do Miolo, mais uma vez como resultado da implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda e pelo aumento das ocupações/invasões na Região Cajazeiras (RA XIV) e de loteamentos irregulares na Região Ipitanga (RA XV), no limite norte da cidade, bem como o incremento na ocupação extensiva de toda a Região Valéria (RA XVI) e Subúrbios Ferroviários (RA XVII), na forma de ocupação espontânea e loteamentos clandestinos. (OLIVEIRA, 2013, p. 164).

Por essa análise, a expansão da Salvador Periférica incluiu loteamentos clandestinos, ocupações/invasões, que se estabeleceram com base em tensões e conflitos, em uma configuração social de desigualdade e degradação ambiental. Por exemplo, na Região de Cajazeiras, citada por essa autora, os loteamentos invadiram áreas das barragens de captação de água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Muitos dos conflitos na periferia de Salvador envolveram terreiros de candomblé e o uso do espaço mato desses terreiros. Segundo Rêgo (2006, p. 31), “os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que atingiram os Terreiros de Candomblé de Salvador são recorrentes”. No seu trabalho, essa autora analisou os casos dos territórios contínuos, dos terreiros transferidos e extintos e dos territórios descontínuos – Parque São Bartolomeu e Dique do Tororó.

Um conflito emblemático, que provavelmente inspirou o filme *Jardim das Folhas Sagradas* (2011), envolveu o Terreiro Ilê Asipá, localizado no bairro de Piatã, em Salvador (BA). A tensão urbana foi crida pela expansão imobiliária, que em quatro anos substituiu os espaços de vegetação por grandes edifícios. O terreiro havia sido fundado muitos anos antes, em 1980, em uma área de 5 mil m², por Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi, filho único da mãe-de-santo Maria Bibiana do Espírito Santo, conhecida como Mãe Senhora. Em depoimento, a analista de gestão de saúde da Fiocruz Bahia Cristina Pechine, filha de santo (Omo Orixá), Yaô de Oxossi, destacou

Um conflito emblemático, que provavelmente inspirou o filme *Jardim das Folhas Sagradas* (2011), envolveu o Terreiro Ilê Asipá, localizado no bairro de Piatã, em Salvador (BA)

Lançado em 2011, o filme *Jardim das Folhas Sagradas*, do diretor baiano Pola Ribeiro [...], discute várias temáticas contemporâneas, apresentando como fio condutor da narrativa o conflito interno vivenciado pelo personagem principal

as manifestações de intolerância religiosa por parte de alguns moradores: “Pela lei de tombamento não poderia haver construções em volta do terreiro. Isso afeta a privacidade de nossa prática de cultos ao ar livre e, ao mesmo tempo, a comunidade se sente incomodada” (PRÁTICA..., 2013, p. 15).

O número de ocorrências envolvendo ataques a terreiros de candomblé, em Salvador, estimulou o antropólogo Ordep Serra a conduzir uma pesquisa sobre motivos e autores destas agressões. Essa pesquisa constatou que moradores motivados pela intolerância religiosa e traficantes de drogas em busca de localizações mais adequadas estiveram à frente desses ataques. Segundo o pesquisador, a ocorrência mais grave ocorreu em Fazenda Coutos III, com demolição de um terreiro e expulsão da comunidade religiosa (GAUTHIER, 2014).

Em uma ocorrência mais recente, em 28 de dezembro de 2018, cerca de 100 kg de sal – símbolo de purificação – foram jogados na Pedra de Xangô, monumento sagrado do candomblé localizado no bairro de Cajazeiras 10, na periferia da cidade (G1-BA, 2019).

TENSÕES URBANAS EM *JARDIM DAS FOLHAS SAGRADAS* (2011)

Lançado em 2011, o filme *Jardim das Folhas Sagradas*, do diretor baiano Pola Ribeiro (JARDIM..., 2011), discute várias temáticas contemporâneas, apresentando como fio condutor da narrativa o conflito interno vivenciado pelo personagem principal, Bonfim (Antônio Godi); este, dividido entre sua carreira profissional, como gerente da área de informática de um banco, e a pressão para que assuma a responsabilidade de “cumprir o que trouxe de nascença” – o seu destino.

A multiplicidade de temas, juntamente com a necessidade de apresentar informações relevantes, especificamente aquelas relacionadas com procedimentos e preceitos religiosos, foi justificada por José Araripe Junior, diretor de cinema baiano: “Compreendi que a escolha de um tema de tal envergadura [...] penetrar o universo do candomblé [...] não permite leituras superficiais [...] o espectador [pretende uma iniciação] num universo sagrado” (ARARIPE JR., 2012)¹. Em complemento a essa análise, a recepção do filme pela comunidade religiosa pode ser verificada pela quantidade de sites que disponibilizam o filme para download, destacando-o como um filme que um praticante ou um pesquisador deve assistir como fonte de conhecimento.

¹ Quando da versão final desse artigo, em 9 jun. 2022, não foi mais possível acessar o link no qual essa citação estava disponível.

As evidências da pesquisa científica realizada na etapa de pré-produção do filme estão registradas na abertura, nos créditos finais, nos agradecimentos e no uso respeitoso do universo simbólico do candomblé. Na abertura do filme, por exemplo, foi inserida uma dedicatória ao pesquisador Agenor Miranda Rocha, autor do livro *As nações Kêtu: origens, ritos e crenças: os candomblés antigos do Rio de Janeiro*. Em seguida, em rápido depoimento, esse pesquisador ressalta a importância das folhas sagradas: “todo mundo sabe que eu não sou um admirador de matança, eu sou das folhas” (JARDIM..., 2011). Portanto, independente do título bastante elucidativo, de início, assume-se que a questão da matança de animais, objeto de intensos debates no interior da religião, será introduzida como um elemento narrativo. Trata-se de uma ode às folhas.

Na abertura do filme, a voz dramática e pausada da cantora baiana Maria Betânia entoia os versos da música *Salve as Folhas*, de Gerônimo e Ildásio Tavares. A evolução lenta dessa interpretação, juntamente com a força dos versos da canção, delinea e anuncia a atmosfera do filme. Um dos versos, “sem folha não têm vida”, resume a mensagem de respeito defendida no filme, uma mensagem que é repetida continuamente na fala do personagem Martiniano (Harildo Deda). No cartaz do filme, ilustrado na Figura 1, o personagem principal caminha no meio da mata com uma sacola cheia de folhas sagradas.

Nesse cartaz, uma bonita composição com os raios de luz incidindo sobre a neblina matinal reforça a mensagem de integração com a natureza e o simbolismo do espaço mato como um local sagrado. Em primeiro plano, o símbolo (estilizado) do Orixá Ossain; ao centro, o personagem Bonfim, com cabelo rastafári, sem camisa e com uma calça branca, resgata a figura mítica do capoeirista. Pelos preceitos da religião, a coleta das folhas sagradas que serão utilizadas no culto religioso aos Orixás é realizada nas primeiras horas da manhã e constitui-se num delicado ritual a ser cumprido por um sacerdote. Esse ritual no “espaço-mato”, confirmado na pesquisa de Rego (2006, p. 38), “é de livre acesso ao sacerdote de Ossain - Babalossain, especialista das ervas, responsável pela sua coleta e encaminhamento para elaboração e posterior utilização”.

É importante destacar que o filme dedica um cuidado especial à simbologia associada ao Orixá Ossain. Na apresentação dos créditos, assiste-se o processo de fabricação do símbolo desse Orixá: uma haste de ferro com sete pontas em uma das extremidades, todas direcionadas para o alto; em outro momento, após a implantação do terreiro na periferia da cidade, o símbolo de Ossain foi posicionado na entrada do terreiro.

Figura 1
Cartaz do filme *Jardim das Folhas Sagradas*



Fonte: Araçá Filmes (2011).

A apresentação fílmica do personagem principal é feita em um dos shoppings de Salvador, com um vestuário formal de escritório, deslocando-se em direção ao estacionamento. Pensativo, Bonfim é conduzido pela escada rolante, em um ambiente emoldurado pelo branco. A composição do quadro,

ilustrada na Figura 2, poderia sugerir o conflito interno que envolve o personagem: um momento de definição na vida pessoal e profissional, entre os dois caminhos que se cruzam.

Figura 2
Um momento de decisão



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

As sequências iniciais do filme foram reservadas para uma descrição do espaço religioso do terreiro. Nele, o tempo flui naturalmente, conduzido pela convivência com a natureza e pelas obrigações religiosas. A presença do branco e do verde na composição dos planos transmite uma sensação de paz e tranquilidade, que envolve o ritmo dos hábitos e dos costumes da comunidade religiosa.

Ao longo da narrativa são registrados os laços de solidariedade e a convivência comunitária que envolve o cotidiano no espaço do terreiro. Nas idas e vindas do personagem Bonfim ao terreiro de Martiniano (Harildo Deda), a composição do cenário envolve atividades domésticas, tais como lavar e colocar as roupas para secar, preparo das refeições etc.

Ao aprofundar a questão da diversidade de ritmos e modos, Bagli (2006), no texto *Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição*, destaca que ela ocorre no ritmo de vida (tempo), na paisagem (espaço), nos hábitos adquiridos no cotidiano e na relação com a terra. No que se refere ao tempo, no espaço campo ele transcorre conduzido por uma lógica territorial próxima da natureza; no urbano, o cotidiano é construído sobre um tempo mecânico, com acontecimentos rápidos, que exigem respostas imediatas, conduzidas pela lógica do capital (BAGLI, 2006, p. 83).

Figura 3
Cotidiano comunitário no terreiro



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

A disposição espacial do espaço urbano cênico escolhido está de acordo com as informações em Rego (2006, p. 38): “[...] contém as edificações, cujo número pode variar muito [...] devem estar presentes: os Ilê-Orixá, os Ilê-Axé, a casa ou espaço para o culto público e as casas de moradia”. O registro dessa disposição espacial foi valorizado nas sequências fílmicas que envolveram o personagem principal no ambiente sagrado.

Figura 4
Disposição espacial do terreiro



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

Na narrativa fílmica há uma interessante transição após uma panorâmica descritiva da disposição espacial do terreiro. Nessa transição, ilustrada na

Figura 5, há um “corte” entre dois planos curtos, caracterizando o conflito vivenciado pelo personagem: a impossibilidade de dedicar-se aos dois ambientes nos quais o personagem convive. Em um dos planos, Bonfim entra no carro, com um vestuário padrão de escritório, e dirige-se para o trabalho; a sequência destaca a localização do terreiro em uma área urbana e o contraste entre a disposição espacial da ocupação do terreiro e o adensamento urbano da vizinhança.

Figura 5
Contraposição entre espaços urbanos



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

Após essa sequência, a narrativa acompanha o percurso realizado por Bonfim entre o Terreiro de Martiniano e o seu local de trabalho; ele transita pela Avenida “Bonocô” (Av. Mario Leal Ferreira), no sentido Brotas-Shopping da Bahia. Nesse percurso são apresentados vários planos da via elevada do metrô de Salvador, que foi construída ao longo desta avenida; esse registro torna o percurso perfeitamente identificável para o morador da cidade.

Figura 6
Salvador Metropolitana – percurso terreiro-escritório



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

Com a mudança do cenário fílmico, o som foi adaptado: ao invés do canto dos pássaros que acompanhou as sequências no ambiente do terreiro, uma chamada no celular, o símbolo inseparável da vida nas grandes cidades; destaque-se que o celular não estava guardado, e sim “de prontidão”, no banco do “carona”. Em um determinado ponto do percurso, o carro dirigido por Bonfim para em um semáforo. Uma câmera na posição baixa focaliza os pés descalços de meninos que se movimentam rapidamente nos corredores formados pelos carros parados. A montagem dessa sequência usou planos curtos (rápidos), compostos pelos pés descalços dos meninos; em um desses planos um vulto desloca-se rápido ao lado da janela do motorista e surge de surpresa lançando água no para-brisa do carro. Na sequência seguinte foram encadeados vários planos de fachadas contemporâneas dos edifícios comerciais. Em ambas as sequências, metaforicamente projetadas na “tela” do para-brisa do carro de Bonfim, o que está sendo mostrado é a imagem de uma Salvador periférica inseparável da imagem da Salvador metropolitana.

Figura 7
Na tela do para-brisas, Salvador periférica-metropolitana



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

Em contínua contraposição ao ambiente, na primeira metade do filme está presente uma Salvador moderna e metropolitana: o shopping, a via elevada do metrô, o deslocamento de automóveis, as fachadas das edificações, a parede envidraçada do escritório e a disposição dos computadores no escritório são elementos que pertencem a uma lógica do urbano e do moderno.

Na segunda metade do filme, após os momentos dramáticos que acompanharam a decisão de Bonfim entre os dois caminhos, ele procura um terreno para a implantação do seu terreiro. Para o culto de Ossain ele dificilmente encontraria nos bairros mais centrais da cidade algum terreno adequado à implantação da estrutura exigida: um espaço urbano para as edificações; e um espaço mato com área verde e árvores sagradas. Dessa forma, ele teria que direcionar sua procura para as áreas periféricas. Essa decisão do roteiro e da narrativa fílmica está de acordo com a pesquisa de

Rego (2006, p. 58), que identificou “o surgimento [...] na década de 1980 [de] casas grandes e localizadas nas grandes áreas do “entorno” e “Itapuã”, o que indica uma tendência de expansão em direção aos demais municípios da região metropolitana”. Na sua busca pelo terreno, Bonfim percorre uma Salvador periférica, densamente povoada, com ruas enladeiradas e habitações populares.

Figura 8
Salvador Periférica



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

Essa Salvador Periférica continua presente ao longo de toda segunda metade da narrativa. Nela, não estão representados elementos morfológicos ou pontos de referência que possam identificar as áreas percorridas por ele; contudo, após a implantação do terreiro, o filme apresenta várias sequências com as etapas construtivas dessa implantação, nas quais predomina a presença da Via elevada do Metrô de Salvador, conforme ilustrado na Figura 9.

Figura 9
Localização filmica do terreiro



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

A intolerância religiosa denunciada pelo filme se manifesta de forma mais agressiva na sequência de reconhecimento do terreno para implantação do novo terreiro. Os vizinhos, evangélicos em sua maioria, rejeitam a presença do terreiro. A denúncia presente na narrativa dramática está compatível com o aumento nos números de ocorrências envolvendo ataques a terreiros de candomblé, em Salvador.

Segue-se uma disputa pela posse do terreno entre o terreiro e seu entorno sagrado e a especulação imobiliária que avança junto com a expansão urbana da cidade de Salvador (BA). Nas sequências descritivas desse embate, dois momentos marcantes: o primeiro, uma passeata de sensibilização da população para a importância da preservação dos espaços religiosos; no outro lado, a arma da especulação imobiliária – o oficial de justiça entrega uma ordem judicial de reintegração da posse. O clima de tensão na disputa pela posse do terreno atinge seu clímax, com um ato de violência: o incêndio do terreiro, um recurso comumente utilizado contra comunidades tradicionais.

Figura 10
A violência do poder



Fonte: Jardim das Folhas Sagradas (2011).

Evidenciando a pesquisa realizada na etapa de pré-produção, diversos elementos simbólicos do candomblé foram inseridos no desenvolvimento dramático do conflito. No caso dos terreiros distribuídos pela cidade de Salvador, verifica-se o conhecimento tradicional que Silva (2014, p. 134) destacou: “através de práticas e saberes tradicionais, transmitidas pela oralidade, como o plantio nas roças, o uso da argila no campo na construção de casas, produção de chás e garrafadas com plantas tradicionais, danças e festas tradicionais”. No desfecho dramático, parte da preparação simbólica para enfrentar a tensão pela posse do terreno, a representação de dois rituais que se contrapõem: um banho de folhas e o sacrifício de um animal, para “reforçar a terra”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de ocorrências envolvendo ataques a terreiros de candomblé, em Salvador, vem aumentando nos últimos anos. Pesquisas constataram que a intolerância religiosa e a disputa pela posse da terra constituem-se em elementos de tensão entre o rural, representado pela relação do terreiro e de seu entorno com a natureza, e o avanço do urbano.

A importância do espaço mato para o Candomblé foi defendida no referencial teórico abordado nesse artigo; o candomblé representa a manifestação de uma prática cultural, que engloba hábitos e costumes relacionados com a natureza, e o pano de fundo da luta pela posse da terra é “a afirmação ou negação de uma forma de vida”.

Apesar de ressaltar a religiosidade negra da cidade, isto é, a tradição, *Jardim das Folhas Sagradas* (JARDIM..., 2011) apresenta uma aproximação com a dinâmica urbana recente de Salvador. Trata-se de um dado da realidade da expansão urbana da cidade, que avança sobre o “sagrado” das matas e das fontes. As imagens narram o conflito vivenciado pelo personagem Bonfim, que retomou o seu “destino” para assumir a condução de um terreiro de candomblé e do patrimônio religioso nele incorporado, e defendê-lo frente à especulação imobiliária.

Em *Jardim das Folhas Sagradas* (JARDIM..., 2011), apesar das imagens da Salvador metropolitana identificáveis em profusão, conforma-se um circuito urbano que utiliza a Avenida Bonocô (Av. Mario Leal Ferreira) como referência e resgata um circuito místico que envolve o espaço do Bonocô e do Dique do Tororó. No meio do vale do Bonocô, o metrô serpenteia, tal qual o Orixá Oxumarê. Conforme depoimento do diretor Pola Ribeiro: “Para prezar a ficção, precisou até fazer andar o metrô de Salvador através de computação gráfica, projeto que, na realidade, está em obras há onze anos” (DOURADO, 2011). Na parte final do filme, há uma panorâmica lenta, que acompanha o deslocamento da composição do metrô e enquadra o espaço historicamente ocupado pelo Dique do Tororó.

Compatível com seu período histórico, *Jardim das Folhas Sagradas* (JARDIM..., 2011) alterna as imagens de uma Salvador metropolitana com as imagens de sua consequência direta – uma Salvador pobre e periférica. Estes elementos estão presentes no filme, que ambientado no século XXI, aborda um caso “típico” que traduz uma quantidade crescente de ocorrências envolvendo ataques a terreiros de candomblé, em Salvador. O pano de fundo da intolerância religiosa é a disputa pela posse da terra em decorrência do avanço da área urbana sobre a área rural.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano. In: ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; SCHWIETZER, Peter J. (org.). *Transformações territoriais de rural a metropolitano*. Campinas: Alínea, 2008a. p. 109-130.
- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. O território Lauro de Freitas: diversidades sob tensões entre o rural e o urbano. In: ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; SCHWIETZER, Peter J. (org.). *Transformações territoriais de rural a metropolitano*. Campinas: Alínea, 2008b. p. 49-77.
- ARAÇÁ FILMES. *Jardim das folhas sagradas*. Salvador: Araçá Filmes, 2011. 1 cartaz. Disponível em: <http://aracafilmes.com.br/portfolio/jardim-das-folhas-sagradas/>. Acesso em: 10 maio 2022.
- ARARIPE JR., José. *Jardim das folhas sagradas*. [S. l.]. 31 out. 2012. Disponível em: <http://cadernodecinema.com.br/blog/jardim-das-folhas-sagradas/>. Acesso em: 4 jan. 2020.
- BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81-109.
- DOURADO, Tatiana Maria. *Pola Ribeiro estreia primeiro longa 'O Jardim das Folhas Sagradas'*. [S. l.], 5 nov. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/11/pola-ribeiro-estrea-primeiro-longa-o-jardim-das-folhas-sagradas.html>. Acesso em: 4 jan. 2020.
- FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos. In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Barbara C. *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2011. p. 147-166.
- G1-BA. *Povo de Santo realiza protesto em Salvador contra o ataque à pedra sagrada do candomblé*. Salvador, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/01/02/povo-de-santo-realiza-protesto-em-salvador-contrataque-a-pedra-sagrada-do-candomble.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2022.
- GAUTHIER, Jorge. *Violência contra terreiros de candomblé é tema de pesquisa*. Salvador, 23 dez. 2011. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/destaques/violencia-contraterreiros-de-candomble-e-tema-de-pesquisa/>. Acesso em: 16 maio 2022.
- JARDIM das folhas sagradas. Direção: Pola Ribeiro. Fotografia: Antonio Luiz Mendes. Montagem Marcos Povóas. Com Antonio Godi e Bando de Teatro Olodum; João Miguel; Evelin Buchegger; Harildo Deda, Sergio Guedes. Salvador: Studio Brasil Cinema e Televisão: Araçá Azul Cinema e vídeo, 2011. (90 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mv-DQTndO_Y. Acesso em: 10 maio 2022.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. *A produção de escassez do espaço urbano: um estudo sobre o boom imobiliário, uso de transcons e apropriação de mais-valia fundiária urbana em Salvador-BA (1968-2008)*. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18174/1/TESE%20MARGARETE.pdf>. Acesso: 20 jun. 2018.

PRÁTICA do candomblé ameaçada. *Radis*, Rio de Janeiro, n. 129, p. 15-16, jun. 2013. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis129_web.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022

REGO, Jussara. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. *GeoTextos*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 31-85, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3038>. Acesso em: 10 maio 2022.

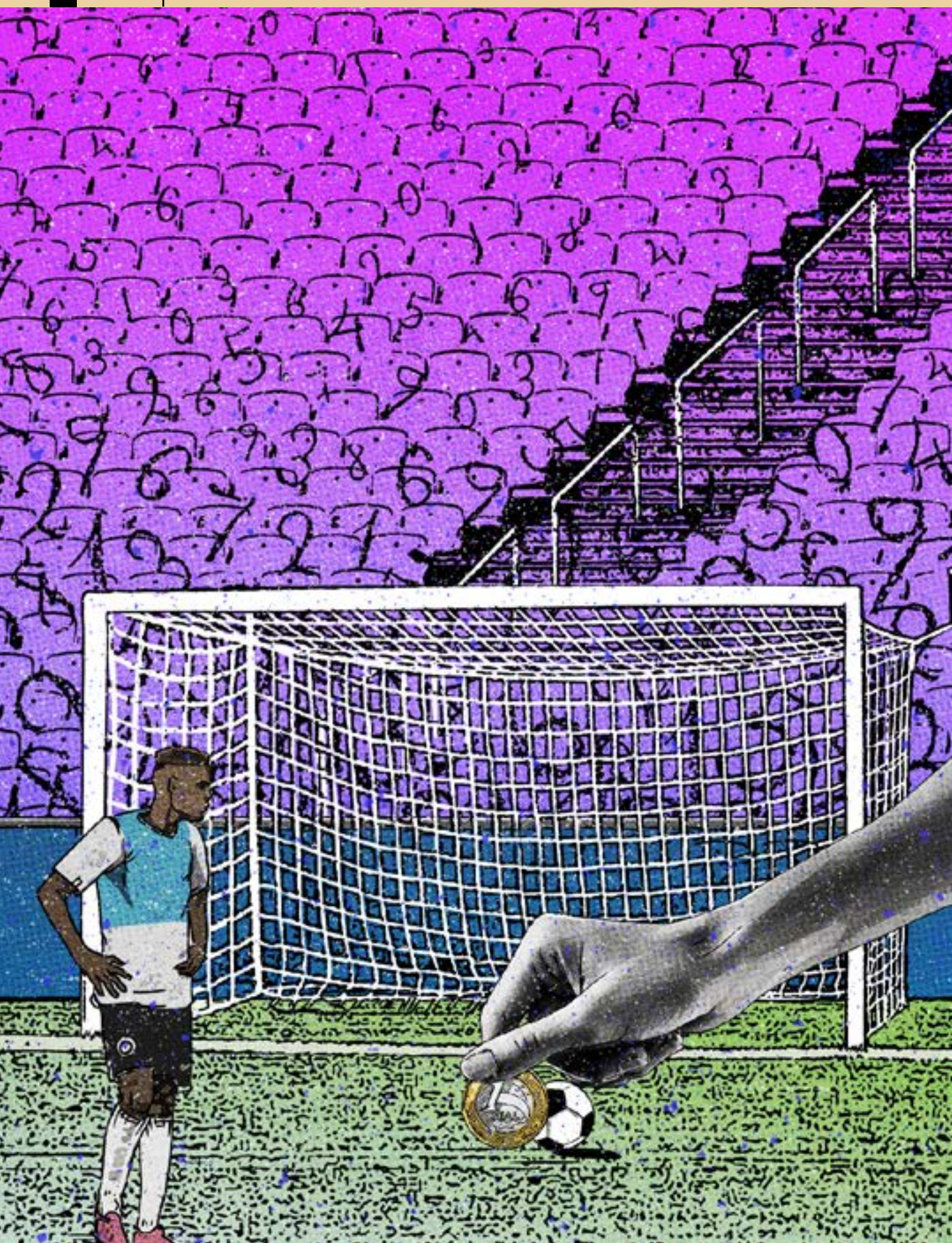
RUA, João. Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural?. In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Barbra C. *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. Rio de Janeiro, Max Limonad, 2011. p. 186-201.

SILVA, Josiane Cristina Cardoso da. A “modernidade” e as representações campo x cidade: paradigmas e paradoxos para (re)pensar o Maranhão contemporâneo. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 123-143, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/18991/13809>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKHER, Arthur Magon (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. 2. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2016.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



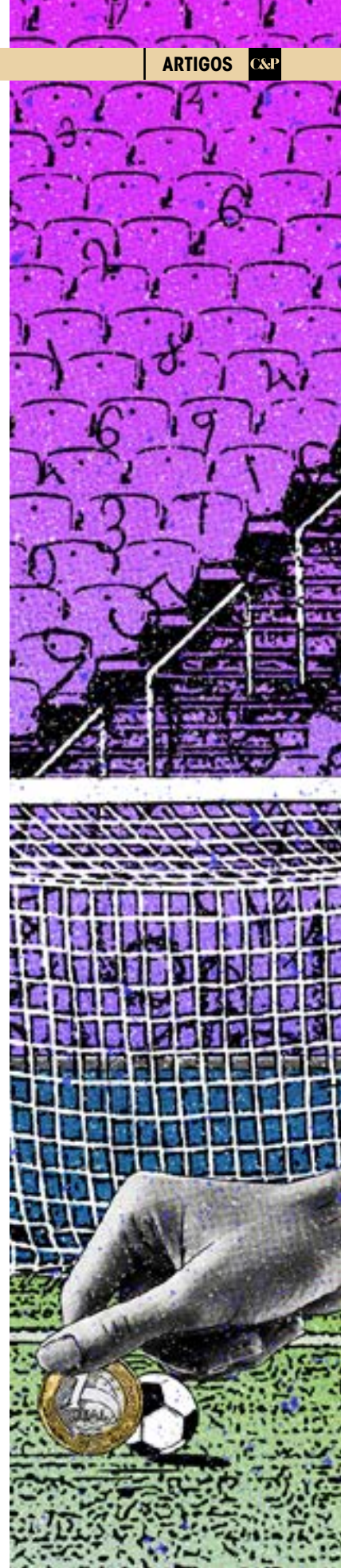
A CONJUNTURA ECONÔMICA DO FUTEBOL BRASILEIRO E O PÓS-COVID-19

Pablo Ruan Reis
Coutinho

Mestrando em Economia e
Economista pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Pós-graduando em Gestão
Financeira pela Fundação
Getúlio Vargas (FGV).
pablocoutinho18@hotmail.com

doi.org/10.56839/cp.1i202.3

O **BRASIL** foi, por muito tempo, considerado como o “país do futebol”. Apesar desse título ser questionável atualmente, principalmente por conta dos recentes desempenhos ruins dentro e fora das “quatro linhas”, é inegável que o povo brasileiro é apaixonado por essa modalidade esportiva e que ela possui diversos impactos dentro do país. Dentre as várias esferas afetadas pelo futebol, tais quais a política e a social, por exemplo, interessante destacar e analisar os efeitos de sua influência sobre a economia do país.



A cadeia produtiva do futebol envolve diversos agentes, dentre eles: Confederação Brasileira de Futebol (CBF), federações estaduais, clubes, atletas, torcedores, patrocinadores, fornecedores, mídia, governo etc. Desta maneira, não é surpreendente verificar que a Indústria do Futebol possui impactos diretos e indiretos no âmbito da economia brasileira e também é impactada por ela. Dentre inúmeras variáveis que podem ser citadas para explicar a relação do futebol com a economia, pode-se destacar: PIB, empregos gerados e movimentação financeira.

A Indústria do Futebol também sofre o impacto de fatores que afetam a economia nacional e mundial. Cabe destacar a influência de variáveis de caráter macroeconômico, tais quais o comportamento da economia, o desemprego, a inflação, as taxas de juros etc. Dado o funcionamento da economia como uma “grande engrenagem”, onde a mudança de uma variável produz efeitos em outras, é possível supor que fatores que influenciem a economia do país, como a pandemia da covid-19, provoquem consequências para a Indústria do Futebol.

Principalmente nos estágios iniciais da pandemia, o Brasil e o mundo utilizaram como estratégia a adoção de medidas restritivas de isolamento social da população e suspensão de atividades consideradas não essenciais. O futebol, como uma dessas atividades, teve as suas principais competições paralisadas e não conseguiu produzir, por alguns meses, o seu principal produto: as partidas de futebol. Levou-se um tempo para que as partidas voltassem a receber o público nos estádios e, ainda no início de 2022, algumas localidades proíbem a lotação máxima.

Considerando a paralisação das atividades durante o início da pandemia e, posteriormente, a impossibilidade de recebimento de público com a capacidade máxima, é possível supor que a Indústria do Futebol foi impactada negativamente pela covid-19. Este artigo possui como principal objetivo analisar os impactos da covid-19 no cenário econômico do futebol brasileiro e verificar se, de fato, os efeitos da pandemia foram adversos neste setor. Para alcançar esse objetivo, além da contextualização da atividade no período pré-pandemia, também foram efetuadas análises de caráter macroeconômico e microeconômico, mostrando o comportamento das principais variáveis do setor.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO FUTEBOL NO BRASIL

Intuitivamente, a paixão do brasileiro pelo futebol e alguns resultados dentro de campo, como os cinco títulos da copa do mundo conquistados pela seleção brasileira, sempre indicaram que esta modalidade esportiva é importante para o país. Contudo, buscando mensurar o papel do futebol na economia brasileira, a CBF, em parceria com a Ernest Young, lançou, em 2019, um relatório demonstrando o impacto do futebol brasileiro. Este relatório, que utiliza dados obtidos no ano de 2018, servirá aqui como base para a apresentação de dados que auxiliem na contextualização do setor no país.

Durante a temporada de 2018, o Brasil possuía um total de 7.020 clubes registrados (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019). Destes 7.020 clubes, 1.769 eram clubes considerados profissionais, com 874 deles ativos – ou seja, com os registros ativados na CBF entre os anos de 2015 e 2018– e 5.251 eram clubes considerados amadores, com apenas 556 destes ativos. Através do número de clubes tidos como inativos, que totalizava 5.590, pode-se perceber que existe um enorme potencial de “vir a ser” dentro do setor, com chances de movimentar ainda mais a Indústria do Futebol.

Se os clubes de futebol possuem um papel imprescindível dentro da cadeia do futebol no Brasil, um importante grupo dentro dos *stakeholders* dos clubes também merece ser citado: o dos atletas. Conforme a CBF (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019), em 2018, o Brasil tinha 360.291 atletas de futebol registrados no sistema da instituição – 347.487 do gênero masculino e 12.804 do gênero feminino –, sendo que aproximadamente 90 mil eram atletas profissionais do esporte. De acordo com CBF (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019), 55,0% dos atletas profissionais recebiam até R\$ 1.000 e 33,0% obtinham como rendimento entre R\$ 1.001 e R\$ 5.000, demonstrando que a maioria dos jogadores profissionais do futebol obtém salários baixos e, assim, encontram-se mais suscetíveis aos choques econômicos do que os principais atletas de elite que atuam no país e representam apenas uma pequena parcela.

Tratando diretamente do pilar financeiro do futebol brasileiro, observou-se que, no ano de 2018, a movimentação direta e indireta da CBF, federações estaduais, clubes, patrocinadores, mídia e torcedores foi equivalente a R\$ 48,8 bilhões ou 0,72% do PIB brasileiro. Os clubes foram responsáveis por aproximadamente 72,0% deste valor total de contribuição no PIB do futebol brasileiro, a CBF por 14,0% e os grupos de mídia por 7,0%, sendo estas as principais classes representantes destes valores. Além dos R\$ 48,8 bilhões

movimentados, o futebol brasileiro foi responsável pela criação de mais de 156 mil empregos, com R\$ 3,3 bilhões pagos de forma direta e indireta através de salários e encargos sociais, e R\$ 761 milhões em tributos anuais, totalizando R\$ 52,9 bilhões movimentados pela cadeia produtiva do futebol em 2018 (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019).

Segundo a CBF (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019), para cada R\$ 1,00 gasto no futebol, através da bilheteria, direitos de TV ou publicidade, há um impacto de R\$ 3,43 na economia do Brasil, que ocorre através do desenvolvimento de diversas áreas que acabam fazendo parte da cadeia produtiva do futebol. Para fins de comparação, segundo Neri e outros (2013), em estudo para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para cada R\$ 1,00 investido no Programa Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do país, o PIB brasileiro aumentaria em R\$ 1,78.

ANÁLISE MACROECONÔMICA

A pandemia da covid-19 provocou diversas consequências para todos os países, incluindo o Brasil. As mais graves são relacionadas ao âmbito da saúde: altíssimo número de pessoas infectadas, com mais de 390 milhões de pessoas infectadas no mundo até o dia 5 de fevereiro de 2022, e elevado número de pessoas que morreram por complicação da doença, com mais de 5,7 milhões de mortes também até aquela data, segundo dados obtidos no Worldometer (2022).

No Brasil, o primeiro caso diagnosticado de covid-19 foi datado em 26 de fevereiro de 2020, enquanto o primeiro registro de morte por complicações da doença ocorreu no dia 17 de março daquele mesmo ano. Com o avanço da contaminação, diversas medidas restritivas foram adotadas para mitigar os impactos da doença. O Brasil adotou como principais providências para desacelerar a propagação do novo coronavírus a imposição de *lockdown* em diversas cidades e o isolamento social da população. Além dos impactos no âmbito da saúde, as economias mundial e nacional também passaram a sofrer com as consequências da doença.

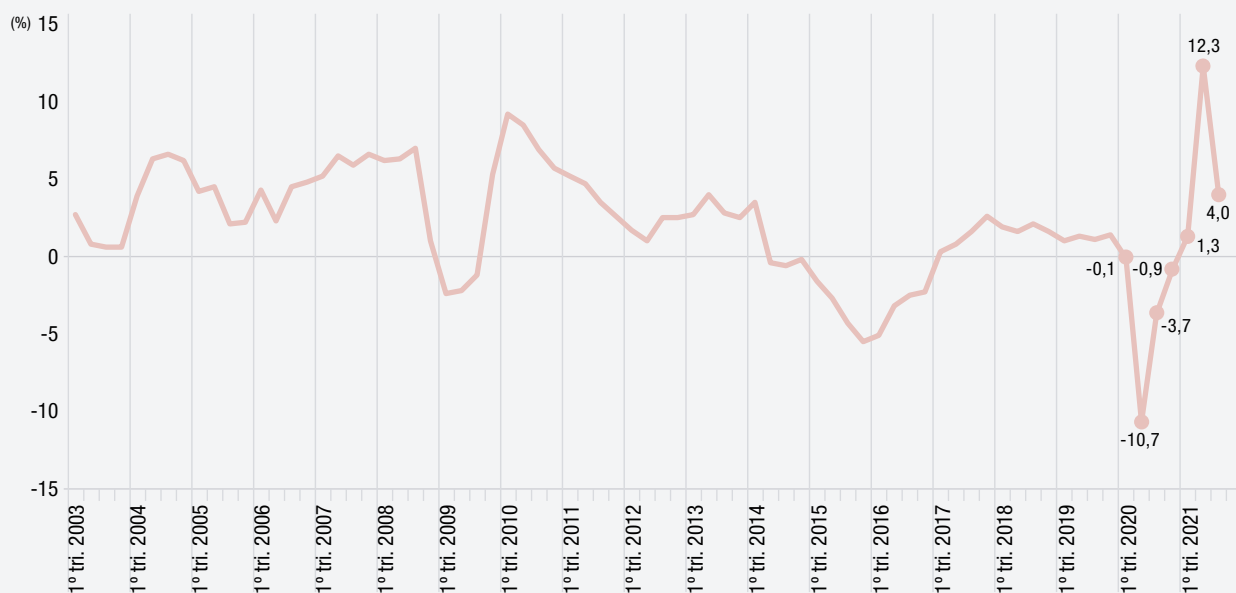
O primeiro indicador macroeconômico a ser analisado é também um dos mais importantes: o Produto Interno Bruto (PIB). No primeiro trimestre de 2020, início da pandemia da covid-19 no Brasil, o PIB teve um recuo de 0,1% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. No segundo trimestre, principalmente por conta do fechamento das atividades consideradas não essenciais, o PIB apresentou a maior retração da série, superando até

mesmo as quedas ocorridas na crise de 2015-2016 e na crise internacional de 2008: uma queda de 10,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Nos trimestres seguintes, entretanto, por conta da gradual flexibilização das medidas de restrições sociais e do impulso dado pelo auxílio emergencial, as quedas em comparação aos mesmos trimestres do ano anterior se mostraram mais “amenas”: recuo de 3,7% no terceiro trimestre e de 0,9% no quarto trimestre (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2021).

Após a criação de vacinas e a possibilidade de flexibilização gradual das medidas restritivas, o Brasil começou a apresentar um ambiente econômico mais propício para o crescimento econômico em 2021. No primeiro trimestre do ano, o crescimento observado foi de 1,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior; no segundo trimestre, o crescimento foi de 12,3%, o maior em comparação ao ano anterior observado na série histórica (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2021).

Gráfico 1

PIB trimestral (variação em relação ao mesmo período do ano anterior) (%) – Brasil – 1º tri. 2003-3º tri. 2021



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais (2021).

Elaboração própria.

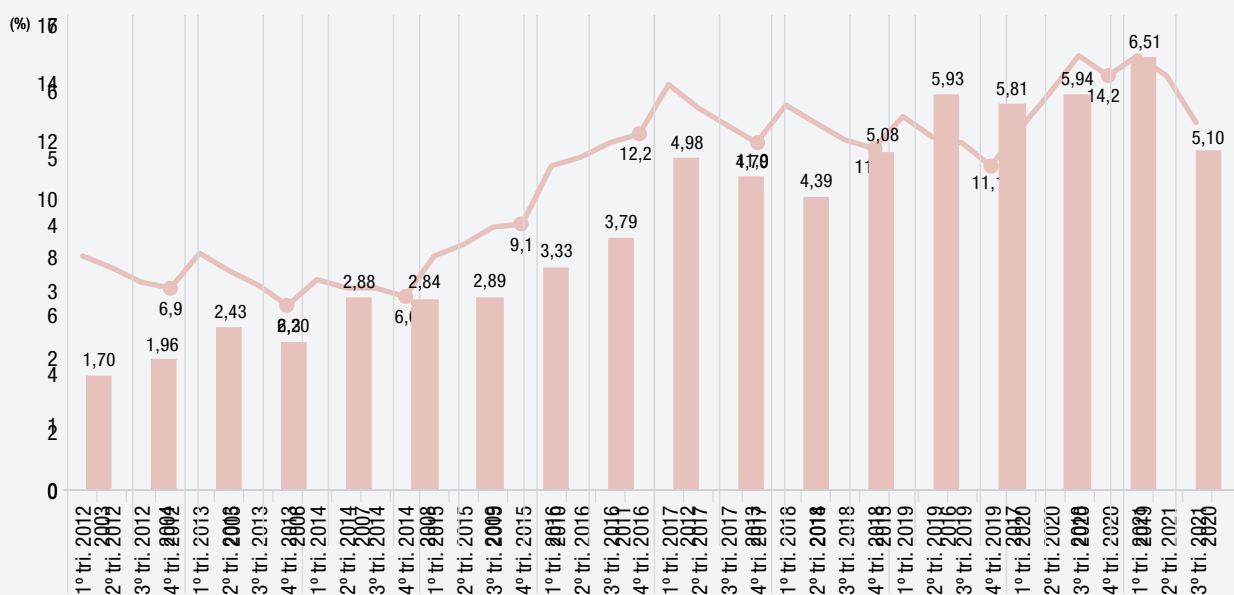
O Brasil apresentou uma queda do PIB de 4,1% no primeiro ano da pandemia, demonstrando como tal evento foi impactante na retração do crescimento econômico brasileiro. O crescimento de 2021 foi de 4,6% em comparação a 2020. Tal avanço, contudo, se mostrou tímido, levando-se em consideração que entre 2003 e 2021 houve vários períodos com crescimentos superiores, tal qual o aumento de 7,5% em 2010, após a queda do PIB em 2009 em decorrência da crise econômica mundial de 2008.

Momentos de recessões econômicas e desempenhos ruins do PIB costumam significar desaquecimento do mercado de trabalho, assim como momentos de progresso econômico acabam implicando reaquecimento desse mercado e algumas de suas variáveis. Conforme observado no Gráfico 2, desde o primeiro trimestre de 2016, período em que o Brasil esteve enfrentando uma das suas maiores crises econômicas, o país tem apresentado taxas de desemprego elevadas, sempre acima de dois dígitos - tendo sido de 11,1% naquela ocasião. No quarto trimestre de 2019, o último antes do início da pandemia, quando o Brasil ainda lutava por uma redução da taxa de desemprego, a mesma taxa se encontrava no patamar de 11,1%. Com o a pandemia em curso e um ano depois de apresentar a taxa de 11,1%, como reflexo das atividades que não suportaram os impactos das ações restritivas de funcionamento, o Brasil apresentou a sua maior taxa de desemprego, atingindo a marca de 14,9% das pessoas com 14 anos ou mais desocupadas (patamar que, por sinal, voltou a se repetir no segundo trimestre de 2021).

Apesar da indisponibilidade de dados sobre o tema no período da pandemia, durante a inatividade por conta das medidas restritivas, a Indústria do Futebol também sofreu com o desemprego. Com a ausência de algumas receitas e com a permanência de seus custos, alguns clubes acabaram recorrendo à demissão de parte dos seus profissionais e/ou redução de salários. Além das demissões diretas, a paralisação do futebol e, posteriormente, o funcionamento sem público ou com público reduzido, ocasionaram perda de

Gráfico 2

Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – Brasil – 1º tri. 2012-3º tri. 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022).

Elaboração própria.

78 Conj. & Planej., Salvador, n.202,
p.73-89, jan./jun. 2022

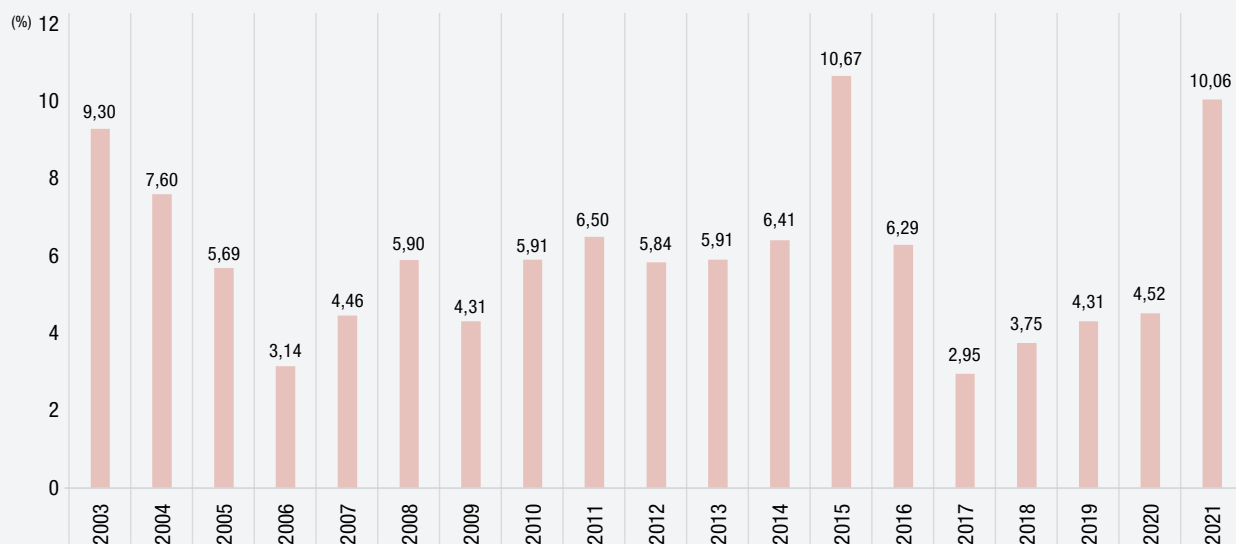
renda e desligamentos em indústrias correlatas que atuam no entorno dos estádios em períodos de jogos.

Um dos principais impactos do aumento da inflação, principalmente para aqueles indivíduos com menor poder aquisitivo, consiste na redução do poder de compra, já que em muitas ocasiões o nível dos preços acaba subindo em valores superiores ao aumento/correção da renda dos consumidores. No Brasil, um dos principais indicadores utilizados para essa mensuração é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Apesar de a inflação ser afetada por diversos fatores, é possível observar dois principais impactos em sentidos opostos provocados pela pandemia da covid-19 no indicador. Num primeiro momento, durante o início da pandemia, com a imposição de decretos e medidas visando o *lockdown* e o isolamento social para frear o avanço da doença, as atividades consideradas não essenciais foram fechadas e a circulação de pessoas diminuiu, causando desaquecimento forçado da economia e possibilitando, até mesmo, verificar-se a ocorrência de deflação em alguns meses. Num segundo momento, após a flexibilização das medidas sociais de restrição e o reaquecimento da economia, além da injeção provocada pelo auxílio emergencial, a inflação apresentou comportamento de aceleração, alcançando valores acumulados no ano de 2020 similares aos de 2019, conforme se pode observar no Gráfico 3, mesmo com os períodos de deflação ao longo daquele ano.

Apesar de existirem diversos outros fatores que influenciaram o aumento da inflação, tais quais desvalorização cambial do real, aumento dos combustíveis por conta da política de preços adotada pela Petrobras, crise energética etc., os efeitos dos aumentos de preços provocados pela pandemia continuaram durante 2021. Os efeitos da pandemia acabaram ocasionando aumentos de preços generalizados em diversos países do mundo, inclusive o Brasil. Contudo, os efeitos seguiram somente a direção do aumento do nível de preços, fazendo com que a meta de inflação fosse ultrapassada, alcançando 10,06% ao final do ano, que é o segundo maior valor observado desde 2003, conforme observado no Gráfico 3, fazendo com que o presidente do Banco Central do Brasil apresentasse explicações públicas sobre o não cumprimento da meta inflacionária e que medidas seriam tomadas para a conter.

Grafico 3
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (variação acumulada no ano) (%) – Brasil – 2003-2021



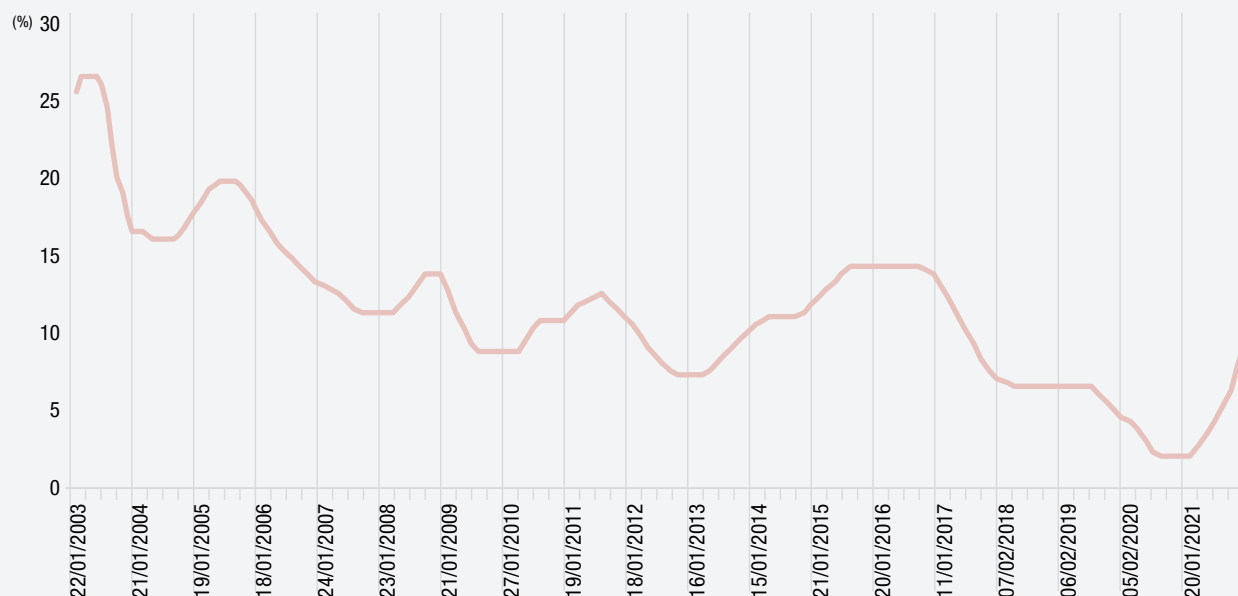
Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (2022).
Elaboração própria.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no ano de 2019 para a determinação da taxa básica de juros da economia (taxa Selic), com a finalidade de estimular o crescimento econômico do Brasil, o patamar estabelecido foi de 4,5%, o menor valor observado durante a série iniciada em 2003. Com o impacto da pandemia, retratado na queda histórica do PIB em 2020, o Copom, visando estimular ainda mais o crescimento da economia brasileira, reduziu ainda mais a taxa Selic, chegando ao patamar de 2,0%. Contudo, visando o combate ao avanço da inflação no ano de 2021, a taxa Selic saltou de 2,0% na última reunião de 2020 para 9,25% na última reunião de 2021 e deve continuar subindo durante o ano de 2022 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Para além do desafio de manter a taxa Selic num patamar que possibilite ao mesmo tempo o controle da taxa de inflação do país e estímulo do crescimento econômico, existem dois outros aspectos a serem levados em consideração ao utilizar a taxa Selic como instrumento de política monetária: 1) ao realizar movimentações na taxa Selic, é possível observar mudanças relacionados aos custos de empréstimos e financiamentos para a sociedade; em outras palavras, a população será afetado ao ser estimulada ou desencorajada a demandar mais crédito junto ao mercado; 2) a taxa de câmbio também sofre influências, já que as movimentações na taxa Selic podem atrair ou expulsar capital estrangeiro, acarretando em variações do real perante outras moedas.

Gráfico 4

Taxa básica de juros da economia (taxa Selic) – Brasil – 2003-2021



Fonte: Banco Central do Brasil (2022).
Elaboração própria.

ANÁLISE MICROECONÔMICA

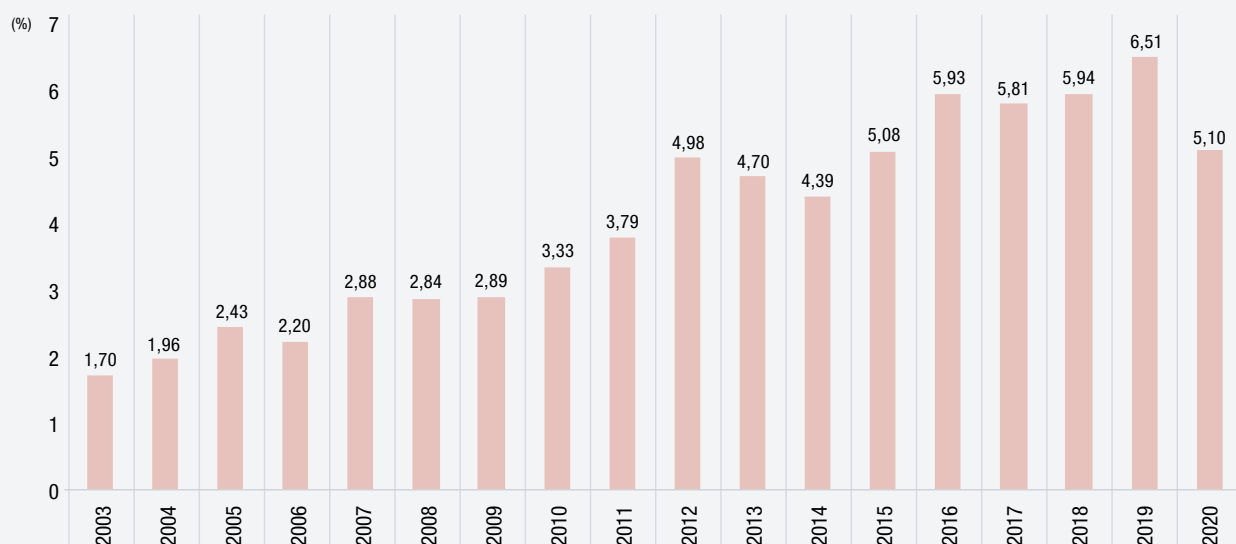
O futebol e a sua indústria possuem uma relevância que se inicia através da paixão do torcedor e se estende para o âmbito econômico, sendo responsável por 0,72% do PIB brasileiro, de acordo com os dados referentes à temporada de 2018 (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019). A Indústria do Futebol possui um enorme potencial para participação ainda maior no PIB e gerar diversos outros impactos econômicos positivos. Mesmo com a importância e o potencial para ser ainda mais impactante, o setor do futebol é influenciado pelo ambiente macroeconômico do país e por vários outros fatores internos e externos.

Assim como o crescimento econômico do Brasil foi impactado pela pandemia, o setor do futebol viu suas receitas serem bastante afetadas no primeiro ano da crise, conforme retratado através da redução da receita total dos 20 principais clubes brasileiros¹. O principal fator que explica a queda de receitas em comparação ao período anterior é o mesmo que afetou a economia do país: por conta das medidas restritivas e do isolamento social para conter o avanço da covid-19, o futebol brasileiro parou por cerca de quatro meses em

¹ Os principais 20 clubes brasileiros considerados pela Sports Value (2021) são: Flamengo, Palmeiras, Corinthians, Grêmio, Atlético MG, São Paulo, Athletico PR, Internacional, Santos, Fluminense, Vasco da Gama, Botafogo, Red Bull Bragantino, Bahia, Cruzeiro, Coritiba, Ceará, Goiás, Fortaleza e Atlético GO.

2020 e quando retornou foi sem a presença do público nos estádios – que só voltou aos estádios após o primeiro semestre de 2021 e com redução da lotação máxima permitida. Através do Gráfico 5, pode-se observar que a receita total dos 20 principais clubes sofreu a maior queda do período observado, caindo de R\$ 6,51 bilhões em 2019 para R\$ 5,1 bilhões em 2020, retornando, assim, para o patamar de receitas observado em 2015.

Gráfico 5
Receita total do top 20 clubes brasileiros (em R\$ bilhões) – 2003-2020



Fonte: Sports Value (2021).

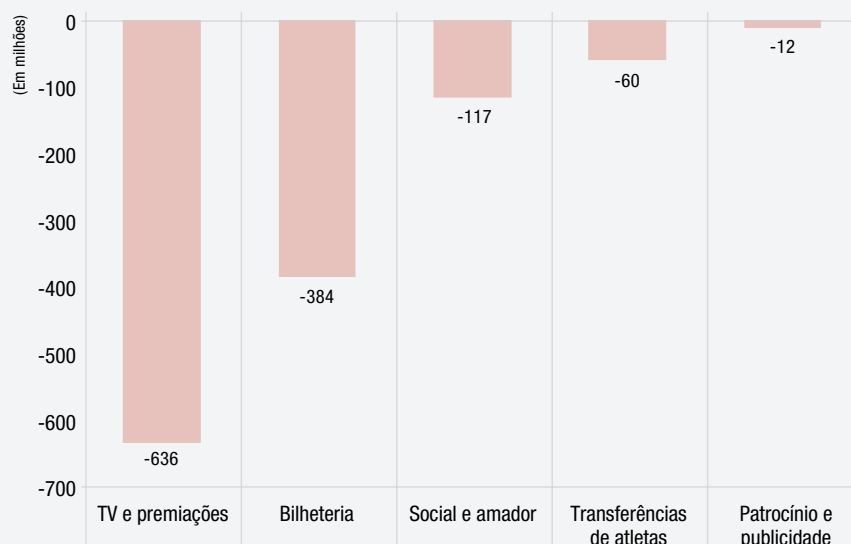
Elaboração própria.

Nota: Valores atualizados pela Sports Value para inflação, utilizando 2020 como ano base.

De acordo com o Gráfico 6, a principal receita impactada no ano de 2020 foi a proveniente de TV e premiações, com uma redução de R\$ 636 milhões em comparação ao ano anterior. Tal queda se deve ao fato de que, por conta do período em que o setor ficou paralisado e sem transmissão de jogos de futebol ao vivo, houve suspensão de pagamentos e alteração de contratos por parte dos detentores dos direitos televisivos, afinal, a partida de futebol ao vivo é o seu principal produto. A segunda maior perda de receitas aconteceu no grupo de bilheteria (novamente por conta das medidas restritivas), que mesmo após a volta das partidas não foi possível receber a presença do torcedor.

Analisando as transferências de atletas, através do Gráfico 7, pode-se observar que houve uma redução de 180 milhões (cerca de 10,2%) das receitas correspondentes em 2020 em comparação ao ano de 2019. Conforme observado pela Sports Value (2021), em 2020, no mercado internacional de transferências de atletas de futebol, houve uma redução de 23,0% em comparação ao ano anterior – ou seja, apesar de cair pouco mais de dez por

Grafico 6
Variação das receitas do top 20 clubes brasileiros (em R\$ milhões) – 2019/2020



Fonte: Sports Value (2021).
 Elaboração própria.

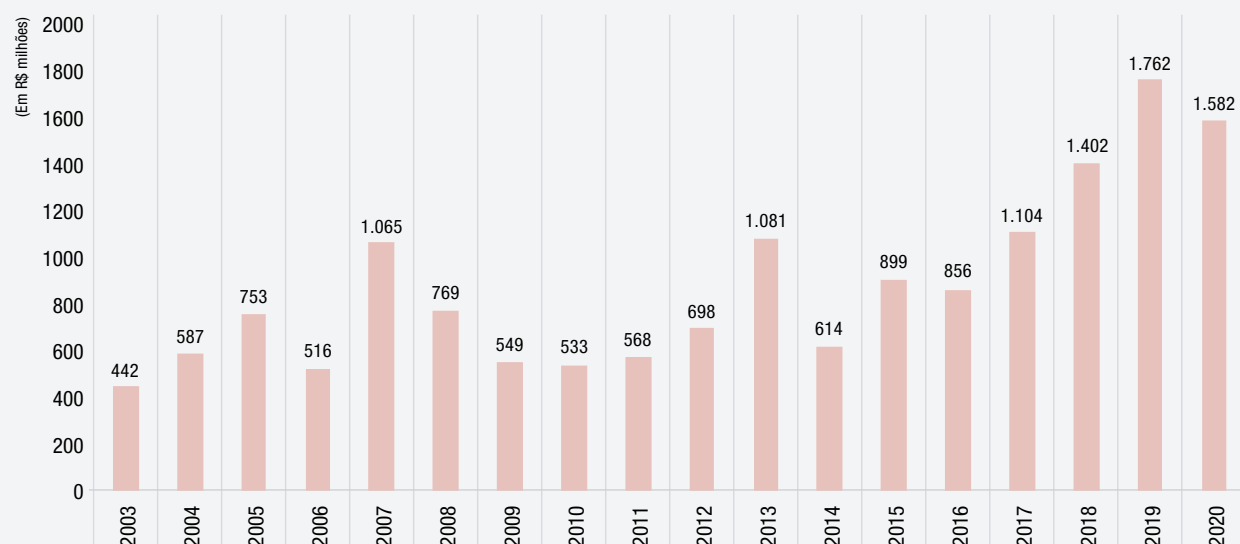
cento, os clubes brasileiros apresentaram prejuízos com transferências de atletas menores do que a média mundial. Alguns pontos a serem destacados sobre essa informação se referem ao papel do Brasil como um dos principais formadores e exportadores de jogadores de futebol do mundo; contudo, também é necessário identificar a possível influência da desvalorização do real durante o período da pandemia, já que com a desvalorização perante outras moedas, como o dólar americano e o euro, por exemplo, ficou mais barato para os países do mercado internacional contratar jogadores brasileiros.

Uma importante análise a ser realizada sobre os impactos da pandemia na Indústria do Futebol pode vir da observação dos custos dos clubes. Conforme verificado por Szymanski e Kuypers (1999 *apud* PEREIRA *et al.*, 2004), existe uma relação diretamente proporcional entre os gastos com salários e o desempenho esportivo dentro do futebol, demonstrando assim a importância específica desses custos com futebol para um clube.

Com a iminente queda das receitas dos clubes de futebol em decorrência dos impactos da pandemia – a destacar as medidas restritivas de *lockdown* e isolamento social – os clubes de futebol se viram obrigados a reduzir não somente os seus custos totais, como os custos com futebol para se adequar à nova realidade financeira imposta pela crise. Como algumas das principais medidas de redução de custos, houve demissões de trabalhadores, reduções no pagamento de salários em decorrência da diminuição negociada

Gráfico 7

Receitas com transferências de atletas do top 20 clubes brasileiros (em R\$ milhões) – 2003-2020



Fonte: Sports Value (2021).

Elaboração própria.

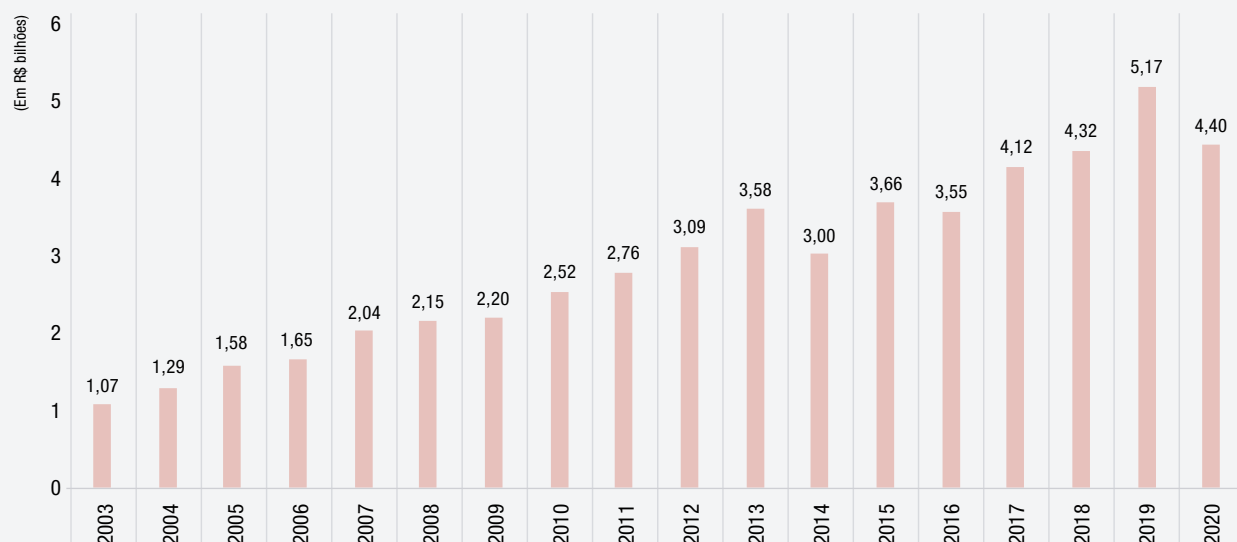
Nota: Valores atualizados pela inflação.

da carga horária trabalhada e, até mesmo, reduções salariais dos próprios jogadores de futebol. Além disto, antes mesmo da pandemia, como os custos com futebol estavam apresentando tendência de crescimento desde o ano de 2016, foi preciso segurar os custos orçados previstos para o ano de 2020. Com todos os esforços para redução de custos, de acordo com o Gráfico 8, considerando os valores atualizados pela inflação, em 2019, os custos com futebol dos 20 principais clubes brasileiros foram de R\$ 5,17 bilhões e, em 2020, após uma redução de R\$ 0,77 bilhões (ou cerca de 14,9%), ficaram em R\$ 4,4 bilhões.

Vale destacar, contudo, que essa redução de 14,9% dos custos com futebol foi inferior ao recuo de 21,7% da receita total e isso, por sua vez, gerou impactos em relação aos déficits e endividamento dos clubes. Para 2021 e demais temporadas, com a provável retomada de aumento das receitas dos clubes, espera-se que os custos também voltem a subir e aqueles que tiveram seu vínculo encerrado possuam novas oportunidades de trabalho dentro da indústria.

Dado que as receitas dos clubes, assim como o PIB do Brasil, foram impactadas negativamente pela pandemia e, como os custos não foram reduzidos nas mesmas proporções da queda das receitas, de forma que ocorreu um aprofundamento dos déficits dos clubes, uma das principais consequências observadas foi o aumento das dívidas dos clubes de futebol. Conforme verificado no Gráfico 9, a dívida dos 20 principais clubes do país já tinha saltado de R\$ 7,8 bilhões, em 2018, para R\$ 9,3 bilhões em 2019, também como

Grafico 8
Custos com futebol do top 20 clubes brasileiros (em R\$ bilhões) – 2003-2020



Fonte: Sports Value (2021).

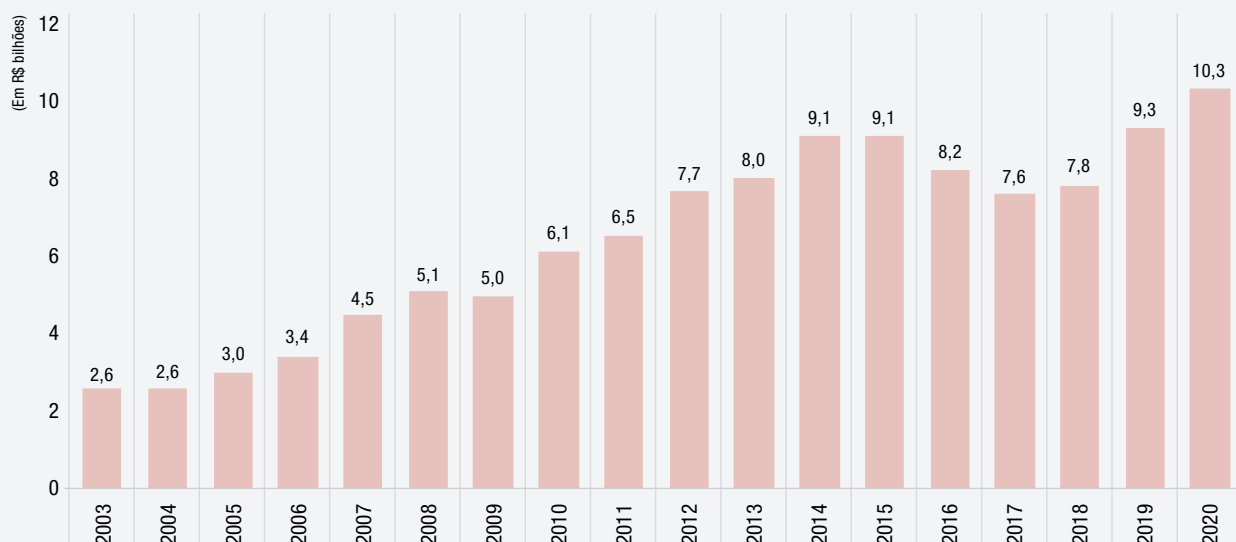
Elaboração própria.

Nota: Valores atualizados pela Sports Value para inflação, utilizando 2020 como ano base.

consequência, dentre outros fatores, do alto déficit dos clubes naquele ano, e se aprofundou ainda mais ao passar para R\$ 10,3 bilhões em 2020. Um dos pontos que impediram que a dívida fosse ainda maior para os clubes de futebol está relacionado com a diminuição do somatório das dívidas fiscais dos clubes; contudo, o aumento da taxa Selic de 2,0% ao final de 2020 para 9,25% ao término de 2021, além da previsão de mais aumentos até o encerramento de 2022, pode voltar a provocar o aumento das dívidas fiscais e, consequentemente, elevar as dívidas dos clubes nas próximas temporadas.

Ao analisar o público total das séries A, B e C do Campeonato Brasileiro de Futebol, é possível verificar que havia uma tendência de crescimento desde 2016, chegando ao ápice de 10,8 milhões na temporada de 2019, puxado principalmente pelo aumento da média de público da série A. Após a interrupção provocada pela pandemia, o Campeonato Brasileiro voltou a receber público após o primeiro semestre de 2021 e teve um total de 2.993.810 torcedores nos estádios até o final da competição, número inferior aos observados desde o início da série em 2012. Uma maneira alternativa de comparar o comportamento dos torcedores na volta aos estádios é através do público médio: na série A, o público médio foi de 14.632 torcedores por partida, número superior ao de 2012, porém inferior aos verificados em qualquer outro ano da série (principalmente em 2019, ano com a maior média); na série B, o público médio foi de 4.399, o menor observado desde o início da série histórica apresentada no Gráfico 10; da mesma maneira, na série C, o público médio presente foi o menor da série, com 2.874 torcedores.

Grafico 9
Dívida total do top 20 clubes brasileiros (em R\$ bilhões) – 2003-2020



Fonte: Sports Value (2021).

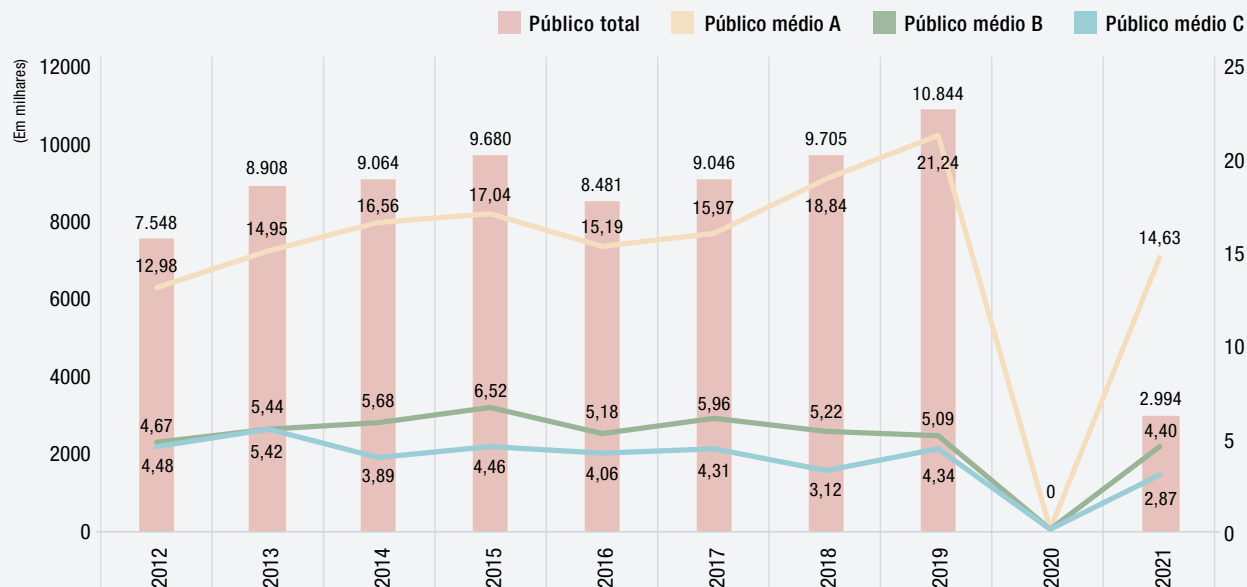
Elaboração própria.

Nota: Valores atualizados pela Sports Value para inflação, utilizando 2020 como ano base.

Existem vários possíveis motivos para explicar a redução dessa média de público. O primeiro deles pode estar relacionado à redução da capacidade máxima dos estádios durante algumas partidas do Campeonato Brasileiro; o segundo motivo pode estar associado à insegurança por parte dos torcedores para retornar aos estádios por conta da pandemia; e o terceiro motivo pode estar relacionado aos indicadores econômicos, como alto desemprego, baixos rendimentos etc. Apesar desses motivos, que podem continuar presentes ou não nas temporadas seguintes, é interessante ressaltar que os torcedores que já compareceram às partidas no Campeonato Brasileiro de 2021 podem indicar que a presença das torcidas e, conseqüentemente, a receita de bilheteria, continuará a aumentar nas próximas temporadas.

A Indústria do Futebol obteve um impacto negativo na temporada de 2020 por conta da pandemia da covid-19. Como principais conseqüências, as receitas sofreram fortes quedas provocadas pela suspensão e renegociação de pagamentos relacionados aos direitos televisivos e queda das receitas com bilheterias. Os custos com o futebol foram reduzidos, porém os totais não caíram suficientemente para cobrir as perdas de receitas, de forma que houve um déficit recorde em 2020, assim como aumento do endividamento dos clubes. Com a volta do futebol e o retorno parcial da torcida no segundo semestre de 2021, os impactos negativos devem ser reduzidos, contudo, da temporada de 2022 em diante, espera-se que o setor volte a crescer em patamares superiores aos apresentados no período pré-pandemia.

Gráfico 10
Público total e médio das séries A, B e C do Campeonato Brasileiro de Futebol – 2012-2021



Fonte: Sr. Gool (2021).
Nota: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol brasileiro, além de atrair a paixão de milhões de brasileiros, é um setor econômico de bastante relevância. Segundo dados apresentados pela CBF (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019), o setor do futebol, ou a Indústria do Futebol, foi responsável por 0,72% do PIB brasileiro de 2018, movimentou cerca de R\$ 52,9 bilhões através de sua cadeia produtiva e foi responsável pela criação de mais de 156 mil empregos. Cabe ressaltar que esses dados, somados à paixão do brasileiro pelo futebol, apontam para um impacto positivo por parte do futebol brasileiro na economia do Brasil potencialmente maior. “Não é só futebol”.

A pandemia provocada pela covid-19 impactou todos os países do mundo, incluindo o Brasil, em termos sanitários e econômicos. O Brasil verificou como principais consequências econômicas a fortíssima queda do PIB no ano de 2020 e o crescimento abaixo do necessário em 2021 para superar as últimas crises; o aumento da taxa de desemprego, que alcançou níveis recordes em 2020; a disparada da inflação no ano de 2021 e a consequente alta da taxa Selic a fim de combater o aumento generalizado dos preços; além de ter verificado sua moeda, o real, desvalorizar fortemente em relação a outras moedas como o dólar americano e o euro. Para o ano

de 2022, a previsão não é tão positiva para estes indicadores, indicando que a economia do país precisará de mais tempo para se recuperar dos impactos da covid-19 e suas crises recentes.

Além de promover fortes impactos na economia brasileira, a pandemia da covid-19 também provocou consequências negativas para a Indústria do Futebol. Assim como o PIB brasileiro, as receitas da Indústria do Futebol, representadas pelos 20 principais clubes brasileiros, apresentaram uma queda superior aos 20,0% em 2020 em comparação a 2019 e, dentre os principais motivos, encontram-se as fortes reduções de receitas provenientes da TV e da bilheteria. Além do mais, os clubes conseguiram diminuir seus principais custos, porém num montante insuficiente para compensar a perda de receitas no ano, contribuindo assim para que ocorressem déficits e endividamento recorde.

Enfim, com a não paralisação do futebol em 2021 e a volta de público no segundo semestre de 2021, espera-se que as receitas recuperem parte de suas perdas na referida temporada, mas que só voltem a crescer em patamares superiores ao do período pré-pandemia na temporada de 2022. Ao analisar a média de torcedores nas séries A, B e C do Campeonato Brasileiro de Futebol, é possível observar que o torcedor tem voltado aos estádios e, *ceteris paribus*, vai contribuir para que a Indústria do Futebol volte a crescer a partir do ano de 2022. Para estudos futuros, no entanto, sugere-se mensurar, através de métodos econométricos apropriados, o impacto da covid-19 na Indústria do Futebol brasileiro e em toda a sua cadeia.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxas de juros básicas*: histórico. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Relatório impacto do futebol Brasileiro*. [S. l.]: CBF: Ernest Young, 2019. Disponível em: https://zenodo.org/record/4587228#.YgSvt9_MLIU. Acesso em: 26 jan. 2022.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, 3. tri. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 28 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737>. Acesso em: 28 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Taxa de variação do índice de volume trimestral*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5932#resultado>. Acesso em: 28 jan. 2022.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013. cap. 11, p. 193-206.

PEREIRA, Carlos Alberto *et al.* A gestão estratégica de clubes de futebol: uma análise da correlação entre performance esportiva e resultado operacional. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2004.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SPORTS VALUE. *Finanças clubes 2020 e transformação digital do futebol*. São Paulo: Sports Value, maio 2021. Disponível em: <http://www.sportsvalue.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Finan%C3%A7as-clubes-2020-e-Transforma%C3%A7%C3%A3o-Digital-Sports-Value-maio-2021-3.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

SR. GOOOL. *Site especializado em estatísticas e curiosidades do futebol*. Disponível em: <https://www.srgool.com.br/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SZYMANSKI, Stefan; KUYPERS, Tim. *Winners and losers: the business strategy of football*. Inglaterra: Penguin Group, 1999.

WORLDOMETER. *COVID-19 Coronavirus pandemic*. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus>. Acesso em: 5 fev. 2022.



A POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS NO BRASIL

André Garcez Ghirardi
Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (1974), Mestre em Technology and Policy pelo Massachusetts Institute of Technology (1978), com dissertação sobre Estocagem Estratégica de Petróleo. Doutor pelo Energy and Resources Program da University of California Berkeley (1983), com tese sobre Uso de Alcool Combustível no Brasil. Pesquisador Permanente do Lawrence Berkeley Laboratory, do Departamento de Energia dos EUA (1983-86), em Berkeley, Califórnia, com estudos sobre demanda de energia na América Latina e África Ocidental. Na Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (1990-94), elaborou o projeto de financiamento para o primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos. É professor da Faculdade de Economia da UFBA. Contribuiu com a Petrobras, em diferentes funções, de 2004 a 2015. Tem experiência na área de Economia da Energia, atuando principalmente com qualidade e regulação na indústria de energia elétrica e integração regional sul-americana na indústria do petróleo e gás natural. ghirardi@ufba.br

Passados 20 anos da liberação do mercado de combustíveis no Brasil, a questão do preço dos combustíveis ao consumidor mostra-se mal resolvida. Há quem fale em “crise de energia” para se referir ao fato de que hoje (maio de 2022) o preço médio do diesel no país está 51% mais alto do que há um ano, segundo dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)¹. O diesel mais caro se reflete diretamente no preço dos alimentos e de outros produtos de consumo diário. Reflete-se, também, nas tarifas de ônibus urbanos, o transporte cotidiano da vasta maioria da população. A surpresa (e indignação) com a alta do preço é ainda maior em relação ao gás de cozinha (GLP), que sofreu aumento de 32,0% desde maio passado, na média nacional, e de 34,0% no estado da Bahia. Quando confrontada com os efeitos danosos de sua política de preços para a população, a direção da Petrobras argumenta que seus preços devem acompanhar o mercado internacional de petróleo e combustíveis. A sensibilidade política do preço dos combustíveis é de tal modo que o próprio presidente da República tem se manifestado em tom de protesto, como se nada pudesse fazer a respeito da empresa, cuja direção é indicada pelo governo federal².

A quebra do monopólio da Petrobras através da Emenda Constitucional nº 9 de 1995 atendeu às pretensões de expandir a participação do setor privado na exploração e produção de petróleo no Brasil. O mesmo não ocorreu no segmento de refino e distribuição. Desde a reforma do setor do petróleo, materializada na Lei 9.478 de agosto de 1997, subsiste insatisfação nos segmentos empresariais interessados em

1 ANP – Série Histórica do Levantamento de Preços. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-revenda-e-de-distribuicao-combustiveis/serie-historica-do-levantamento-de-precos>

2 Petrobras é irresponsável e gasta dinheiro do povo, diz Bolsonaro. Poder 360, 30 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/petrobras-e-irresponsavel-e-gasta-dinheiro-do-povo-diz-bolsonaro/>

ingressar nos negócios de comercialização de combustíveis e refinação de petróleo no Brasil. A causa da insatisfação é a influência da Petrobras sobre os preços de combustíveis em decorrência de sua posição dominante no mercado brasileiro de refino (mais de 90% do mercado).

Conforme a lei 9.478, a partir de janeiro de 2002 os preços de gasolina, diesel, GLP e outros derivados deixaram de estar sujeitos a qualquer tipo de controle pelo poder público. No cenário de liberdade de preços, a venda de combustível, no Brasil, segundo a cotação do mercado internacional, tornou-se condição necessária para viabilizar a participação do capital privado no refino de petróleo e na comercialização de gasolina, diesel e semelhantes. Sempre que a Petrobras pratica preços inferiores aos do mercado mundial, torna economicamente inviável o ingresso de agentes para importar combustíveis para venda no mercado brasileiro e, ainda menos viável a construção de novas refinarias. Se, por outro lado, a Petrobras pratica preços acima do mercado internacional, abrem-se oportunidades para que empresas privadas possam importar e vender a preços mais baixos, ocupando segmentos de mercado antes atendidos pela Petrobras.

A liberação formal dos preços aconteceu no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). No curto período disponível ao final do segundo mandato, o governo federal atuou para desfazer a posição dominante da companhia estatal no segmento de refino (98% do mercado doméstico à época). Naquele ano de 2001, a direção da Petrobras deu o primeiro passo concreto para privatizar parte do refino no Brasil ao vender 30% do capital da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), em Canoas, no Rio Grande do Sul³, à petroleira espanhola Repsol. Esta estratégia privatista foi interrompida com o final do período FHC. Empossado em 2003, o governo Lula reverteu orientação estratégica de privatização do refino de petróleo. A participação privada passou para segundo plano, e a prioridade estratégica passou a ser reforçar a posição da Petrobras. Instalou-se desde os primeiros momentos a controvérsia em torno da política de preços da Petrobras. De um lado, os agentes privados interessados no negócio queixavam-se de que a Petrobras praticava períodos de preço abaixo do nível internacional, impedindo a entrada de novos agentes no mercado brasileiro. Por outro lado, a Petrobras argumentava que seguia os preços internacionais e que apenas evitava repassar imediatamente ao mercado doméstico as flutuações (muitas vezes extremas e passageiras) dos preços de combustível

3 Nos termos da troca, a Repsol tornou-se proprietária de 30% da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) em Canoas, no Rio Grande do Sul, além de 10,0% do campo de Albacora Leste na Bacia de Campos e de 270 postos de gasolina no sul do país. Em troca, a Petrobras receberia alguns ativos na Argentina: uma pequena refinaria em Bahia Blanca, 12,0% do capital de uma empresa secundária de refino e distribuição (Eg3), inclusive 700 postos de gasolina (Folha Online, 2001)

no mercado mundial. Nos governos Lula e Dilma, a Petrobras não definiu periodicidade regular para revisão de preços de combustíveis.

O governo Temer retomou a agenda privatizante interrompida. A prioridade da Petrobras passou a ser a geração de dividendos aos acionistas. Para isso, o preço dos combustíveis, inclusive gasolina, foi mantido acima do mercado externo durante 2017 pela Petrobras. A política de preços passou a priorizar a regularidade dos reajustes de preços a fim de acompanhar o mercado mundial. Em 2016, os preços da gasolina e do diesel passaram a ser ajustados mensalmente. Em 2017, os preços passaram a ter reajustes diários, o que resultou na greve dos caminhoneiros em maio de 2018. A greve foi resolvida com a concessão de subsídio pela União e com a demissão do presidente da Petrobras.

Em janeiro de 2019, o governo Bolsonaro designou para presidir a Petrobras um executivo cujo discurso de posse foi centrado na condenação dos monopólios e da presença do Estado na economia. Fez questão de manifestar seu completo alinhamento com o pensamento liberal do Ministro da Economia, fazendo referência às credenciais neoliberais de ambos. Fez menção específica à política de preços:

A Petrobras seguirá preço de paridade internacional, sem subsídios e sem exploração de poder de monopólio. Nós somos amantes da competição e detestamos a solidão dos mercados, teremos companhias, queremos competir⁴ (SILVEIRA, 2019).

Na mesma cerimônia de posse, o Ministro de Minas e Energia (Bento Albuquerque) fez aceno direto aos empresários do setor de combustíveis: “medidas estão sendo estudadas para permitir a entrada de novos agentes no mercado de combustíveis e derivados”⁵.

Medidas logo vieram a público. Primeiro, a Petrobras divulgou fato relevante ao mercado em 26 de abril de 2019, informando que tinha ampliado o plano de desinvestimento de modo a incluir a venda de oito refinarias junto com a respectiva infraestrutura logística associada, que somavam capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia. Em junho de 2019, a Petrobras celebrou estranho acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que tornava obrigatórias as vendas anunciadas. Em fevereiro de 2021, a Petrobras informou ter concluído o processo de venda da Refinaria

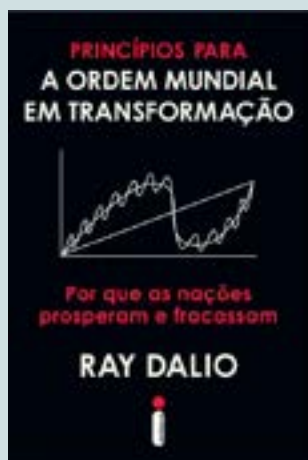
4 Silveira, Daniel (2019) - Castello Branco toma posse na presidência da Petrobras e critica monopólios: 'Inadmissíveis'. G1 Economia. Em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/03/roberto-castello-branco-toma-posse-na-presidencia-da-petrobras.ghtml>

5 Idem

Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados (portos, dutos, tanques) a um fundo de investimentos dos Emirados Árabes Unidos⁶ pelo valor de US\$ 1,65 bilhão. Na mesma data, foi publicado estudo mostrando que o preço justo da RLAM seria o dobro do que foi aceito pela Petrobras.

Os preços de combustíveis que vemos, no momento, no mercado brasileiro são o resultado desse compromisso inabalável do governo Bolsonaro com a progressiva privatização da indústria de petróleo. É insustentável o argumento de que a atual política federal possa, em qualquer horizonte, reduzir o preço dos combustíveis. É fato que, no governo Bolsonaro, o combustível presente em quase todos os lares brasileiros, o GLP, acumula aumento de 68,0%. Na Bahia, a situação é ainda mais dramática: desde o início do governo Bolsonaro, o GLP teve aumento de 70,0%.

No momento, não existe no país crise de energia no sentido de desabastecimento de petróleo ou de seus derivados. Existe sim um problema distributivo de renda entre a pequena parte da população interessada em obter maiores dividendos do negócio de petróleo, e a grande maioria que tem dificuldade para acomodar, no orçamento mensal, as despesas associadas ao preço dos combustíveis.



PRINCÍPIOS PARA A ORDEM MUNDIAL EM TRANSFORMAÇÃO: POR QUE AS NAÇÕES PROSPERAM E FRACASSAM

Ray Dalio

No livro *Princípios para a ordem mundial em transformação: Por que as nações prosperam e fracassam*, Ray Dalio faz uma extensa pesquisa histórica e financeira para desvendar as engrenagens do passado que ditam os rumos da sociedade até hoje. Nesse novo livro, publicado em 2022 (editora Intrínseca), o autor aplica sua larga experiência no mercado financeiro para o estudo da ascensão e queda dos grandes impérios nos séculos recentes. Dessa maneira, os fundamentos mercantis do Império Holandês, a importância internacional alcançada pela moeda do Império Britânico e a atual ameaça das inovações chinesas frente ao Império Americano assumem papéis relevantes para compreender o Grande Ciclo que leva aos altos e baixos da economia, da cultura e da humanidade como um todo.



O FUTURO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E DA CIÊNCIA NO BRASIL EM 2040

David Succi Jr., Raquel Gontijo e Samuel Alves Soares (org.)

O futuro da universidade pública e da ciência no Brasil em 2040, livro da editora Unesp organizado por David Succi Jr., Raquel Gontijo e Samuel Alves Soares, teve como ponto de partida e motivação as incertezas, preocupações, esperanças e empenho em fortalecer a universidade pública e a produção científica no Brasil. Por meio da construção de cenas futuras, este trabalho traz ao debate público cenários prospectivos que podem resultar das decisões tomadas no presente. Busca-se, assim, promover uma reflexão coletiva sobre qual direção está sendo desenhada em contraponto ao desejável em termos de ensino superior e pesquisa acadêmico-científica no Brasil. Ao longo da elaboração desse livro, entre 2020 e 2021, os autores partiram de tendências, potencialidades, obstáculos e desafios que podem significar pontos de inflexão para a universidade pública e a ciência no país, como desigualdades no acesso ao ensino superior, dificuldades financeiras e sistemático corte de recursos públicos.



ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE LIDERANÇA

Jocko Willink

Estratégias e táticas de liderança, livro de Jocko Willink (editora Auster, 2022), discute sobre a necessidade de aprendermos a gerar confiança, ser decisivo, dizer a verdade, ser equilibrado, liderar. Mas como se tornar um verdadeiro líder? Como gerar confiança em seus superiores e subordinados? Esses e muitos outros questionamentos apresentam a liderança como um trabalho de equipe. Nesse livro, o leitor aprenderá as regras fundamentais para assumir o comando com um condecorado comandante da Navy SEAL, grupo de elite da Marinha americana. Após servir 20 anos nas forças armadas, o autor reuniu os fundamentos de liderança aprendidos no campo de batalha em um guia prático direto e acessível a qualquer pessoa.

O ENXAME HUMANO: SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO E QUEDA DE NOSSAS SOCIEDADES

Mark W. Moffett

O livro de Mark W. Moffett *O enxame humano: Surgimento, desenvolvimento e queda de nossas sociedades* levanta a discussão sobre o convívio em sociedade. Como conseguir conviver uns com os outros? Nesse livro que destrói paradigmas, o biólogo Moffett se baseia em descobertas da psicologia, da sociologia e da antropologia para explicar as adaptações que unem as sociedades. *O enxame humano* (editora Alta Cult, 2022) revela como a humanidade criou vastas civilizações de complexidade sem igual – e do que é preciso para sustentá-las.



RECONSTRUÇÃO: O BRASIL NOS ANOS 20

Felipe Salto, João Villaverde e Laura Karpuska

O livro *Reconstrução: O Brasil nos anos 20*, de Felipe Salto, João Villaverde e Laura Karpuska, apresenta uma edição de ensaios de leitura corrente sobre vários temas, situando o leitor no espaço dos debates e propostas para a construção do Brasil que se quer. Os tópicos são muito diversos – e igualmente diverso é o estilo de cada autor. Mas há uma estrutura comum no tratamento dos vários temas como referência à boa literatura e políticas públicas que deram certo; um pouco da história do Brasil e das leis e normas pertinentes a cada tema; e, finalmente, propostas efetivas de políticas públicas. Em um ano eleitoral, como é o caso de 2022, as discussões apresentadas no livro (editora Saraiva, 2022) situam o leitor no espaço dos debates e propostas para a construção do país..



O FLAGELO DA ECONOMIA DE PRIVILÉGIOS: BRASIL, 1947-2020. CRESCIMENTO, CRISE FISCAL E ESTAGNAÇÃO

Fernando de Holanda Barbosa

O livro de Fernando de Holanda Barbosa (editora FGV, 2021) traz a discussão sobre o resultado da economia de privilégios, uma prática presente na cultura brasileira, ao tempo em que apresenta alternativas e análises para o seu fim. Um grupo bastante organizado e importante, composto por empresários obtendo subsídios, transferências e tratamento fiscal diferenciado; trabalhadores com tratamentos especiais inclusive de impostos; funcionários públicos dos três poderes com salários acima do setor privado e até anistiados com aposentadorias e pensões especiais, procura, por vários mecanismos, extrair renda do Estado. Esse cenário de ataque predatório nas finanças públicas produz déficit e sobrecarrega parte da população, que não aceita aumento de impostos para pagar a conta. A crise fiscal resulta desse conflito social. Para o autor, o controle da situação depende de um pacto político da sociedade brasileira que estabeleça o princípio de regras universais para todo e qualquer cidadão.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

Uma combinação de fatores, como inflação, desemprego elevado, aumento da taxa de juros e comprometimento da renda, corrobora para a manutenção de incertezas quanto ao comportamento da atividade econômica nos primeiros quatro meses de 2022. Apesar da instabilidade no cenário econômico, alguns dos principais setores foram influenciados por efeito estatístico.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA) apontou crescimento de 4,9% em abril de 2022, na comparação com o mês imediatamente anterior (série com ajuste sazonal), acumulando alta de 17,3% entre fevereiro e abril. Cinco das seis variáveis que compõem o indicador puxaram o índice para cima, com destaque para Passageiros de ônibus intermunicipais (41,8%), que apontou a variação positiva mais expressiva, seguida por Passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador (18,9%), depois Passageiros de ônibus urbanos (5,1%), Combustíveis (3,5%) e Consumo de energia elétrica (2,0%). Carga portuária foi a única a registrar recuo no período (-7,2%).

Em relação à inflação em Salvador, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, apresentou no ano variação de 3,95%, revelando-se superior a 2,10%, incremento registrado no mesmo período de 2021. Os nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta no período, com destaque para Vestuário (8,25%), Alimentação e bebidas (6,96%) e Educação (6,17%), seguidos por Artigos de residência (5,45%), Transportes (3,20%), Saúde e cuidados pessoais (2,70%), Despesas pessoais (1,56%), Comunicação (1,32%) e Habitação (1,31%).

Na atividade agrícola, a safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas registrou desempenho positivo. O quarto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo a abril de 2022, estimou a produção na Bahia em 11,16 milhões de toneladas (t), o que representa um crescimento de 6,2% na comparação com a safra 2021. A Agropecuária baiana foi favorecida pelas condições climáticas e de mercado para o plantio e o desenvolvimento da lavoura. A pecuária

também registrou resultados positivos, com crescimento expressivo no abate de frangos e de suínos.

Quanto à produção industrial baiana, houve aumento de 22,0%, o maior resultado do país em abril de 2022, em relação a abril de 2021. No acumulado de janeiro a abril de 2022, comparado com o mesmo período do ano anterior, a produção industrial baiana registrou aumento de 5,2%. Cinco dos 12 segmentos da Indústria geral contribuíram para o resultado, com destaque para Derivados de petróleo (38,3%), influenciado, em grande medida, pela maior fabricação de óleo diesel, óleo combustível e gasolina. Vale citar ainda os crescimentos em Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (73,3%), Minerais não metálicos (2,6%), Produtos químicos (0,3%) e Couro, artigos para viagem e calçados (0,8%). Por outro lado, o segmento de Metalurgia (-43,5%) contribuiu negativamente para o desempenho da indústria no período, como também Extrativas (-13,1%), Borracha e material plástico (-13,3%), Produtos alimentícios (-2,7%), Celulose, papel e produtos de papel (-2,2%), Bebidas (-7,4%) e Veículos (-17,4%).

Já o comércio varejista apontou nesse mesmo mês desaceleração de 4,9%. No acumulado de janeiro a abril de 2022, o setor registrou um recuo de 2,7%. Dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas, três registraram comportamento negativo, são eles: Móveis e eletrodomésticos (-27,0%), Combustíveis e lubrificantes (-10,4%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-3,8%). Os demais segmentos registraram comportamento positivo, são eles: Tecidos, vestuário e calçados (29,2%), Livros, jornais, revistas e papelaria (18,9%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (17,4%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (13,2%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,0%). No que diz respeito aos subgrupos, verifica-se que as vendas de Eletrodomésticos, Móveis e Hipermercados e supermercados recuaram em 28,2%, 26,1% e 3,4%, respectivamente.

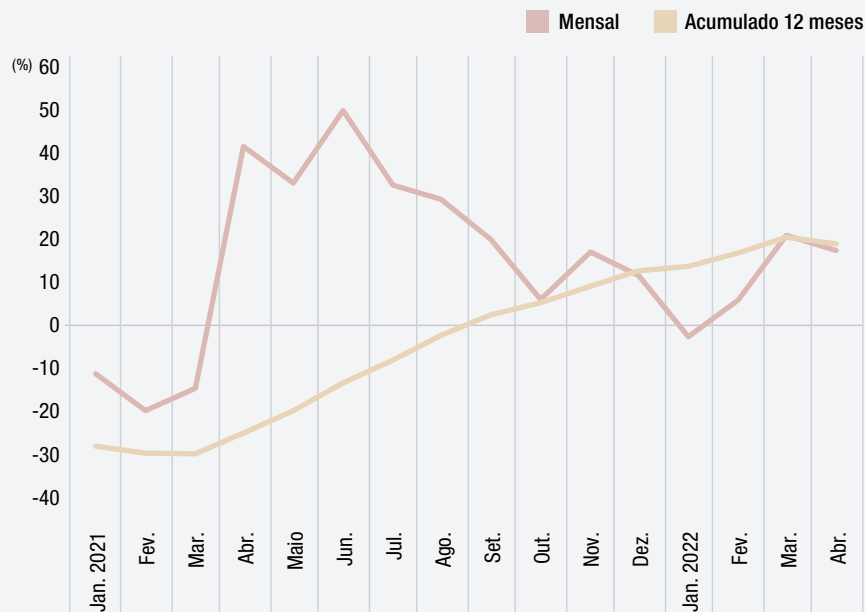
Enquanto o setor de serviços expandiu 14,6%, proveniente da retomada das atividades econômicas. No acumulado, a taxa foi positiva em 14,2%. Nesta análise, quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque para a atividade de Serviços prestados às famílias (62,5%), que apontou a mais expressiva variação

positiva, seguida por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (15,6%), depois Serviços profissionais, administrativos e complementares (6,6%) e Outros serviços (5,2%). Apenas Serviços de informação e comunicação (-4,3%) contabilizou queda.

As exportações baianas registraram US\$ 1,5 bilhão em abril, em mês marcado por forte aceleração de preços dos produtos e aumento dos volumes comercializados com o exterior. O resultado é o maior da série histórica iniciada em 1998, equivalente a um avanço de 73,4% em relação ao valor apurado em abril de 2021. No acumulado de janeiro a abril, as exportações baianas atingiram de US\$ 4,07 bilhões, resultado 54,7% superior ao mesmo período do ano passado. No acumulado, o quantum pesou mais no crescimento obtido (37,0%), mas os preços também acusaram incremento de 13,0% em média. As importações somaram US\$ 852,1 milhões em abril, 17,0% acima do registrado em abril de 2021, com destaque para os desembarques de combustíveis e fertilizantes. Em 2022, as importações baianas acumulam US\$ 3,69 bilhões, 151,7% acima do resultado acumulado até abril do ano passado.

Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores referentes aos dados apurados nos primeiros quatro meses de 2022.

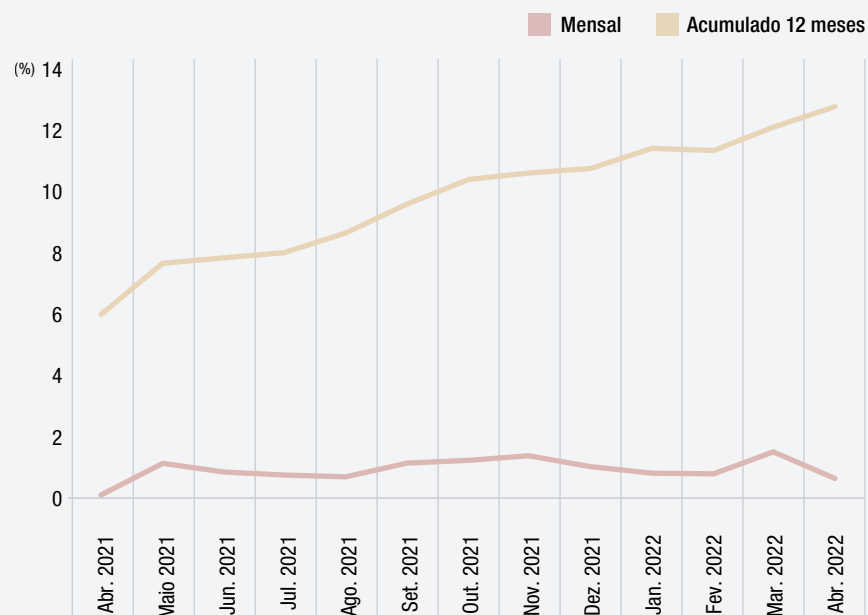
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2021-Abr. 2022



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou acréscimo de 17,5% em abril de 2022 na comparação com o mesmo mês de 2021. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram Aeroporto (169,9%), Ônibus intermunicipal (154,7%), Ônibus urbanos (49,3%) e Combustíveis (11,9%). Em sentido oposto, a contribuição negativa veio de Energia elétrica (-1,3%) e Carga portuária (-20,1%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 18,8%.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPCA – RMS – Abr. 2021-Abr. 2022

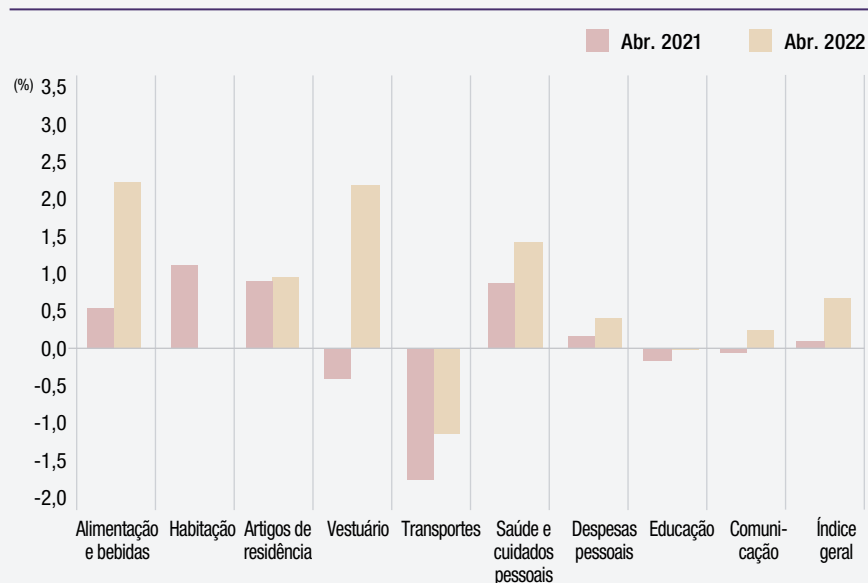


Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou em abril taxa de 0,67%, superior à apurada em abril de 2021 (0,09%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses a inflação cresceu 12,78%. A variação acumulada nesse período foi a maior desde dezembro de 2020 (4,31%).

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, sete tiveram alta em abril. Por ordem de magnitude das taxas, tem-se: Alimentação e bebidas (2,22%), Vestuário (2,17%) e Saúde e cuidados pessoais (1,42%) registraram as maiores expansões, seguidos de Artigos de residência (0,95%), Despesas pessoais (0,41%) e Comunicação (0,24%). Habitação (0,00%) ficou estável. Enquanto Educação (-0,01%) e Transportes (-1,14%) registraram variações negativas.

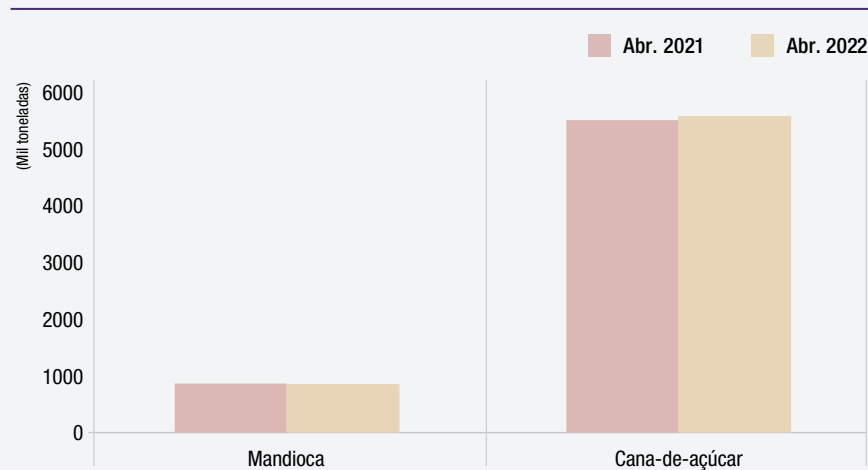
Gráfico 3
Taxa de Variação do IPCA: grupos selecionados – Salvador – Abr. 2021/Abr. 2022



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, para 2022, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terão diferentes comportamentos. A primeira deve registrar queda de 0,6%, enquanto a segunda poderá expandir em 1,4%.

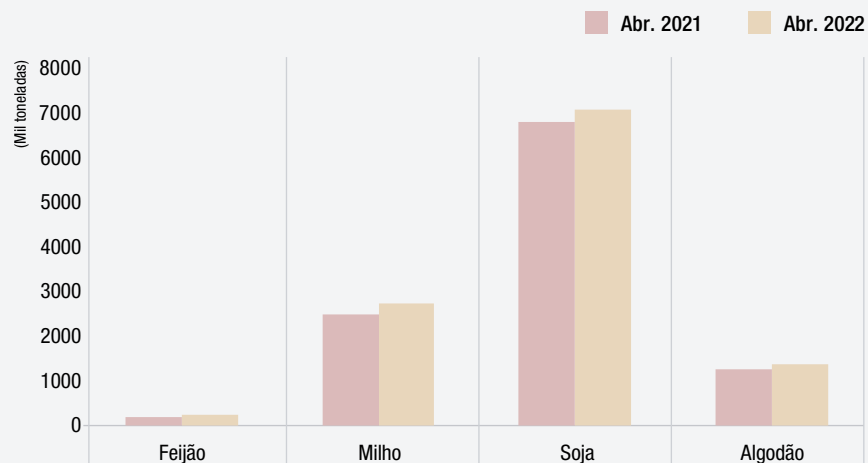
Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Abr. 2021/Abr. 2022



Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Gráfico 5

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Abr. 2021/Abr. 2022



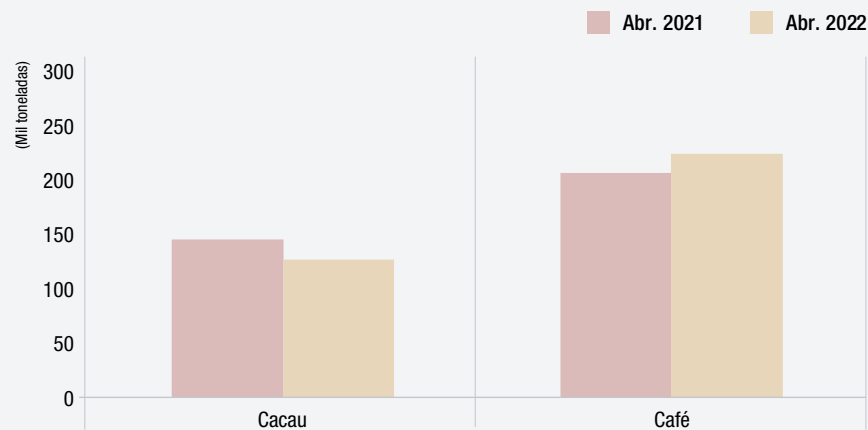
Fonte: IBGE–LSPA.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de expansão na produção de feijão, milho, algodão e soja em relação a 2021, com taxas de 28,9%; 10,0%; 8,8% e 4,0%, respectivamente. Estima-se expansão no rendimento médio para o feijão (28,9%), para o milho (5,3%) e para o algodão (0,4%) e retração para a soja (-1,2%).

Gráfico 6

Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Abr. 2021/Abr. 2022



Fonte: IBGE–LSPA.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

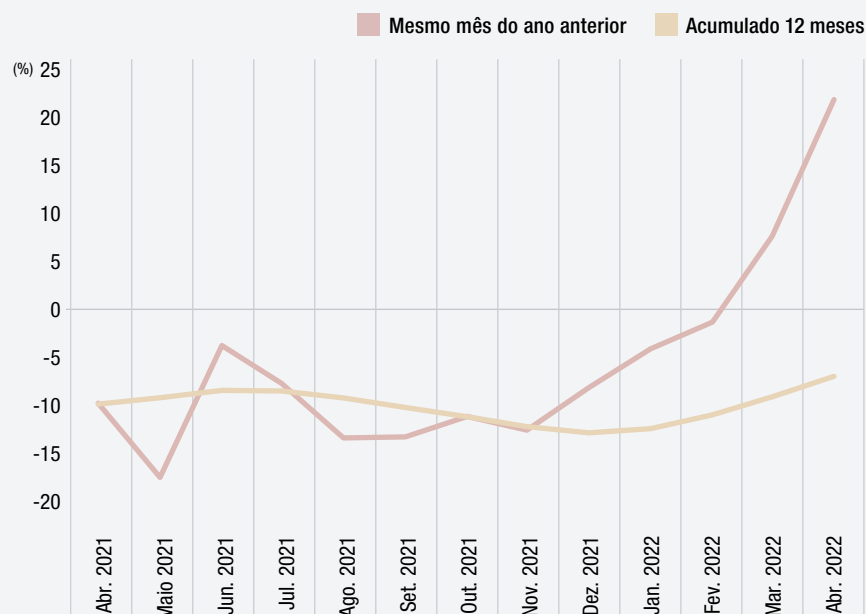
As estimativas de produção das tradicionais commodities da agricultura baiana – cacau e café – apontaram comportamento dispar em 2022. Em relação ao cacau, houve retração na produção (-12,8%), com queda do rendimento médio (-12,8%). Já para o café constatou-se expansão na produção (8,2%), levando ao crescimento do rendimento médio de 6,2%.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana expandiram 22,1% no mês de abril de 2022 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com seis das 12 atividades pesquisadas assinalando avanço da produção. O setor de Derivados de petróleo (161,1%) exerceu a principal influência positiva no período. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Couro, artigos para viagem e calçados (14,0%), Bebidas (16,0%), Celulose, papel e produtos de papel (1,7%), Minerais não metálicos (3,9%) e Produtos químicos (0,6%). A indústria Extrativa (-0,1%) registrou estabilidade no período. Por outro lado, o segmento de Metalurgia (-41,2%) registrou a maior contribuição negativa. Outros segmentos que também registraram decréscimo foram: Produtos alimentícios (-10,2%), Produtos de borracha e de material plástico (-5,8%), Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-4,5%) e Veículos (-1,2%).

O consumo de energia elétrica no estado registrou variação positiva de 37,0% em abril de 2022 na comparação com o mesmo mês de 2021. No acumulado de 12 meses, notou-se avanço de 38,5% no consumo total, impulsionado pela classe comercial, que expandiu 14,4%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Abr. 2021-Abr. 2022

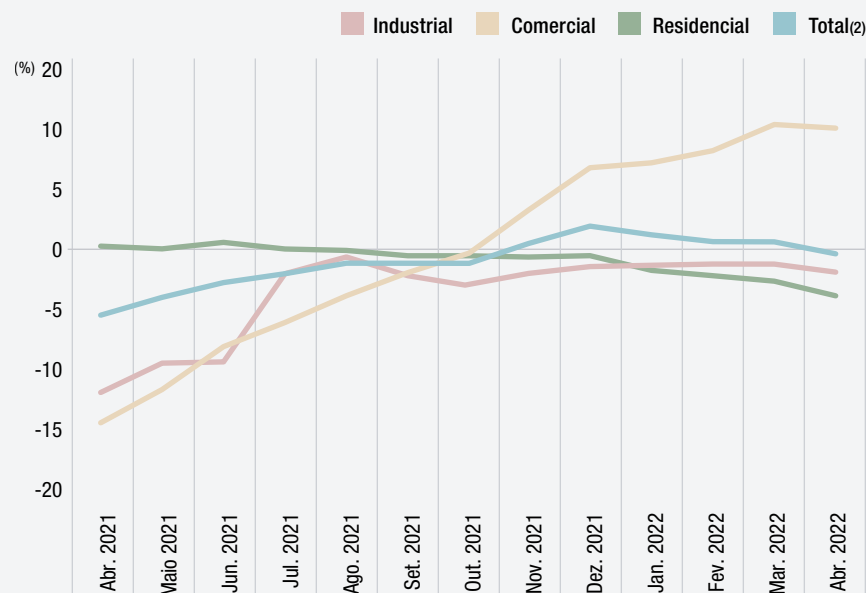


Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Gráfico 8

Taxa de variação do consumo de energia elétrica(1) – Bahia – Abr. 2021-Abr. 2022



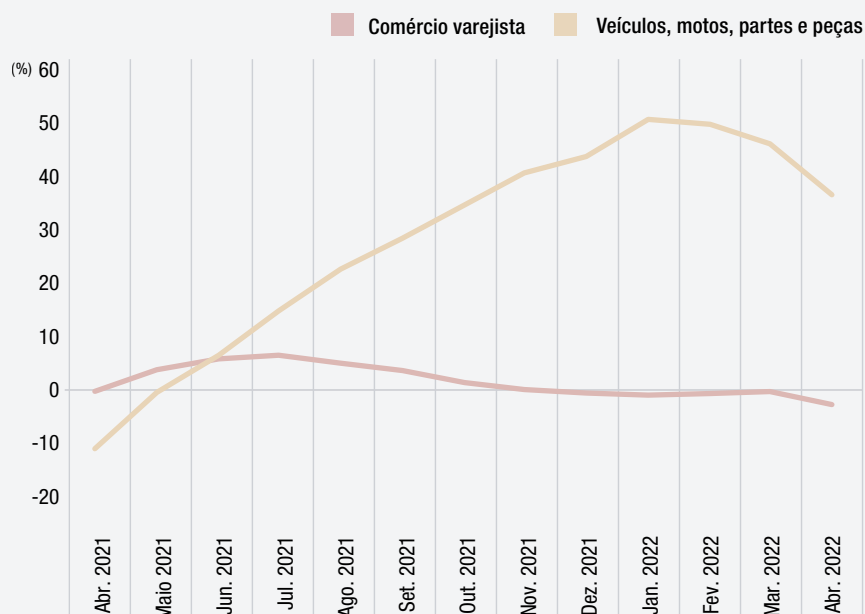
Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Acumulado 12 meses.

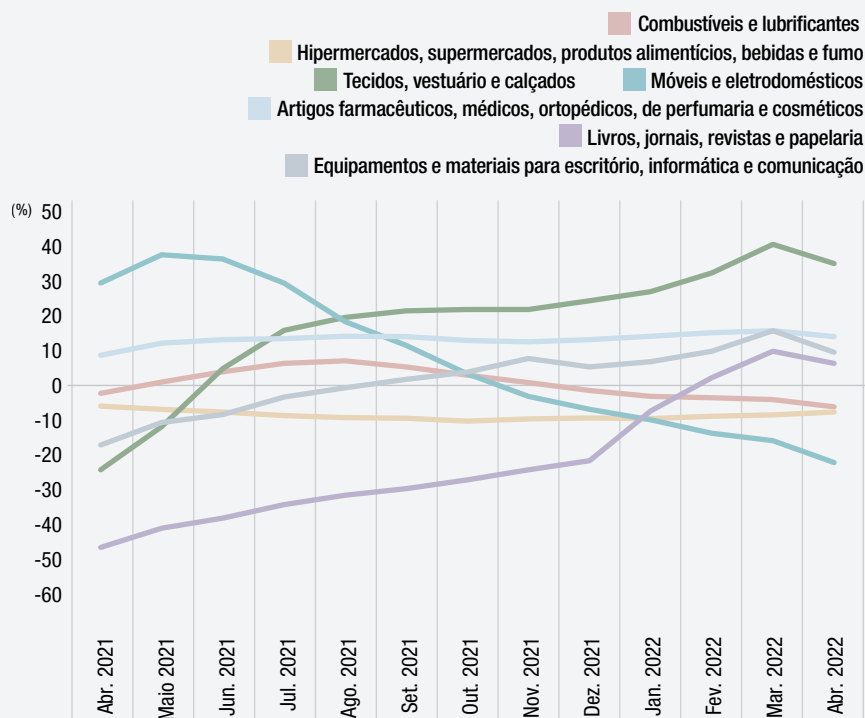
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 9
Taxa de variação de volume de vendas no varejo⁽¹⁾ – Bahia – Abr. 2021-Abr. 2022



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo⁽¹⁾, principais segmentos – Bahia – Abr. 2021-Abr. 2022



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

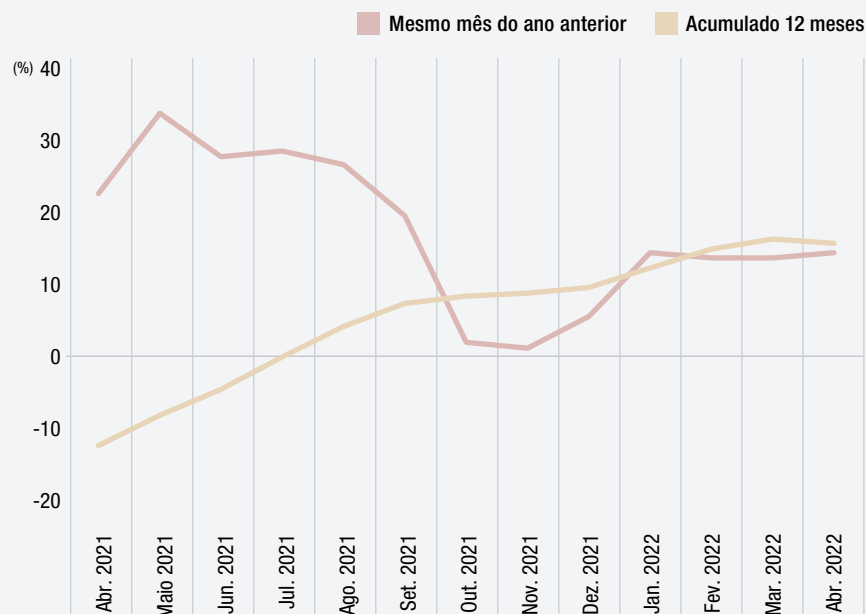
De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano retraiu as vendas em 4,9% no mês de abril de 2022, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas negativas nesse mês foram *Combustíveis e lubrificantes* (-3,5%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-9,3%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-12,0%), e *Móveis e eletrodomésticos* (-33,1%). Em sentido contrário, destaca-se a variação positiva em *Tecidos, vestuário e calçados* (24,0%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (8,4%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (5,4%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (0,6%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação negativa de 2,8%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até abril de 2022, os principais segmentos que contribuíram para a retração no volume do comércio varejista restrito foram *Móveis e eletrodomésticos* (-22,3%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-7,8%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-6,3%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram positivamente foram *Tecidos, vestuário e calçados* (34,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (13,9%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (9,4%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (6,2%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (5,3%).

O volume de serviços apresentou, em abril de 2022, expansão de 14,6% em relação ao mesmo mês de 2021. Nesse mês, quatro das cinco atividades que compõem o setor puxaram o volume de serviços para cima, com destaque, por ordem de magnitude, para as atividades de Serviços prestados às famílias (124,9%), seguidas pela atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (11,4%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (6,6%) e Outros serviços (5,4%). Serviços de informação e comunicação (-7,1%) foram a única atividade a registrar variação negativa no mês. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou expansão de 15,9% em relação ao mesmo período do ano de 2021, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

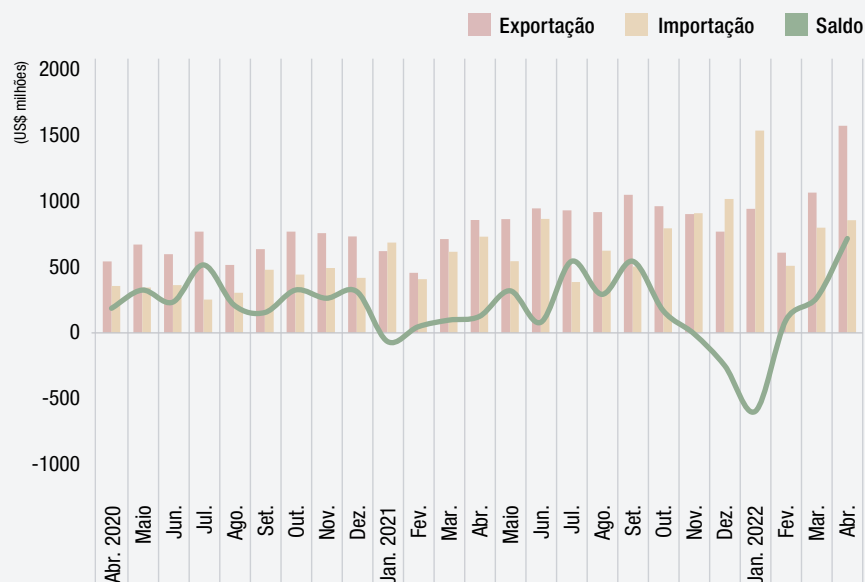
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 1.567,00 milhões em abril de 2022, com crescimento de 83,6% em comparação com o montante anotado no mesmo mês de 2021. Já as importações registraram aumento de 17,0%, com volume de US\$ 853 milhões. Com exceção Bens intermediários (76,2%) e de Combustíveis e lubrificantes (5,8%), houve queda em todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para os dos Bens de consumo duráveis (-59,0%), Bens de capital (-46,1%) e bens de consumo não duráveis (-44,2%). Nos Bens não especificados não houve registro nesse mês.

Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Abr. 2021-Abr. 2022



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

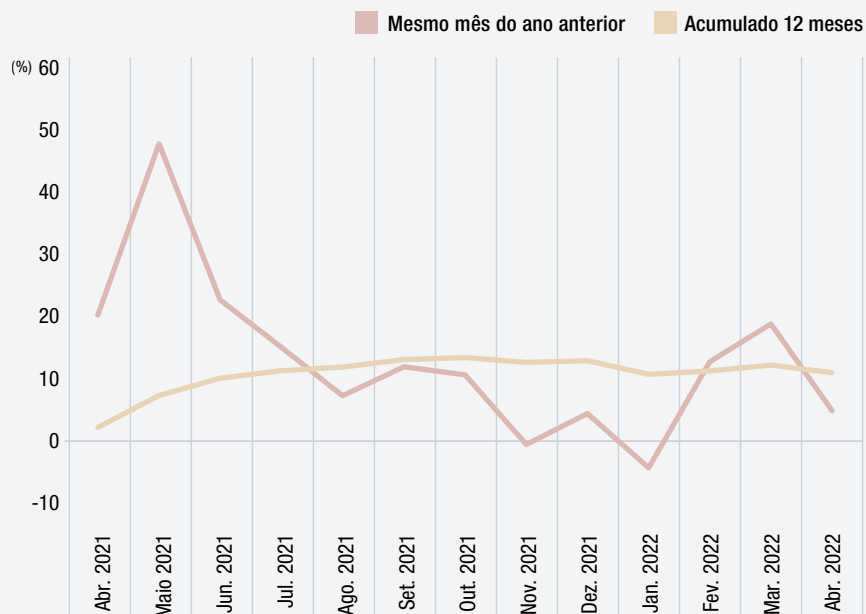
Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Abr. 2020-Abr. 2022



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Abr. 2021-Abr. 2022



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – em abril de 2022 registrou crescimento de 4,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou expansão de 11,0% em 12 meses.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Região Metropolitana de Salvador (BA) – Abr. 2021/2022

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês ⁽¹⁾ (%)		Variações acumuladas (%)	
	Abr. 2021	Abr. 2022	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾
1. Alimentação e bebidas	0,53	2,22	6,96	14,53
2. Habitação	1,10	0,00	1,31	14,55
3. Artigos de residência	0,90	0,95	5,45	17,53
4. Vestuário	-0,41	2,17	8,25	23,35
5. Transportes	-1,76	-1,14	3,20	20,55
6. Saúde e cuidados pessoais	0,87	1,42	2,70	5,05
7. Despesas pessoais	0,16	0,41	1,56	4,69
8. Educação	-0,16	-0,01	6,17	8,54
9. Comunicação	-0,06	0,24	1,32	2,34
Índice geral	0,09	0,67	3,95	12,78

Fonte: IBGE.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2017 - 2018, foram introduzidos aperfeiçoamento na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Abr. 2022

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ⁽¹⁾ (%)	Variação acumulada (%) no ano ⁽²⁾	Porcentagem do salário mínimo
Porto Alegre	780,86	6,34	14,34	69,65
São Paulo	803,99	5,62	16,43	71,71
Florianópolis	788,00	5,71	14,28	70,29
Rio de Janeiro	768,42	2,36	15,33	68,54
Vitória	729,31	3,46	10,17	65,05
Curitiba	739,28	5,37	17,63	65,94
Brasília	741,55	5,24	19,30	66,14
Campo Grande	761,73	6,42	18,77	67,94
Goiânia	682,87	2,92	14,34	60,91
Belo Horizonte	693,41	3,58	14,58	61,85
Fortaleza	647,63	1,99	11,84	57,77
Belém	610,31	4,16	9,60	54,44
Natal	595,37	3,48	12,43	53,11
João Pessoa	573,70	1,03	12,31	51,17
Recife	582,74	3,77	9,46	51,98
Salvador	575,84	2,76	11,12	51,36
Aracaju	551,47	5,04	15,36	49,19

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2021/2022

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2021(1)	2022(2)	Variação (%)	2021(1)	2022(2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi(3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.268.000	1.378.955	8,8	268.000	290.368	8,3
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2° safra)	2.532	2.476	-2,2	2.550	2.550	0,0
Arroz total	750	750	0,0	450	450	0,0
Batata-inglesa (2° safra)	129.000	118.000	-8,5	2.650	2.650	0,0
Cana-de-açúcar	5.525.000	5.600.000	1,4	78.000	80.000	2,6
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	189.200	243.910	28,9	417.000	417.000	0,0
Feijão 1ª safra	103.000	145.570	41,3	227.000	227.000	0,0
Feijão 2ª safra	86.200	98.340	14,1	190.000	190.000	0,0
Fumo	11.800	11.000	-6,8	7.850	7.850	0,0
Mamona	29.000	38.800	33,8	46.000	48.000	4,3
Mandioca	861.502	856.336	-0,6	123.000	123.000	0,0
Milho total	2.500.000	2.750.000	10,0	670.000	700.000	4,5
Milho 1ª safra	1.900.000	2.100.000	10,5	410.000	440.000	7,3
Milho 2ª safra	600.000	650.000	8,3	260.000	260.000	0,0
Soja	6.834.000	7.110.000	4,0	1.700.000	1.790.000	5,3
Sorgo granífero	142.180	134.780	-5,2	90.150	90.150	0,0
Tomate	208.200	178.004	-14,5	4.240	4.240	0,0
Pernamentes						
Banana(4)	878.517	904.318	2,9	71.000	69.000	-2,8
Cacau	145.120	126.518	-12,8	440.060	440.045	0,0
Café total	207.000	224.010	8,2	121.500	121.500	0,0
Café arábica	74.000	89.010	20,3	76.000	76.000	0,0
Café cenephora	133.000	135.000	1,5	45.500	45.500	0,0
Castanha-de-cajú	3.500	2.865	-18,1	16.000	16.000	0,0
Coco-da-baía(3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja(4)	634.301	653.549	3,0	57.500	57.500	0,0
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	61.274	60.804	-0,8	2.119	2.069	-2,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2021.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro de 2022 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2021/2022

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2021(1)	2022(2)	Variação (%)	2021(1)	2022(2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi(3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	268.000	290.368	8,3	4.731	4.749	0,4
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	2.550	2.550	0,0	993	971	-2,2
Arroz total	450	450	0,0	1.667	1.667	0,0
Batata-inglesa	2.650	2.650	0,0	48.679	44.528	-8,5
Cana-de-açúcar	78.000	80.000	2,6	70.833	70.000	-1,2
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	417.000	417.000	0,0	454	585	28,9
Feijão 1ª safra	227.000	227.000	0,0	454	641	41,3
Feijão 2ª safra	190.000	190.000	0,0	454	518	14,1
Fumo	7.850	7.850	0,0	1.503	1.401	-6,8
Mamona	46.000	48.000	4,3	630	808	28,2
Mandioca	109.000	109.000	0,0	7.904	7.856	-0,6
Milho total	670.000	700.000	4,5	3.731	3.929	5,3
Milho 1ª safra	410.000	440.000	7,3	4.634	4.773	3,0
Milho 2ª safra	260.000	260.000	0,0	2.308	2.500	8,3
Soja	1.700.000	1.790.000	5,3	4.020	3.972	-1,2
Sorgo granífero	90.150	90.150	0,0	1.577	1.495	-5,2
Tomate	4.240	4.240	0,0	49.104	41.982	-14,5
Pernamentes						
Banana(4)	65.500	64.500	-1,5	13.412	14.020	4,5
Cacau	420.060	420.045	0,0	345	301	-12,8
Café total	103.500	105.500	1,9	2.000	2.123	6,2
Café arábica	63.000	65.000	3,2	1.175	1.369	16,6
Café cenephora	40.500	40.500	0,0	3.284	3.333	1,5
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	233	191	-18,1
Coco-da-baía(3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja(4)	50.000	50.000	0,0	12.686	13.071	3,0
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.919	1.869	-2,6	31.930	32.533	1,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SE/Distat/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2021.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro de 2022 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Abr. 2022

(%)

Classes e Gêneros	Mensal ⁽¹⁾	Ano ⁽²⁾	12 meses ⁽³⁾
Indústria Geral	22,0	5,2	-6,9
Indústrias extrativas	-0,1	-13,1	-1,0
Indústrias de transformação	23,8	6,5	-7,2
Produtos alimentícios	-10,2	-2,7	-2,2
Bebidas	16,0	-7,4	-12,4
Couros, artigos para viagem e calçados	14,0	0,8	18,9
Celulose, papel e produtos de papel	1,7	-2,2	-0,8
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	161,1	38,3	2,1
Outros produtos químicos	0,6	0,3	0,8
Produtos de borracha e de material plástico	-5,8	-13,3	-7,3
Produtos de minerais não-metálicos	3,9	2,6	3,6
Metalurgia	-41,2	-43,5	-27,8
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-4,5	73,3	44,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-1,2	-17,4	-92,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-abr. 2020/Jan. 2021-abr. 2021/Jan. 2022-abr. 2022

(%)

Períodos	Mensal ⁽¹⁾	Ano ⁽²⁾	12 meses ⁽³⁾
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,7
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,2	7,6	-0,1
Abril	-26,5	-1,4	-2,1
Janeiro 2021	-15,0	-15,0	-6,8
Fevereiro	-21,5	-18,2	-9,1
Março	-19,2	-18,5	-11,1
Abril	-11,3	-17,1	-9,9
Janeiro 2022	-3,0	-3,0	-13,2
Fevereiro	0,0	-1,6	-11,5
Março	9,0	1,9	-9,3
Abril	23,8	6,5	-7,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Abr. 2022

(%)

Classes	Mensal(3)	No Ano(4)	12 meses(5)
Rural	-14,5	-26,3	2,7
Residencial	-7,6	-4,6	-1,5
Industrial(1)	3,0	-0,1	0,6
Comercial	12,6	8,6	14,4
Utilidades públicas(2)	-2,7	-2,1	2,6
Setor público	16,1	6,1	13,8
Concessionária	29,9	-1,4	5,8
Total	37,0	-19,8	38,5

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo(1) – Bahia – Abr. 2022

(%)

Classes e gêneros	Mensal(2)	No ano(3)	12 meses(4)
Comércio Varejista	-4,9	-2,7	-2,8
Combustíveis e lubrificantes	-3,5	-10,4	-6,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,6	-3,8	-7,8
Hipermercados e supermercados	3,2	-3,4	-8,5
Tecidos, vestuário e calçados	24,0	29,2	34,9
Móveis e eletrodomésticos	-33,1	-27,0	-22,3
Móveis	-28,9	-26,1	-21,9
Eletrodomésticos	-35,4	-28,2	-22,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,4	17,4	13,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	8,4	18,9	6,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12	13,2	9,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-9,3	3,0	5,3
Comércio Varejista Ampliado	-5,8	0,1	4,5
Veículos, motos, partes e peças	-9,8	9,2	36,4
Material de construção	-0,8	-3,5	-13,3

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmentos – Bahia – Jan.-abr. 2021/2022

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2021	2022			
Petróleo e derivados	327.282	1.248.573	281,50	30,64	55,19
Soja e derivados	420.037	702.701	67,29	17,24	21,44
Químicos e petroquímicos	308.636	499.453	61,83	12,26	40,22
Papel e celulose	344.387	341.615	-8,01	8,38	10,41
Minerais	174.152	293.100	68,30	7,19	62,83
Algodão e seus subprodutos	224.754	203.906	-9,28	5,00	33,02
Metalúrgicos	250.057	184.323	-26,29	4,52	-20,97
Metais preciosos	175.159	159.110	-9,16	3,90	33,76
Café e especiarias	56.190	99.370	76,85	2,44	70,58
Cacau e derivados	72.720	72.343	-0,52	1,78	7,84
Borracha e suas obras	48.577	53.463	10,06	1,31	12,34
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	71.038	42.850	-39,68	1,05	10,34
Frutas e suas preparações	37.396	37.604	0,56	0,92	-17,58
Calçados e suas partes	12.455	32.539	161,24	0,80	33,67
Sisal e derivados	26.600	30.316	13,97	0,74	18,94
Couros e peles	22.812	23.172	1,58	0,57	97,06
Fumo e derivados	10.324	11.248	8,95	0,28	21,68
Carne e miudezas de aves	10.371	9.172	-11,56	0,23	-3,93
Automotivo	20.848	138	-99,34	0,00	124,09
Demais segmentos	20.575	29.956	45,59	0,74	21,26
Total	2.634.368	4.074.954	54,68	100,00	12,99

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 13/05/2022.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-abr. 2021/2022

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2021	2022		2021	2022		
China	1.419.448	1.433.512	0,99	712.276	879.385	23,46	21,58
Singapura	659.987	828.142	25,48	290.314	532.546	83,44	13,07
Estados Unidos	246.210	221.174	-10,17	337.860	326.093	-3,48	8,00
África do Sul	621	314.536	50.509,66	993	239.628	24.043,25	5,88
Argentina	58.663	98.822	68,46	140.348	212.972	51,75	5,23
Ilhas V (Americanas)	0	266.279	-	0	195.329	-	4,79
Canadá	4.730	13.668	188,99	47.845	182.233	280,88	4,47
Togo	0	200.304	-	0	144.447	-	3,54
Alemanha	149.076	276.905	85,75	73.110	134.618	84,13	3,30
Países Baixos (Holanda)	106.807	183.469	71,78	64.477	126.867	96,76	3,11
Finlândia	11.922	34.065	185,74	21.277	119.047	459,50	2,92
França	235.643	183.273	-22,22	105.187	86.713	-17,56	2,13
Espanha	27.903	105.267	277,26	23.449	73.338	212,76	1,80
Senegal	123	98.648	80.363,10	338	66.607	19.626,12	1,63
Malta	1.713	100.021	5.738,66	837	65.957	7.776,49	1,62
Turquia	51.445	54.234	5,42	52.411	63.174	20,54	1,55
Bélgica	19.828	60.048	202,84	21.413	56.325	163,04	1,38
Itália	52.790	65.573	24,21	28.437	47.976	68,71	1,18
Vietnã	16.233	19.950	22,90	25.450	44.468	74,73	1,09
Romênia	79.997	84.756	5,95	33.283	40.036	20,29	0,98
México	35.517	22.370	-37,01	53.723	39.606	-26,28	0,97
Indonésia	14.924	10.497	-29,66	33.213	34.180	2,91	0,84
Paquistão	21.955	18.504	-15,72	31.228	33.828	8,33	0,83
Colômbia	11.554	16.202	40,23	34.313	31.624	-7,84	0,78
Chile	9.590	11.522	20,15	23.200	26.695	15,06	0,66
Argélia	33.537	44.669	33,19	18.703	25.154	34,49	0,62
Coreia do Sul	33.902	18.875	-44,33	71.050	23.986	-66,24	0,59
Japão	8.362	12.359	47,79	10.126	22.997	127,11	0,56
Índia	43.118	13.321	-69,10	38.802	18.270	-52,91	0,45
Suíça	587	2.163	268,78	105.313	17.723	-83,17	0,43
Demais países	257.934	134.494	-47,86	235.393	163.133	-30,70	4,00
Total	3.614.118	4.947.624	36,90	2.634.368	4.074.954	54,68	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 13/05/2022.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(Continua)

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (I)	794.065.989,00	627.905.804,00
RECEITAS CORRENTES	416.517.265,00	376.842.179,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	158.242.513,00	143.024.685,00
Impostos	157.189.910,00	141.780.007,00
Taxas	1.052.603,00	1.244.678,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	194.211.867,00	180.539.472,00
Contribuições sociais	188.983.332,00	175.308.490,00
Contribuições econômicas	5.228.536,00	5.230.982,00
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	44.799.435,00	38.408.813,00
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	454.833,00	505.369,00
Valores mobiliários	6.863.459,00	6.698.288,00
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	235.349,00	1.240.034,00
Exploração de recursos naturais	35.483.898,00	28.047.544,00
Exploração do patrimônio intangível	7,00	12,00
Cessão de direitos	1.153.841,00	1.289.150,00
Demais receitas patrimoniais	608.048,00	628.416,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.901,00	3.839,00
RECEITA INDUSTRIAL	188.631,00	666.637,00
RECEITA DE SERVIÇOS	12.423.084,00	7.411.327,00
Serviços administrativos e comerciais gerais	438.669,00	550.935,00
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	435.405,00	338.028,00
Serviços e atividades referentes à saúde	41.767,00	60.029,00
Serviços e atividades financeiras	11.494.463,00	6.457.488,00
Outros serviços	12.779,00	4.847,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.474,00	56.117,00
Transferências da União e de suas entidades	25,00	3.157,00
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	6.186,00	5.165,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	145,00	3.079,00
Transferências de instituições privadas	29.997,00	44.571,00
Transferências do exterior	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0
Demais transferências correntes	122,00	144,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.612.358,00	6.730.876,00
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.481.943,00	1.410.781,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	2.967.346,00	2.557.035,00
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	181.204,00	453.629,00
Demais receitas correntes	1.981.865,00	2.309.429,00
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	412,00
RECEITAS DE CAPITAL	377.548.724,00	251.063.626,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	273.254.841,00	214.187.791,00
Operações de crédito internas	273.254.841,00	214.101.831,00
Operações de crédito externas	0	85.959,00

(Continuação)

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev./Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Alienação de bens móveis	42.305,00	37.308,00
Alienação de bens imóveis	45.444,00	82.607,00
Alienação de bens intangíveis	0	0
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.482.041,00	6.071.126,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50,00	879,00
Transferências da União e de suas entidades	-10,00	939,00
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	60,00	-60,00
Transferências de instituições privadas	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0
Transferências do exterior	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	98.724.043,00	30.683.915,00
Integralização do capital social	0	0
Resultado do Banco Central	72.801.160,00	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	25.922.882,00	30.683.915,00
Resgate de títulos do tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0
RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR	0	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	798.636.933,00	633.377.771,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0	0
Operações de crédito internas	0	0
Mobiliária	0	0
Operações de crédito externas	0	0
Mobiliária	0	0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	798.636.933,00	633.377.771,00
DÉFICIT (VI)	0	0
TOTAL (VII) = (V + VI)	798.636.933,00	633.377.771,00

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITA (INTRAORÇAMENTÁRIA) (II)	4.570.944,00	5.471.966,00
RECEITAS CORRENTES	4.552.250,00	5.452.988,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	151,00	1.074,00
Impostos	19,00	565,00
Taxas	132,00	509,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.436.407,00	3.433.433,00
Contribuições sociais	3.435.880,00	3.432.997,00
Contribuições econômicas	527,00	436,00
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	912,00	996,00
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	912,00	975,00
Valores mobiliários	0	0
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	21,00
RECEITA INDUSTRIAL	1.244,00	1.482,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.387,00	17.670,00
Serviços administrativos e comerciais gerais	1.577,00	7.394,00
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0

(Conclusão)

Tabela 11

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Serviços e atividades referentes à saúde	9.811,00	10.275,00
Serviços e atividades financeiras	0	0
Outros serviços	0	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.102.148,00	1.998.332,00
Multas administrativas, contratuais e judiciais	5,00	-2,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	57,00	818,00
Receitas decorrentes de aportes periódicos para compensações ao RGPS	0	0
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.102.085,00	1.997.518,00
RECEITAS DE CAPITAL	18.694,00	18.979,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.694,00	18.979,00
Operações de crédito internas	18.694,00	18.979,00
Operações de crédito externas	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0
Alienação de bens móveis	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
Integralização do capital social	0	0
Resultado do banco central	0	0
Remuneração das disponibilidades do Tesouro	0	0
Resgate de títulos do Tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Tabela 12

Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (VIII)	394.767.486,00	438.557.859,00
DESPESAS CORRENTES	386.047.160,00	350.025.781,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.818.790,00	49.788.825,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.749.151,00	3.561.440,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	244.479.219,00	296.675.515,00
Transferência a estados, DF e municípios	71.832.183,00	82.509.077,00
Benefícios previdenciários	118.840.993,00	149.822.143,00
Demais despesas correntes	53.806.043,00	64.344.295,00
DESPESAS DE CAPITAL	8.720.325,00	88.532.079,00
INVESTIMENTOS	233.805,00	2.478.500,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	8.469.406,00	9.738.160,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	17.113,00	76.315.419,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.108.999,00	6.207.572,00
DESPESAS CORRENTES	5.108.999,00	6.207.559,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.885.081,00	3.995.510,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.223.918,00	2.212.049,00
Demais despesas correntes	1.223.918,00	2.212.049,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	13,00
INVESTIMENTOS	-	13,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	399.876.484,00	444.765.432,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	169.287.284,00	381.563.464,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	166.188.212,00	380.947.021,00
Dívida mobiliária	165.755.480,00	380.723.512,00
Outras dívidas	432.733,00	223.509,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	3.099.071,00	616.443,00
Dívida mobiliária	2.216.399,00	-
Outras dívidas	882.672,00	616.443,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	569.163.768,00	826.328.895,00
Superávit (XIII)	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	569.163.768,00	826.328.895,00

Fonte: RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.611.503.226,66	10.380.184.258,73
RECEITAS CORRENTES	10.504.515.003,26	10.035.378.907,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.976.460.752,04	5.809.996.111,87
Impostos	5.716.960.994,10	5.485.876.369,56
Taxas	259.499.757,94	324.119.742,31
Contribuição de melhoria	0	0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	538.570.765,04	570.028.849,48
Contribuições sociais	538.570.765,04	570.028.849,48
Contribuição de intervenção no domínio econômico	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	218.438.185,37	233.452.353,45
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	13.221.621,49	14.333.609,75
Valores mobiliários	181.684.860,56	176.931.100,00
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	0
Exploração de recursos naturais	694.707,41	747.722,29
Exploração do patrimônio intangível	0	0
Cessão de direitos	22.836.995,91	41.439.921,41
Demais receitas patrimoniais	0	0
RECEITA AGROPECUÁRIA	24.936,00	25.733,83
RECEITA INDUSTRIAL	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	20.706.641,08	23.921.214,39
Serviços administrativos e comerciais gerais	18.948.947,19	22.209.502,70
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	115.444,92	0
Serviços e atividades referentes à saúde	214.618,91	179.530,31
Serviços e atividades financeiras	3.573,58	19.946,63
Outros serviços	1.424.056,48	1.512.234,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.587.971.153,66	3.207.244.267,15
Transferências da União e de suas entidades	2.951.478.717,58	2.567.393.310,82
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	180.000,00	0,00
Transferências de instituições privadas	6.069.072,30	2.019.216,78
Transferências de outras instituições públicas	630.208.251,95	637.824.839,55
Transferências do exterior	34.311,83	0
Transferências de pessoas físicas	800,00	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	6.900,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.342.570,07	190.710.377,46
Multas administrativas, contratuais e judiciais	32.298.789,76	43.313.010,84
Indenizações, restituições e ressarcimentos	11.139.484,22	15.893.095,40
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	0
Multas e juros de mora das receitas de capital	0	1.790,72
Demais receitas correntes	118.904.296,09	131.502.480,50
RECEITAS DE CAPITAL	106.988.223,40	344.805.351,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	95.828.978,59	125.794.940,87
Operações de crédito - mercado interno	21.905.298,84	58.300.095,88
Operações de Crédito - mercado externo	73.923.679,75	67.494.844,99

(Conclusão)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
ALIENAÇÃO DE BENS	644.979,15	3.946.271,15
Alienação de bens móveis	246.678,23	1.352.240,00
Alienação de bens imóveis	398.300,92	2.594.031,15
Alienação de bens intangíveis	0	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.481.238,72	3.762.499,71
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.033.026,94	211.301.639,37
Transferências da União e de suas entidades	6.863.026,94	211.301.639,37
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	170.000,00	0,00
Transferências de instituições privadas	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0
Transferências do exterior	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
Integralização do capital social	0	0
Remuneração das disponibilidades do Tesouro	0	0
Resgate de títulos do Tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	381.079.850,95	424.188.548,54
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (V) = (III + IV)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27
DÉFICIT (VI)		
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		

Receita intraorçamentária	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	381.079.850,95	424.188.548,54
RECEITAS CORRENTES	381.079.850,95	424.188.548,54
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	297.447.084,80	329.678.920,37
Contribuições sociais	297.447.084,80	329.678.920,37
RECEITA DE SERVIÇOS	2.224.915,59	6.597.343,20
Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	33.186,82
Serviços e atividades referentes à saúde	2.224.915,59	6.564.156,38
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0
Outros serviços	0	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.407.850,56	87.912.284,97
Indenizações, restituições e ressarcimentos	0	0
Demais receitas correntes	81.407.850,56	87.912.284,97
RECEITAS DE CAPITAL	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
Demais receitas de capital	0	0
TOTAL	381.079.850,95	424.188.548,54

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).
 Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Tabela 14

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.552.711.838,40	9.745.965.022,35
DESPESAS CORRENTES	6.768.674.810,57	8.297.085.846,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.887.126.318,85	4.071.575.240,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	57.006.274,15	109.170.240,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.824.542.217,57	4.116.340.366,20
Transferências a municípios	1.660.719.438,96	1.516.518.746,14
Demais despesas correntes	1.163.822.778,61	2.599.821.620,06
DESPESAS DE CAPITAL	784.037.027,83	1.448.879.175,62
INVESTIMENTOS	386.672.017,93	999.961.025,61
INVERSÕES FINANCEIRAS	313.410.827,78	93.227.420,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	83954182,12	355690729,7
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	383.657.258,36	457.792.517,79
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IV)	0	0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0	0
Dívida mobiliária	0	0
Outras dívidas	0	0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0	0
Dívida mobiliária	0	0
Outras dívidas	0	0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14
SUPERÁVIT (VI)	0	0
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14

Despesa intraorçamentária	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS CORRENTES	383.657.258,36	417.792.517,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	255.969.494,58	269.984.596,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	127.687.763,78	147.807.921,20
DESPESAS DE CAPITAL	0	40.000.000,00
INVESTIMENTOS	0	0
INVERSÕES FINANCEIRAS	0	40.000.000,00
TOTAL	383.657.258,36	457.792.517,79

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia 2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Tabela 15
Arrecadação mensal – Bahia – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022/2021

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Janeiro	2.950.297.588,33	2.839.088.144,85	269.191.063,08	185.406.891,46	3.219.488.651,41	3.024.495.036,31
Fevereiro	2.762.474.491,83	2.387.621.431,63	463.992.744,24	219.421.561,31	3.226.467.236,07	2.607.042.992,94
Março	3.000.039.764,44	2.159.647.763,75	261.063.266,85	181.716.159,21	3.261.103.031,29	2.341.363.922,96
Abril	2.757.915.934,83	2.351.595.221,25	217.246.824,40	175.230.480,90		2.526.825.702,15
Maio	2.721.841.904,19	2.446.247.673,54	243.810.060,20	240.329.127,21		2.686.576.800,75
Junho		2.429.476.897,38		291.410.105,57		2.720.887.002,95
Julho		2.536.353.197,16		326.857.927,37		2.863.211.124,53
Agosto		2.766.478.800,91		313.950.468,72		3.080.429.269,63
Setembro		2.656.498.275,08		292.289.378,45		2.948.787.653,53
Outubro		2.936.313.180,71		218.637.092,86		3.154.950.273,57
Novembro		2.838.379.579,58		176.538.465,50		3.014.918.045,08
Dezembro		2.926.099.854,81		158.405.438,69		3.084.505.293,50
Total		31.273.800.020,65		2.780.193.097,25		34.053.993.117,90

Fonte: Sefaz - Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 16

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.537.741.655,51	1.330.776.990,99
RECEITAS CORRENTES	1.513.832.990,89	1.318.163.078,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	676.155.337,59	525.075.399,98
Impostos	570.733.769,58	470.555.521,25
Taxas	105.421.568,01	54.519.878,73
Contribuição de melhoria	0	0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	66.833.023,52	61.882.900,20
Contribuições sociais	33.062.190,33	26.543.948,20
Contribuições econômicas	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	33.770.833,19	35.338.952,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	52.609.514,07	57.649.066,40
RECEITA PATRIMONIAL	11.689.476,93	4.657.186,72
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	40.917.679,84	52.991.009,59
Valores mobiliários	224,01	265,84
Delegação de serviços públicos mediante concessão,permissão, autorização ou licença	0	0
Exploração de recursos naturais	2.133,29	604,25
Exploração do patrimônio intangível	0	0
Cessão de direitos	0	0
Demais receitas patrimoniais	0	0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0	0
RECEITA INDUSTRIAL	0	0
Receita da indústria de construção	292.214,68	400.776,83
RECEITA DE SERVIÇOS	503,49	165.290,43
Serviços administrativos e comerciais gerais	0	0
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0
Serviços e atividades referentes à saúde	0	0
Serviços e atividades financeiras	291.711,19	235.486,40
Outros serviços	695.454.603,22	651.456.261,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	415.768.896,29	383.087.675,24
Transferências da União e de suas entidades	173.758.645,86	160.062.237,34
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	1.590,00	1.102.400,00
Transferências de instituições privadas	105.923.909,97	107.202.778,44
Transferências de outras instituições públicas	0	0
Transferências do exterior	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	1.561,10	1.170,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.488.297,81	21.698.673,67
Multas administrativas, contratuais e judiciais	12.024.544,70	9.870.216,70
Indenizações, restituições e ressarcimentos	6.446.288,29	4.584.343,23
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	0
Demais receitas correntes	4.017.464,82	7.244.113,74
RECEITAS DE CAPITAL	23.908.664,62	12.613.912,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.998.732,18	8.751.177,19

(Conclusão)

Tabela 16

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Operações de crédito - mercado interno	12.205.017,18	8.751.177,19
Operações de crédito - mercado externo	6.793.715,00	-
ALIENAÇÃO DE BENS	2.030.033,37	1.202.690,17
Alienação de bens móveis	0	0
Alienação de bens imóveis	2.030.033,37	1.202.690,17
Alienação de bens intangíveis	0	0
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0	0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.879.899,07	2.660.045,53
Transferências da União e de suas entidades	2.879.899,07	2.132.986,42
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0
Transferências de instituições privadas	0	527.059,11
Transferências de outras instituições públicas	0	0
Transferências do exterior	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
Integralização do capital social	0	0
Remuneração das disponibilidades do Tesouro	0	0
Resgate de títulos do Tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	52.846.181,42	49.628.810,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	1.590.587.836,93	1.380.405.801,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.590.587.836,93	1.380.405.801,63
DÉFICIT (VI)	-	-
TOTAL (VII) = (V+ VI)	1.590.587.836,93	1.380.405.801,63
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.326.077.587,63	1.227.099.414,09
DÉFICIT (VI)		
TOTAL (VII) = (V+ VI)	1.326.077.587,63	1.227.099.414,09

Receita intraorçamentária	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITAS CORRENTES	52.846.181,42	49.628.810,64
CONTRIBUIÇÕES	50.358.805,57	46.953.242,33
Contribuições sociais	50.358.805,57	46.953.242,33
RECEITA PATRIMONIAL	109.395,09	115.109,46
Demais receitas patrimoniais	109.395,09	115.109,46
RECEITA DE SERVIÇOS	0	0
Outros serviços	0	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2377980,76	2560458,85
Demais receitas correntes	2377980,76	2560458,85
TOTAL DE RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	52.846.181,42	49.628.810,64
TOTAL	50.841.252,57	51.958.876,94

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador (2016/2015), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Tabela 17

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-fev/Mar.-abr. 2022

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	794.437.254,83	1.141.255.312,12
DESPESAS CORRENTES	760.693.509,87	1.056.026.089,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	418.077.279,43	424.192.358,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.368.907,71	11.815.668,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	334.247.322,73	620.018.062,47
DESPESAS DE CAPITAL	33.743.744,96	85.229.222,60
INVESTIMENTOS	21.430.998,60	73.938.795,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.101.100,00	2.696.315,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.211.646,36	8.594.110,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	52.846.166,01	50.190.292,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I+II)	847.283.420,84	1.191.445.604,64
SUPERÁVIT (IV)	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	847.283.420,84	1.191.445.604,64
TOTAL (V) = (III + IV)	787.636.195,80	1.231.446.805,15

Despesa intraorçamentária	2022	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS CORRENTES	52.512.142,07	49.849.247,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.402.746,98	49.734.138,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	109.395,09	115.109,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	334.023,94	341.044,81
INVESTIMENTOS	0	0
INVERSÕES FINANCEIRAS	0	0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	334.023,94	341.044,81
TOTAL	52.846.166,01	50.190.292,52

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu "Publicações".

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, jun páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "Publicações".



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



Estado da Bahia

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536



9 771413 153607